

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS
CULTURAIS – PPHBC
MESTRADO PROFISSIONAL EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS**

EXPERIMENTAÇÕES EM CULTURA, EDUCAÇÃO E CIDADANIA

O Caso da Associação Grãos de Luz e Griô

JULIANA LOPES DA SILVA

Rio de Janeiro
Julho de 2009

EXPERIMENTAÇÕES EM CULTURA, EDUCAÇÃO E CIDADANIA

O Caso da Associação Grãos de Luz e Griô

Juliana Lopes da Silva

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais.

Orientação Acadêmica: Prof^a Dr^a Bianca Freire - Medeiros

Rio de Janeiro

Julho de 2009

Ficha Catalográfica

LOPES, Juliana

Experimentações em Cultura, Educação e Cidadania: O Caso da Associação Grãos de Luz e Griô. Rio de Janeiro: FGV – CPDOC – Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, 2009, 136 folhas.

Dissertação – Mestrado Profissionalizante em História Política, Bens Culturais e Projetos Sociais – Fundação Getúlio Vargas Rio de Janeiro. Pós-Graduação em História, Política, Bens Culturais e Projetos Sociais – CPDOC, 2009.

1. Cultura 2. Educação 3. Tradição Oral 4. Cidadania

EXPERIMENTAÇÕES EM CULTURA, EDUCAÇÃO E CIDADANIA

O Caso da Associação Grãos de Luz e Griô

Juliana Lopes da Silva

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas Rio de Janeiro, para obtenção do grau de mestre.

Aprovada por

Prof^ª Dr^ª Bianca Freire - Medeiros (orientação)

Prof^ª Dr^ª Helena Maria Bomeny Garchet

Prof^º Dr^º José Reginaldo dos Santos Gonçalves

Prof^ª Dr^ª Raquel Emerique (Suplente)

AGRADECIMENTOS

À Bianca-Freire-Medeiros pela orientação cuidadosa e paciente e por acolher meu tema de pesquisa;

Aos professores e colegas de turma do Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais pelo convívio e pelos ricos conhecimentos aprendidos durante este período;

À querida equipe de trabalho da Coordenação Geral do Bairro-Escola e da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo da Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu, pela aprendizagem e escolha cotidiana em acreditar na educação e na cultura como prática de cidadania.

À Associação Grãos de Luz e Griô, em especial a Lílian Pacheco, Márcio Caíres e Eniele Santos, pela simplicidade, pelo acolhimento afetuoso, pelas horas de entrevistas concedidas e por me apresentarem a reinvenção da roda da vida.

Ao Centro de Cultura e Educação Lúdica da Rocinha, em especial a Firmino, Nathércia, Lino, Marta e Pablo, pelas horas de conversa, entrevistas, brincadeiras e por me permitirem conhecer a Ação Griô na Rocinha.

Aos muitos amigos que se viram conversando comigo sobre a pesquisa e que entenderam meu afastamento parcial.

À amiga Tatiana de Menezes Maia, pelas transcrições das entrevistas.

À amiga Renata Montechiare, por ter compartilhado comigo deste projeto enquanto ainda era somente uma ideia, pelo incentivo e pelo encorajamento quase que diário.

Ao meu avô Hélio José da Silva, pela disponibilidade e revisão atenta deste trabalho, no alto de seus 90 anos de vida.

Aos meus avós Antônio Esteves Lopes e Dália Rodrigues, pelo apoio incondicional às escolhas de minha vida.

Aos meus pais, José Carlos Almeida da Silva e Isa Maria Lopes, e ao meu irmão Guilherme Lopes, pelo afeto que me sustenta e me faz caminhar.

A cultura não é algo a ser adquirido e sim a ser feito. Não é algo que possuímos, mas que cultivamos. Não é algo que se resolve no plano do ter, mas no plano do ser. Cultura é um artesanato extremamente complexo que se tece no cotidiano que indefinidamente se faz e se refaz. Constrói e se desconstrói para em seguida reconstruir. Um artesanato complicado que evolui para a arte de concluir-se a si mesmo; seja como sujeito coletivo, expressão de uma comunidade simultaneamente local e universal.

Edgar Morin

RESUMO

O trabalho tem por objetivo contribuir para as discussões e reflexões sobre metodologias sociais que realizam experimentações no campo da educação, a partir de concepções alternativas em cultura, visando proporcionar novas práticas de cidadania. Analisam-se as práticas e estratégias pedagógicas da Associação Grãos de Luz e Griô localizada na cidade de Lençóis, região da Chapada Diamantina, Bahia, e a elaboração de um projeto nacional em parceria com o Ministério da Cultura, no âmbito do Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária – Cultura Viva, nomeado de Ação Griô, inspirado em sua experiência e metodologia. A proposta investigada busca integrar os saberes ditos comunitários de tradição oral em práticas educativas formais e não-formais com crianças e jovens tendo como referência a “Pedagogia Griô”.

ABSTRACT

The present work aimed to contribute for the discussions and reflections about social methodologies based on assays in education derived from new alternatives in culture. This study concentrated in providing a new convention of citizenship. The pedagogical and applied strategies of the Grão de Luz e Griô Association located in the city of Lençóis, at Chapada Diamantina, Bahia, Brazil, were analyzed. The evaluation also included the elaboration of a national project in collaboration with the Ministry of Culture considering the National Program of Art, Education, Citizenship and Solidary Economy called “Cultura Viva” (Alive Culture) and named “Ação Griô” (Griô Action), inspired by its experience and methodology. This present proposal focused on integrating the communitarian knowledge from oral tradition in formal and non-formal educational practices for leading with children and young people by using Griô pedagogy as reference.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
ESTRUTURA DO TRABALHO	17
PARTE I	
DA ASSOCIAÇÃO GRÃOS DE LUZ E GRIÔ	
Capítulo 1 Lençóis com casario colonial e ruas de pedra: o território.....	18
Capítulo 1.1. Grãos de Luz e Griô: o caminho percorrido: um breve histórico.....	20
Capítulo 1.2. Personagens e Espaços.....	24
Capítulo 1.3. Oficinas Grãos de Luz: crianças e adolescentes.....	26
Capítulo 1.4. Grupos cooperativos: a participação juvenil.....	29
Capítulo 1.5. A Caminhada do Velho Griô: o encontro com os mais velhos.....	33
Capítulo 1.6 Construindo Redes: Brasil e África.....	37
PARTE II	
A PEDAGOGIA GRIÔ E SEUS RITUAIS	
Capítulo 2. Conceitos e Referências: os pilares da Pedagogia Griô.....	40
Capítulo 2.1. A tradição oral como prática educativa: a ampliação dos saberes.....	51
PARTE III	
A AÇÃO GRIÔ NACIONAL	
Capítulo 3. Uma Proposta Política Nacional: construindo redes de transmissão oral.....	61
Capítulo 3.1. A Ação Griô no Centro de Cultura e Educação Lúdica da Rocinha: adaptações em um território urbano.....	71
Capítulo 3.2 Da valorização do patrimônio imaterial a Lei Griô: a participação política.....	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
ANEXOS	85
Anexo A.....	86
Rede Ação Griô Nacional - Pontos de Cultura Contemplados pelo Edital de Divulgação 02/2008 - Programa Cultura Viva - Ação Griôs / Mestres de Tradição Oral por Região	
Anexo B.....	90
Edital de Divulgação 01/2006 - Programa Cultura Viva - Ação Griôs / Mestres de Tradição Oral	
Anexo C.....	96
Edital de Divulgação 02/2008 - Programa Cultura Viva - Ação Griôs / Mestres de Tradição Oral	
Anexo D	106
Roteiro das Entrevistas	
Anexo E.....	111
Fotos e Programas	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	129
SÍTIOS CONSULTADOS	133
ENTREVISTAS	136

INTRODUÇÃO

No bojo da Constituição de 1988, a Constituição Cidadã, houve no Brasil uma fermentação das Organizações Não Governamentais, das fundações e do voluntariado (laico e religioso). Nessa linha surgem novos projetos socioculturais e socioeducativos, desenvolvidos por organizações da sociedade civil, que ganham destaque ao incentivar o protagonismo infantil e juvenil e a afirmação de direitos, especialmente em comunidades de baixa renda. Apesar das diferenças internas, esses projetos compartilham a premissa de que a arte e a cultura são fatores importantes para a promoção da cidadania, promovendo a melhoria da qualidade de vida de crianças, adolescentes e jovens.

Para Rubem César Fernandes, o terceiro setor – “não-governamental e não-lucrativo” – seria organizado, independente, e mobilizaria a dimensão voluntária das pessoas. A entrada deste personagem acabaria por gerar mudanças nas relações entre Estado e mercado ao proporcionar uma expansão da ideia corrente sobre a esfera pública, ao incorporar a dimensão cidadã com a participação de ações de indivíduos, grupos e instituições que teriam como fim suprir necessidades coletivas (FERNANDES, 1994, p. 21-22).

Essas organizações, em parceria com empresas estatais e privadas, ou com instituições municipais, estaduais e federais, têm-se destacado no cenário nacional e internacional pelo desenvolvimento de ações socioculturais em regiões de vulnerabilidade social, procurando construir, a partir do que já existe e com os que já ali atuam, processos participativos baseados no diálogo e na troca. Essas iniciativas, desenvolvidas, em sua grande maioria, com foco na participação de crianças e jovens, pretendem contribuir para a formação de uma importante rede de proteção social, bem como de afirmação e de garantia de direitos.

A noção de desenvolvimento humano e social, utilizada por essas instituições, está de uma forma geral relacionada à ampliação das possibilidades, oportunidades e opções desses atores sociais. Cultura e desenvolvimento aparecem como processos e conceitos necessariamente interligados e compartilhados, enquanto responsabilidade de governos, instituições públicas e privadas.

A interação do terceiro setor com o Estado pode ocorrer em três níveis: prestação de serviços, pressão política sobre o Estado e apoio, com sugestões e exemplos alternativos de ação (NAVES, in: PINSKY, J E C, 2003, p. 577). Se, por um lado, é notável o aumento da participação de instituições do terceiro setor na implementação de políticas públicas, por outro sua atuação se vê muitas vezes ameaçada pela ausência de credibilidade de certas entidades, pela falta de apoio da mídia e de um marco regulatório satisfatório.

Helena Bomeny demonstra que, para os defensores do terceiro setor, este seria uma resposta efetiva às questões sociais, uma vez que acreditam em sua vocação pedagógica capaz de formar uma espécie de escola de “participação cidadã”. Apostariam também no dinamismo que ele seria capaz de imprimir ao mercado de trabalho ao abrir novas áreas de atuação não convencionais e um novo segmento econômico. Além destes argumentos, Bomeny situa que haveria a aposta no desenvolvimento do “capital social”, por meio da capacidade de interação dos indivíduos em funções estratégicas no processo de trabalho (BOMENY, 2005, p. 152).

De acordo com o Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento da Unesco, toda a política de desenvolvimento deve ser profundamente sensível à cultura e inspirada por ela com aplicação na educação e no desenvolvimento social e comunitário, assim como na possibilidade de oferecer às crianças e aos jovens um lugar melhor como portadores de uma nova cultura mundial em formação (Unesco,1997).

Nessa perspectiva, a noção hegemônica de cultura tem sido ressignificada e utilizada por diversas organizações da sociedade civil e por órgãos governamentais, como uma importante ferramenta para o fortalecimento das escolas públicas brasileiras, extrad0.956417(o)-0.956417(rí0TJ -288.060.

de 2007, à cidade de Lençóis, na região do Parque Nacional da Chapada Diamantina, no Estado da Bahia, com o objetivo de conhecer a prática da Associação Grãos de Luz e Griô.

Tive conhecimento do trabalho desenvolvido em Lençóis por meio de um colega de trabalho que me apresentou o livro *Pedagogia Griô: A Reinvenção da Roda da Vida* (2007), que fora lançado alguns meses antes pela associação, em parceria com o Ministério da Cultura. Ao passar cinco dias vivenciando o cotidiano da cidade e da Associação, percebi que talvez houvesse encontrado um projeto no qual os saberes e as práticas populares são priorizados, por meio da valorização da cultura e da memória local. Esse projeto tem como fio condutor a tradição oral de pessoas e comunidades da cultura popular da cidade de Lençóis, e é chamado pela ONG de “Pedagogia Griô”.

A palavra Griô é uma forma abasileirada utilizada pela associação da palavra francesa “Griot”. Os griôs de origem do Mali, região do noroeste da África, teriam diversas funções sociais como, genealogistas, músicos, poetas e contadores de história, atuando em rituais sociais de nascimento, aliança matrimonial, cerimônia de casamento e funerais. Os griôs teriam uma imagem social e política, além de um lugar econômico determinante no funcionamento das sociedades do noroeste da África (PACHECO, 2006, p. 45).

Ao retornar da viagem, decidi realizar um estudo de caso sobre as ações desenvolvidas pela Associação Grãos de Luz e Griô, na cidade de Lençóis, e os seus desdobramentos por meio da Ação Griô Nacional.³ A pesquisa animou-se, portanto, a partir de duas perguntas principais:

a) até que ponto é possível integrar os saberes ditos comunitários de tradição oral em práticas educativas voltadas para crianças e jovens em espaços formais e não-formais⁴?

³ Projeto Nacional surgiu no ano de 2006, inspirado na experiência e metodologia da Associação Grãos de Luz e Griô. É realizado em parceria pelo Ministério da Cultura e pela Associação no âmbito do Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária - Cultura Viva do respectivo Ministério. A parte III da presente dissertação apresenta um panorama detalhado da proposta nacional.

⁴ Para este trabalho o conceito de educação formal refere-se aos espaços escolares. Para espaços não-formais consideramos as práticas culturais e educativas realizadas fora do ambiente escolar por organizações da sociedade civil.

b) de que forma a valorização dos saberes populares da tradição oral, articulados a um processo educativo, é vista como uma ferramenta geradora de novas práticas de cidadania pelos agentes do projeto?

Por meio da pesquisa de campo, da realização de entrevistas e da análise de documentos e fontes, busquei investigar as estratégias pedagógicas e educativas utilizadas pela ONG para articular e integrar os saberes comunitários da tradição oral no processo de formação de crianças, jovens e adultos na cidade de Lençóis e a expansão da proposta para um programa nacional.

A pesquisa de campo ocorreu em dois territórios distintos. No período de maio/junho de 2008 acompanhei as atividades do Ponto de Cultura⁵ Centro de Cultura e Educação Lúdica da Rocinha, na cidade do Rio de Janeiro, que integra o programa Ação Griô Nacional. No período de 12 de outubro a 03 de novembro, viajei à cidade de Lençóis, Estado da Bahia, e acompanhei o dia-a-dia das atividades locais da ONG.

O trabalho de campo em Lençóis ofereceu a oportunidade de observar e vivenciar a prática do projeto em seu local de origem por meio da participação nas atividades cotidianas da instituição, tais como as oficinas com as crianças, as conversas com os jovens bolsistas e com os educadores. Participei, ainda, dos eventos promovidos pela ONG, das caminhadas pelas comunidades da zona rural e da interação com grupos culturais locais, a fim de compreender de que forma a ONG articula em suas estratégias pedagógicas os saberes populares da tradição oral. Já a escolha da Rocinha como referência comparativa teve como motivação pesquisar a expansão da proposta da Associação Grãos de Luz e Griô, por meio da Ação Griô Nacional, em comunidades de baixa renda, a fim de observar o dia-a-dia e as possíveis adaptações das ações do projeto em um território urbano e complexo de uma favela carioca.

⁵ Iniciativas culturais comunitárias desenvolvidas por instituições da sociedade civil ou governamentais municipais contempladas via seleção pública com aporte de recursos do Governo Federal via Ministério da Cultura, envolve conceitos de autonomia, empoderamento e protagonismo social. Fonte: www.cultura.gov.br.

As entrevistas foram realizadas com os coordenadores do projeto, Lílian Pacheco e Márcio Caíres, assim como com a jovem bolsista Eniele Santos, totalizando oito horas de gravação de áudio. Por meio das entrevistas busquei compreender inicialmente a história de vida e as referências de Lílian Pacheco por perceber uma forte relação entre o projeto e a história de vida da entrevistada, além da entrevista temática sobre as ações e estratégias da associação e do programa nacional coordenada por ela.

A entrevista com Eniele Santos também foi focada inicialmente em sua história de vida, em suas percepções como beneficiária e agente do projeto e nas possíveis influências em sua vida por meio da participação nas ações da Associação Grãos de Luz e Griô. Posteriormente, a entrevista com Márcio Caíres teve como motivação analisar a elaboração do conceito e a relação da ONG com os “mestres e griôs”.

Por meio das entrevistas procurei recuperar o histórico da Associação Grãos de Luz e Griô, buscando compreender a forma como o projeto foi construído, seus objetivos, referenciais teóricos, formas de atuação política e social e seus desdobramentos por meio da gestão de um programa nacional, inspirado em suas práticas. Desta forma, pretendo contribuir de maneira significativa para as discussões e reflexões sobre metodologias sociais que realizem experimentações da cultura no campo da educação, visando proporcionar novas práticas de cidadania com foco para o desenvolvimento humano e social.

ESTRUTURA DO TRABALHO

O trabalho está organizado em três partes. Na primeira dá-se a contextualização do universo do grupo pesquisado partindo-se de seu território, ou seja, a cidade de Lençóis. Apresenta-se o histórico de formação da cidade por meio de seus ciclos econômicos relacionados à época do ouro e do diamante, assim como seus atuais indicadores sociais, tendo como fonte os sítios virtuais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Governo Estadual da Bahia e Ministério das Cidades.

O foco da pesquisa, como dito antes, é a investigação das estratégias pedagógicas e educativas acionadas pela Associação Grãos de Luz e Griô para integrar os saberes comunitários de tradição oral no âmbito de um processo de educação comunitária. Meu objetivo é apresentar o caminho percorrido pela instituição até o presente momento, o que nos ajuda a compreender e contextualizar a história do grupo. Em “Personagens e Espaços” há a descrição das linhas de ação/projetos desenvolvidos pela Associação em âmbito local e as estratégias de articulação em rede com foco no fortalecimento de uma atuação política por meio da expansão de suas propostas em âmbito nacional e internacional.

A segunda parte do trabalho é dedicada à análise dos conceitos e referências utilizadas nas práticas pedagógicas do grupo pesquisado, em sua elaboração da Pedagogia Griô. Para tanto, optei por mesclar relatos da pesquisa de campo com trechos dos depoimentos das entrevistas realizadas com os coordenadores do projeto, tendo como base as categorias utilizadas pela ONG. Ressalto também de que forma a tradição oral integra os processos educativos a partir de seus possíveis resultados e limites na visão dos agentes do projeto.

Na terceira e última parte da dissertação, analiso a expansão da proposta da Pedagogia Griô para um Programa Nacional, gerido de forma compartilhada entre a Associação Grãos de Luz e Griô e o Ministério da Cultura, envolvendo 130 instituições da sociedade civil no país. Examinarei a proposta política da Ação Griô Nacional, a partir do Ponto de Cultura e Educação Lúdica da Rocinha. A fim de contextualizar o programa no âmbito das políticas públicas de

cultura no Brasil, realizo uma breve revisão do conceito de patrimônio cultural e a sua ressignificação a partir da proposta da Lei Griô.

I. DA ASSOCIAÇÃO GRÃOS DE LUZ E GRIÔ

I. 1. Lençóis: com casario colonial e ruas de pedra

A cidade de Lençóis está localizada a 410 km de Salvador, na região do Parque Nacional da Chapada Diamantina,⁶ no Estado da Bahia. Com uma população aproximada de 9.617 habitantes, a maioria de origem afro-descendente, 49,8% vive abaixo da linha da pobreza, ou seja, têm renda *per capita* familiar menor que meio salário mínimo (PACHECO, 2006, p. 20).

A ocupação da região da Chapada Diamantina iniciou-se pela exploração da pecuária, que contribuiu para o povoamento do interior do país, no século XVII. Com a descoberta de jazidas de ouro e diamantes na região não é possível falar sobre Lençóis sem falar da abertura das atividades do garimpo no rio dos Lençóis, em 1845, o que gerou a atração de um grande fluxo migratório, oriundo de toda a região e das áreas decadentes de Minas Gerais, em busca da extração de diamantes.

Com o grande e desordenado fluxo migratório de pessoas em busca de um enriquecimento rápido, formaram-se alojamentos de barracas improvisadas de cobertura de palha e de tecido de algodão branco, usado nas vestimentas dos escravos. O acampamento lembrava lençóis estendidos para secar, do que, segundo a tradição oral do local, teria nascido o nome do rio e da localidade.⁷

O garimpo foi a principal fonte de renda entre 1845 e 1871, tornando Lençóis a maior produtora mundial de diamantes e a terceira cidade mais importante da Bahia. O período de

⁶ A Chapada Diamantina é formada por 14 municípios: Abaíra, Andaraí, Ibicoara, Igatu, Iraquara, Jacobina, Lençóis, Morro do Chapéu, Mucugê, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra e Vale do Capão.

⁷ SILVA, Eduardo. *Dom Obá II D'África, o Príncipe do Povo. Vida, Tempo e Pensamento de um Homem Livre de Cor*. São Paulo. Companhia das Letras. 1997.

decadência veio com a descoberta de minas na África do Sul e a simultânea escassez do diamante, o que gerou grave crise econômica e social. Posteriormente, a plantação de café e a extração de carbonato contribuíram para a retomada parcial da economia.

O centro histórico de Lençóis foi tombado, em 1973, como patrimônio nacional, pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional – IPHAN, reconhecendo a importância histórica e cultural da cidade para a formação da identidade cultural brasileira. Esse foi o primeiro passo para o desenvolvimento do turismo ecológico na região, responsável pela recuperação econômica da cidade, uma vez que a região da Chapada Diamantina é rica em atrativos naturais, como rios, corredeiras, cachoeiras, trilhas, poços de água, grutas, o que propiciou o surgimento de uma rede comercial e hoteleira, iniciada por estrangeiros ou pessoas oriundas de outras regiões do país.

Essa rede comercial concentra atividades e estabelecimentos voltados para o turismo, tais como restaurantes e bares, hotéis e pousadas, agências de turismo ecológicas, bancos, farmácias, tornando a cidade a mais bem-estruturada da Região do Parque Nacional da Chapada Diamantina. Vale ressaltar que a nova atividade econômica não incluiu a história cultural dos moradores da cidade, ficando esses à margem do novo processo econômico, que não inclui o modo de vida local. Em geral, os moradores foram incorporados às atividades turísticas, com baixos salários e exercendo atividades informais.

Vale ressaltar alguns indicadores sociais da cidade.⁸ A taxa de analfabetismo é de 28,53%. A rede de educação é formada por quinze escolas municipais e três escolas estaduais do ensino fundamental, duas escolas de ensino médio, municipal e estadual. No ensino superior, um núcleo avançado da Universidade Estadual de Feira de Santana. Na rede de saúde há um hospital e três unidades de atendimento médico integradas ao Sistema Único de Saúde. O PIB *per capita* é de 3.785 reais e o Índice de Desenvolvimento Humano 0,614, o que o coloca na posição de 240º lugar no Estado da Bahia e em 4.410º no *ranking* nacional.⁹

⁸ www.ibge.gov.br

⁹ www.pnud.org.br.

Dentre os equipamentos culturais há a Biblioteca Pública Urbano Duarte, a Casa de Cultura Afrânio Peixoto, o Mercado Cultural (que é utilizado como um espaço multiuso para atividades culturais promovidas na cidade) e o Espaço do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

Há na cidade uma rede social de instituições locais, que desenvolvem ações com foco na promoção de atividades educacionais e culturais com crianças, adolescentes e jovens de baixa renda, tais como o Avante Lençóis (a primeira instituição a surgir na cidade com caráter social), a Associação da Capoeira Corda Bamba, Grupo de Ambientalistas de Lençóis (GAL) e a Associação Grãos de Luz e Griô. Essas instituições contam com financiamentos e apoios internacionais, nacionais e locais de organizações públicas e privadas.

I. 1.1. Grãos de Luz e Griô: o caminho percorrido

Segundo os materiais de divulgação do projeto, o ponto de partida para a trajetória das ações da Associação Grãos de Luz teria acontecido no ano de 1993, a partir do preparo e da distribuição de uma sopa comunitária no bairro de baixa renda do Alto da Estrela, por iniciativa de lideranças femininas da cidade de Lençóis. No mesmo local também era desenvolvido um projeto de horta comunitária, com crianças e adolescentes.

Jane da Silva Pellaux,¹⁰ brasileira, residente na Suíça, em uma de suas visitas sistemáticas a Lençóis, propôs a integração dessas iniciativas às atividades de artesanato e reforço escolar para a realização de um projeto para crianças e adolescentes da cidade. As atividades eram desenvolvidas na sede das Madres da Igreja Católica com atendimento em média de 40 crianças.

Em 1997 as oficinas grãos de luz são incorporadas pela instituição Avante Lençóis, a fim de poder receber juridicamente seus primeiros financiamentos das instituições Amigos da

¹⁰ Coordenadora da Associação Amigos Europeus, localizada na Suíça, atualmente um dos financiadores das atividades da Associação Grãos de Luz e Griô.

Suíça,¹¹ coordenada por Jane da Silva Pellaux e da ABC Trust da Inglaterra,¹² coordenada por Jimena Paracha e Jimmy Page. Esses em uma viagem pela América Latina e pelo Brasil conheceram a cidade de Lençóis e iniciaram processo de formação de uma fundação que apoiasse projetos sociais com crianças e adolescentes no Brasil.

Nesse mesmo período, a associação é impulsionada pela chegada de Lílian Pacheco à equipe do projeto. A ela caberia a avaliação, o planejamento e a sistematização das oficinas grãos de luz e era sua intenção elaborar um projeto político-pedagógico “que olhasse as crianças e os adolescentes de outro jeito e não de uma forma assistencialista e de ocupação dos meninos carentes, como até então era feito”. (Entrevista com Lílian Pacheco gravada em 25/10/2008.)

Tendo esse parâmetro em vista foi iniciado um planejamento das oficinas Grãos de Luz. Na nova proposta não haveria mais espaço para as oficinas de reforço escolar. Em conjunto com outros educadores, Lílian iniciou um processo de criação de uma proposta pedagógica que agregasse inicialmente os conceitos da educação biocêntrica e a valorização da cultura popular por meio de suas tradições orais. O objetivo das oficinas seria “o fortalecimento da identidade cultural das crianças e adolescentes” (PACHECO, 2007, p. 25).

A partir dos resultados das oficinas Grãos de Luz, em 1999, a Secretaria Municipal de Educação de Lençóis convidou a associação para participar da semana pedagógica municipal e elaborar um programa de formação para professores. Por meio do financiamento da Fundação

¹¹ Atualmente a instituição chama-se “Amigos Europeus - AGLAE” e tem dentre seus objetivos contribuir para a educação das crianças da cidade de Lençóis, participar na preservação dos valores culturais das crianças, contribuir para o desenvolvimento dos habitantes da cidade de Lençóis nas áreas da saúde, desenvolvimento econômico, social e cultural. Financia três instituições na cidade de Lençóis: Grãos de Luz e Griô, Creche Mãe Fica e Avante Lençóis. Foi fundada oficialmente em julho de 2005, mas desde 1993 articula financiamentos para apoiar iniciativas sociais na cidade de Lençóis. Fonte: www.aglae-geneve.org.

¹² Organização da Inglaterra fundada por Jimena Paracha e Jimmy Page, registrada no ano de 2000 nos Estados Unidos, que tem entre seus objetivos apoiar instituições sediadas no Brasil que trabalhem com crianças e jovens em situação de risco social por meio de provisão de necessidades, ampliação de oportunidades educativas e desenvolvimento pessoal e comunitário que utilizem a arte e a cultura como ferramentas. O apoio oferecido pelo ABC Trust passa pelo financiamento direto, capacitação e articulação em rede em busca de parcerias estratégicas. Apoiam projetos nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Salvador. Fonte: www.abctrust.org.uk.

Abrinq, no Programa Crer para Ver,¹³ foi iniciada a formação de professores, referenciada nas práticas pedagógicas das oficinas Grãos de Luz. Nesse período, a associação inicia uma ação pedagógica de caminhadas nas comunidades da zona rural de Lençóis. A coordenação do projeto começara a perceber que criavam uma nova pedagogia. Nesse período, a associação teve conhecimento, por meio do etnólogo Ardaga Widor, do conceito do Griô que teria vindo ao encontro com as práticas pedagógicas e educativas desenvolvidas pela ONG.

Em seguida, foram criados o Projeto Griô e o personagem Velho Griô, interpretado por Marcio Caíres, que caminha nas zonas rurais da cidade de Lençóis de uma forma lúdica. Essas caminhadas teriam por objetivo mobilizar a comunidade em torno das tradições orais vinculadas ao espaço das escolas municipais. A ação teria envolvido 1.000 crianças e adolescentes e 11 escolas municipais e suas comunidades no período de 1999 a 2005.

No período de 1999 a 2002, a associação presidiu o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fundou o Conselho Tutelar local, quase único em toda a região, propondo o Plano Municipal da Criança e do Adolescente. Em 2001, houve um rompimento na parceria com a Avante Lençóis, organização à qual as oficinas Grãos de Luz e o Projeto Griô eram ligadas juridicamente. De acordo com Lílian Pacheco, o rompimento teria ocorrido uma vez que as oficinas grãos de luz não eram prioridade para aquela instituição, além de estarem ocorrendo coisas “antiéticas”.

Esse teria sido um período muito difícil também porque houve o acompanhamento do Ministério Público, dos financiadores e dos avaliadores da instituição no processo de desligamento. Essa situação acarretou a busca por um novo espaço e a fundação jurídica da

retalhos. Abaixo, uma breve biografia dos idealizadores e coordenadores da associação feita a partir das entrevistas gravadas em 25/10/2008 e 02/11/2009, durante a pesquisa de campo.

Lílian Pacheco é coordenadora pedagógica da associação e dentre suas principais funções estão a elaboração e a coordenação de projetos do Grãos de Luz e Griô e atualmente da Ação Griô Nacional. Lílian nasceu em 27 de Janeiro de 1967, na cidade de Jacobina, na Chapada Diamantina. Integrante de uma família de cinco irmãos, Lílian viveu na cidade de Jacobina até os 9 anos quando mudou-se para a cidade de Salvador com a família. Seu pai acreditava que na capital teriam melhores oportunidades de estudo e de crescimento econômico. Ressalta que desde pequena acompanhava a mãe em seu trabalho na escola primária, porque sempre foi apaixonada pela educação. Dentre sua principal influência na juventude, está a figura de Padre Hugo, professor de matemática da escola em que estudava, que teria sido quem lhe

apresentou o projeto de criação da associação. Lílian Pacheco é casada com o professor de matemática da escola em que estudava, que teria sido quem lhe

da educação para as turmas do magistério da escola

princípios da economia solidária. Além de desenvolverem atividades nos grupos cooperativos, atuam como monitores nas oficinas Grãos de Luz. Cada jovem recebe uma bolsa-produção no valor de R\$130,00, financiada pela ONG Lena (Lençóis-Narón, Galícia, Espanha) e pelo Programa Monumenta - IPHAN para desenvolver atividades semanais, tendo como foco a geração de renda a partir da venda de seus produtos.

A dinâmica dos grupos cooperativos no espaço da associação parece acontecer de forma independente, sendo os jovens os gestores de seus produtos e “negócios”, em uma espécie de incubadora de projetos e ações. Além da bolsa-produção há outros financiamentos complementares que garantem a permanência dos jovens na sede da associação, com uma renda mensal de R\$300,00. Esses financiamentos complementares derivam da venda dos produtos produzidos pelos grupos cooperativos, que são vinculados diretamente às ações e práticas da Associação Grãos de Luz e Griô. A renda da venda dos produtos, de forma combinada com o grupo, vai para um fundo/poupança individual, para que possa ser gasto por cada jovem em algum investimento no final de cada ano.

Os investimentos que os jovens fazem são variados. Pode ser a aquisição de um terreno para a construção de uma casa, a compra de uma casa ou de uma moto para trabalhar como mototaxista, financiamento da faculdade, dentre outros. Em conjunto com os jovens foi estabelecida uma meta de R\$5.000,00/mês a ser alcançada por cada grupo cooperativo com a venda dos produtos, que após ser atingida é dividida entre os mesmos mensalmente, aumentando a bolsa recebida e reabrindo uma nova poupança. Assim como as crianças, os jovens participam da “vivência”¹⁸ uma vez por semana, sendo um momento também para discussão do andamento das atividades de cada grupo cooperativo, assim como das expectativas pessoais de cada jovem em relação ao projeto e em relação aos seus projetos de vida.

Vale ressaltar que os grupos cooperativos não são formais. Durante o período em que estive em Lençóis, pude acompanhar as atividades do grupo cooperativo de turismo de base comunitária, organizado pelas jovens Maísa, Ane e Lane. O grupo havia ultrapassado a meta dos

¹⁸ Prática pedagógica utilizada pelo grupo semanalmente nas oficinas com as crianças e com os jovens. A vivência acontece sempre por meio da formação de uma roda. É um espaço para a experimentação das músicas, danças e contação de histórias da tradição oral local. É conduzida pelos coordenadores da associação ou pela jovem Eniele.

R\$5.000,00, atingindo R\$15.000,00 com as venda das trilhas griôs para os turistas no ano de 2007. Em 2008, o grupo obteve uma renda de R\$54.000,00, com as “trilhas griôs”, nas comunidades da zona rural do Iuna, Remanso e Capivara.

Além dos grupos cooperativos, há a possibilidade de a Associação garantir um apoio financeiro, por meio da manutenção da bolsa para financiamento dos estudos, sejam de nível técnico ou superior e a geração de emprego e renda por meio do apoio para a realização de estágios e/ou trabalhos. No segundo e terceiro casos, o apoio dado pela ONG passa pela articulação, construção de currículos e mediação com locais de trabalho.

Na entrevista realizada com a jovem Eniele Santos, percebo que a renda obtida com as atividades desempenhadas na Associação Grãos de Luz e Griô geram impactos financeiros diretos para ela e sua família, garantindo a melhoria da qualidade de vida. Eniele tem 21 anos e nasceu na cidade de Lençóis, sua mãe é lavadeira e faxineira e seu pai ex-garimpeiro. A jovem é integrante do grupo cooperativo de música e tradição oral e articuladora aprendiz da regional Bahia pelo programa Ação Griô Nacional. Com uma renda fixa mensal média de R\$400,00 mais as diárias que ganha pela condução das vivências nas trilhas de turismo de base comunitária e nos encontros promovidos pela ONG, Eniele diz que conseguiu comprar para a sua casa uma geladeira e uma pia de lavar louças, a fim de ajudar a sua mãe. Com o dinheiro do fundo para investimentos, comprou uma casa onde mora seu pai, e mais um terreno ao lado da casa de sua mãe, onde pretende construir sua própria casa.

Outro ponto importante na entrevista são as mudanças que a jovem relata ter tido em sua vida após ter ingressado no projeto da Associação Grãos de Luz e Griô. Eniele não somente é beneficiária do projeto como também atua como agente na ONG há três anos:

*Eu conto a minha vida antes do Grãos e depois do Grãos. **Eu acho que a minha vida depois do Grãos é outra coisa, é como se eu tivesse começado realmente a andar a partir da minha entrada no projeto. Que eu comecei a me sentir gente. Porque eu consegui me reconhecer e a valorizar coisas que são fundamentais na vida de uma pessoa. Você saber de onde vem, querer conhecer de verdade da onde que seus pais e seus avós vêm. Onde está a minha história. Eu comecei a me ligar nessa***

questão da minha ancestralidade de verdade. Não só em palavras. Eu comecei a sentir de verdade a necessidade de conhecer de onde eu venho. E hoje o que eu sou tem muita influência do que os meus avós foram e do que eu tenho de parecido com eles. E eu fui me descobrindo. Fui me descobrindo até mais forte do que eu imaginava que eu era. Eu me sinto uma pessoa forte hoje. Porque eu era muito recanteada, não me reconhecia, talvez eu não me desse o valor que eu tenho. Fui fortalecendo a minha identidade, de não ter vergonha de me mostrar do jeito que eu sou, de amarrar uma faixa no meu cabelo e deixar o meu cabelo do jeito que ele é, ou de me vestir de forma que independente do que as pessoas vão achar, é a que eu me sinto bem. Hoje a pessoa olha para mim e vê exatamente quem eu sou, no meu cabelo, na minha cor, na minha roupa. Os meus símbolos representam de verdade aquilo que eu sou. Eu acho que hoje as pessoas olham e veem isso. E o Grãos tem me mostrado muito isso, essa questão do projeto de vida, da missão. E às vezes sempre me vem alguma dúvida de qual será a minha missão nessa vida. Será que eu estou realmente seguindo o meu caminho, aí de repente eu paro converso com Lillian e ela me diz uma palavra. Márcio me diz uma palavra e aquilo que de repente pode ter me dado alguma dúvida se resolve de imediato. É esse mesmo o caminho. Eu estou no caminho certo porque o que eu estou construindo, está construindo a minha identidade, um projeto de vida. E no futuro eu quero isso.

Eniele Santos (Grifos meus)

No relato de Eniele percebemos que a entrada e a participação nas atividades da Associação Grãos de Luz e Griô interferem diretamente na formação de seus valores individuais e coletivos e em sua visão de mundo. Para além do retorno financeiro obtido com a renda de sua atuação na ONG, a participação diária em suas atividades faz com que a jovem passe a se identificar com a filosofia e ideologia da Pedagogia Griô, buscando descobrir e se aprofundar em sua própria história de vida e na relação com sua comunidade:

Eu quero estudar para poder conhecer mais da tradição oral e da cultura, para estar mais envolvida e preparada. Porque quanto griô aprendiz eu tenho essa função de aprender e de passar o conhecimento adiante. Como diz na cultura africana: “eu sou apenas o sangue que circula entre os saberes”. Então eu tenho essa função de fazer circular esse saber. Que é uma responsabilidade muito grande, que mexe comigo fisicamente e emocionalmente. Então cada encontro que eu vou, de cada grupo de pessoas que vai passando pela minha vida, eu vou sentindo mais ainda esse saber das pessoas, dos mestres da minha comunidade, dos mestres

de outras comunidades. Eu vou vendo a importância e a minha obrigação de reconhecê-los e de fazer esse saber circular.

Eniele Santos (Grifos meus)

Por meio do relato de Eniele, percebemos que as ações da Associação Grãos de Luz e Griô, ao promover a participação juvenil, perpassam fortemente pelo incentivo à geração de renda e ao incentivo ao protagonismo juvenil, buscando garantir condições para o desenvolvimento pessoal de cada jovem, por meio dos grupos cooperativos. Outro fato que chama atenção é a mediação realizada pelos coordenadores nas escolhas de vida dos jovens, tais como as dúvidas que possam vir a ter sobre profissã

O Velho Griô teria como objetivo a mediação entre os saberes populares da tradição oral dos griôs e mestres¹⁹ com as comunidades/escolas de Lençóis. Essa mediação se daria de forma não planejada e não formal. De acordo com Márcio Caíres, as caminhadas que realiza pela zona rural não estão previstas em cronogramas e prazos que devem ser cumpridos. O encontro com os mais velhos aconteceria de forma espontânea, a partir de sua necessidade de entrar em contato com novos saberes de tradição oral e de reencontrar griôs, mestres e comunidades pelas quais já passou. Ressalta que os mestres não criam vínculos com instituições, mas sim com as pessoas, com os seres humanos e que a sua relação com eles é de aprendizagem, e também de troca. A dinâmica do Velho Griô é acompanhada pela contação de histórias, histórias de vida aprendidas de pessoas ou do grupo da própria comunidade, conforme relato de Márcio Caíres:

*O Velho Griô é o momento de **ritualização de uma vivência. O Velho Griô é como um terreiro. Tem um momento que ritualiza uma vivência com as roupas. Com a divindade, com o arquétipo. O Velho Griô é esse arquétipo que encarna. Existe um momento do dia que a gente pede a bênção junto, que o Velho Griô chega junto e a gente faz aquela missão. Missão mesmo de ir para a escola. Mas durante o dia não. Durante o dia sou eu convivendo. Eu não chego no momento dessa ritualização desse jeito. Tem outros rituais.***

*Qual história o Velho Griô conta na escola? **O Velho Griô conta a história de vida para a roda na escola. Aí o Velho Griô já chegou lá, contou a história de uma criança, de uma pessoa. Chega na hora da escola, que você elabora, ritualiza para contar, parece que tudo vem. Algumas vezes eu conto outra história, eu posso contar algum mito, para compartilhar mitos de outras regiões. Mas no geral o principal é o saber da região ali. Chegar naquele saber, no mito da região, no mito daquele lugar.***

Márcio Caíres (Grifos Meus.)

¹⁹ É importante definirmos as categorias mestres e griôs utilizadas pela Associação Grãos de Luz e Griô. Os mestres são pessoas reconhecidas pela comunidade por um saber popular. Podem ser líderes espirituais, curadores, parteiras, rezadeiras, mestre de capoeira, sanfoneiros, rendeira etc. Os griôs podem ser líderes culturais, animadores populares, músico, instrumentista, animador de festas, contadores de histórias, que se identifiquem com a figura do viajante e caminhante (PACHECO, 2006, 47-49).

Márcio Caíres ressalta que as caminhadas pela zona rural fazem parte do processo de elaboração da pedagogia griô, diz que os conhecimentos aprendidos nas caminhadas são elaborados nas práticas da Associação Grãos de Luz pelo espaço da vivência, que é tida pelo grupo como um espaço ritualizado e que semanalmente é facilitada por ele nas oficinas com as crianças e com os jovens. Além da “vivência”, os saberes aprendidos a cada caminhada seria elaborado pedagogicamente por Lílian, para aplicação nas oficinas Grãos de Luz.

Na prática pedagógica da Associação Grãos de Luz e Griô, a memória se faz presente a partir dos saberes dos mestres da cultura popular da cidade de Lençóis. Por meio da memória afetiva de pessoas tidas como importantes para a comunidade, os saberes são compartilhados com as crianças e jovens por meio da “vivência”, das oficinas Grãos de Luz e dos grupos

II. A PEDAGOGIA GRIÔ E SEUS RITUAIS

I. 2. Conceitos e Referências

Ao chegar à sede da Associação Grãos de Luz e Griô, chamam a minha atenção o portão de madeira e a fachada onde estão gravados os nomes dos financiadores e apoiadores do projeto, descritos como a “roda da solidariedade” do Grãos de Luz e Griô. A casa possui um salão amplo; painéis de madeira, pintados com símbolos que remetem à cultura africana, fazem com que os olhos parem por alguns instantes nas pinturas. Logo na entrada há um pátio, coberto por uma espécie de tenda; nesse local há a exposição de produtos artesanais confeccionados pelos jovens, diariamente comercializados para turistas ou para moradores da cidade.

O espaço-sede da associação é dividido na sala de comunicação e artes gráficas, uma sala de produção cultural, uma administrativa, três outros espaços, onde acontecem as oficinas com as crianças e com os jovens, e uma copa. Há a previsão de que, o casarão entre em obras, a fim de expandir e melhorar suas instalações, uma vez que ele é frágil, já que muitas paredes são de tapumes de madeiras, e teriam sido construídos em mutirão pelas crianças, jovens, educadores e coordenadores.

O portão da associação fica permanentemente aberto e há uma placa convidando quem passa na rua a entrar e conhecer o espaço e as atividades. A primeira atividade do dia é iniciada por um cortejo, animado por Márcio Caíres e pelo grupo cooperativo de jovens de música e tradição oral. Por meio de cantigas entoadas pelo grupo e batidas percussivas, logo os integrantes percorrem os espaços da sede, convidando jovens e educadores a se juntar ao cortejo. Todos largam seus afazeres e, em fila, caminham, batendo palmas, cantando e dançando, enquanto Márcio apresenta o nome de cada um em voz alta para todo o grupo. Após percorrer os espaços da sede da associação, o cortejo se dirige a “sala de vivência”.

No “ritual da vivência” do qual participei havia 15 jovens, alguns educadores e os coordenadores da ONG, Lílian Pacheco e Márcio Caíres. Ao adentrarmos a “sala de vivência”, posicionamo-nos em roda. No centro da roda há um pilão de madeira. A “vivência” é iniciada

com a abertura e pedido da bênção. Na Pedagogia Griô o pedido da bênção é entendido como uma importante forma de reverência à ancestralidade, a pessoas que nos ensinaram alguma coisa importante para a vida. Seria uma forma de fortalecimento da identidade individual e coletiva do grupo. O ato de pedir a bênção é uma forte característica das culturas tradicionais populares. Para esse momento há um cajado que passa de mão em mão que serve como instrumento simbólico para o ritual. Por meio da batida do cajado no chão faz-se a “reverência à ancestralidade”, com a frase “Eu peço a bênção a.....” e logo após a apresentação pessoal “Eu sou...” e novamente a batida do cajado no chão e a passagem do mesmo para a pessoa ao lado.

Após a bênção inicia-se uma ciranda cantada e dançada pelo grupo. Lílian, que conduz o momento, explica que a ciranda é a celebração do encontro do grupo e que por meio de uma roda todos conseguem se enxergar. Informa ao grupo que a música que será tocada e dançada foi aprendida com Mãe Rosa, moradora da comunidade do Remanso, zona rural de Lençóis. Percebo que todas as músicas e danças propostas pelos facilitadores são seguidas por uma explicação sobre onde foi aprendida e com quem, como uma forma de referência à origem do conhecimento.

Os jovens do grupo cooperativo de música e tradição oral tocam instrumentos percussivos e iniciam o canto e a dança da ciranda. A atividade segue com uma dança intitulada de mão do pilão, onde os participantes, em dupla, se dirigem ao centro da roda, realizando gestualmente a atividade de bater o pilão. O encontro segue por uma “dança do trabalho”, puxada por Márcio Caíres e logo após um samba de roda. O grupo brinca e dança, posteriormente, Eniele canta uma música mais lenta e inicia-se o momento da contação de histórias.

A contação de histórias é aberta por Márcio Caíres, que pega o cajado e cita uma frase para dar início à roda: “Lá nos sertões da África, entre aldeias distantes/Caminham homens e mulheres aprendendo e ensinando a sabedoria daquele povo/São os griôs/E quando os griôs chegam nas aldeias/As crianças, os pais, os tios, e os avós sentam em uma roda/E está aberto o ritual do contador de histórias”. Após um breve silêncio, Delvan, jovem participante do projeto e integrante do grupo cooperativo de comunicação e artes gráficas e de música e tradição oral, conta na roda a sua história de vida, relatando o mito do Negro D’Água contado, por seu avô,

morador da comunidade do Remanso. No final da história Delvan, canta e toca pandeiro na música que fez para o Negro D' Água em homenagem a seu avô.

Parece-me importante resgatar, ainda que brevemente, a história de vida de Delvan, um jovem de 21 anos, que entrou para as oficinas Grãos de Luz aos 10. Saiu aos 13 porque entrou para a igreja evangélica e se distanciou das atividades por quatro anos.²⁵ Aos 17 anos retornou para a Associação Grãos de Luz e para o grupo de capoeira Corda Bamba do Mestre Cascudo. Tem o apelido de Quilombola, por ser remanescente da comunidade do Remanso e devido a sua prática na capoeira. Lílian diz no grupo que a história contada por Delvan é um presente e se emociona. Após essa história, outras pessoas do grupo se sentem motivadas a contar suas histórias de vida.

A vivência é chamada na Pedagogia Griô de “ritual de vínculo e aprendizagem” e, de acordo com o grupo, integra cantigas, danças, símbolos, versos, mitos, heróis, arquétipos, saberes, provérbios, artes, ofícios, e ciências da vida de tradição oral da comunidade e de seu grupo étnico-cultural, em uma rede de palavras e temas geradores. Pode ser realizada em espaços públicos, nas escolas, ruas e oficinas, com públicos diferentes, tais como crianças, jovens, adultos e idosos em uma mesma roda. A vivência proposta pela Pedagogia Griô em uma sistematização passaria pela abertura, integração da roda, expressão da identidade no centro da roda, harmonização, contação de histórias e mitos, expressão artística e artesanal e despedida (PACHECO, 2007, p. 92 e 93).

A Pedagogia Griô tem como conceitos e referências a educação biocêntrica de Rolando Toro²⁶ e Ruth Cavalcante,²⁷ a educação para as relações étnico-raciais-positivas de Vanda

²⁵ Devido às fortes referências às religiões afro-brasileiras presentes nas práticas educativas da Associação Grãos de Luz e Griô, ocorrem alguns casos de conflitos com pessoas de práticas religiosas cristãs. O afastamento de Delvan das oficinas Grãos de Luz teria ocorrido por passar a considerar as referências míticas das oficinas como pecado. Após a morte do seu avô, que seria muito ligado aos elementos da Natureza, Delvan voltou a frequentar as oficinas e a capoeira (Relatório dos jovens da Associação Grãos de Luz e Griô 2008).

²⁶ Chileno, psicólogo e antropólogo e presidente da International Biocentric Foundation – IBF, Rolando Toro trabalhou em universidades e hospitais psiquiátricos de onde teria nascido o sistema biodança.

²⁷ Especialista em Educação Biocêntrica e Psicologia Transpessoal, Centro de Desenvolvimento Humano, CDH, Fortaleza/CE. Coordenadora do Curso de Especialização em Educação Biocêntrica na UVA – Universidade Vale do Acaraú.

Machado,²⁸ a psicologia comunitária de Cezar Vagner Góis²⁹ e a educação dialógica de Paulo Freire.³⁰ A fim de compreendermos mais claramente as metodologias e práticas educativas do grupo, faz-se necessária uma breve digressão sobre esses referenciais teóricos que lhe dão diretriz.

A educação biocêntrica tem como origem o sistema biodança, criado por Rolando Toro na década de 60, que teria elaborado a técnica a partir de sua percepção da vida e de seus estudos sobre Arte, Tradição, Filosofia e Ciências Humanas e Biológicas. A técnica utiliza o contato, o corpo, a música e o movimento na reabilitação e manutenção da saúde das pessoas. De acordo com Cezar Wagner Góis a biodança seria uma abordagem de desenvolvimento humano baseada na visão biocêntrica, que parte da possibilidade de o ser humano vivenciar e se orientar por princípios que surgem da própria vida, que se encontram em sua estrutura somato-psíquica natural, bem antes de qualquer construção histórica, porém necessitando da cultura para se manifestarem como realidade humana (GÓIS, 2002, p. 11).

Ainda de acordo com o autor, a biodança seria um sistema de desenvolvimento humano baseado na expressão e desenvolvimento da identidade, ponto de partida e base da percepção e das noções que construímos de nós mesmos e do mundo. Por isso, poderia ser conceituada também como a pedagogia pelo movimento, pedagogia do encontro, poética do encontro e uma nova sensibilidade frente à vida (GÓIS, 2002, p. 23).

²⁸ Historiadora e Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia. Especializada em religiões afro-brasileiras, candomblé e mitos africanos. Criadora do Projeto Irê Ayó da Escola Eugenia Anna dos Santos na Comunidade de Terreiro Afonjá que tem como referencial para o processo de aprendizagem de crianças e jovens a cultura afro-brasileira. Principais publicações: *Ilê Axé: Vivências e invenção pedagógica*, Crianças do Afonjá Salvador: Edufba/SMEC, 2000. *O menino no caminho do Rei*, Salvador: TEA/UFBA/SMEC/PMS, 2001. *Ilê Ifé – O Sonho do Iaô Afonjá*. Vanda Machado da Silva e Carlos Petrovich.

²⁹ Professor de Psicologia da Universidade Federal do Ceará e Doutor em Psicologia Social Comunitária pela Universidade de Barcelona. Dentre suas principais publicações podemos citar: *Psicologia Comunitária: Atividade e Consciência*. Ed: Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais. Fortaleza, Ceará, 2005 e *Psicologia Comunitária no Ceará: Uma Caminhada*. Ed: Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais. Fortaleza – Ceará 2003.

³⁰ Educador popular brasileiro nascido em 1921 na cidade do Recife. Dedicou-se inicialmente à educação popular de adultos em área periféricas urbanas e rurais no Estado de Pernambuco, criando uma técnica de alfabetização onde os alfabetizados definiam os temas geradores junto com os educadores. Para o pedagogo a educação estava para além da sala de aula e da educação formal. (www.projetomemoria.art.br)

Da biodança, Rolando Toro criou o princípio biocêntrico que entende o universo como um sistema vivo, sendo um contraponto ao princípio antropocêntrico. O princípio biocêntrico teria originado a educação biocêntrica. De acordo com a coordenação da Associação Grãos de Luz e Griô, o trabalho pedagógico, voltado para as culturas tradicionais, teria como uma das motivações a percepção de que nas culturas de tradição oral a música e o movimento fazem parte de um universo vivo, são intrínsecas ao modo de vida.

De acordo com Ruth Cavalcante, a educação biocêntrica tem como método uma prática pedagógica reflexiva e vivencial, onde a aprendizagem não se dá somente pelo cognitivo e pelo intelecto, mas também pelas emoções, sentimentos, sensações e intuição. O conceito da educação biocêntrica também estaria para além da educação escolar expandindo sua atuação para a ação comunitária. Dentre suas principais características a autora destaca a reeducação afetiva da vida através do vínculo, o desenvolvimento da inteligência afetiva e a aprendizagem reflexiva e vivencial. A referência para a construção do conhecimento seria a vida por meio da relação consigo mesmo, com o outro e com o ambiente. Ressalta que esta modalidade de educação propiciaria o fortalecimento da identidade individual e coletiva (CAVALCANTE, 2007, p. 10).

Devido à formação de Lílian na técnica da biodança, tendo, durante muitos anos atuado como facilitadora de grupos de biodança na cidade de Salvador, os referenciais da técnica se fazem visivelmente presentes nas práticas e estratégias da Pedagogia Griô. A principal metodologia de ensino-aprendizagem da educação biocêntrica e da Associação Grãos de Luz é justamente o ritual de vivência. No sistema biodança a vivência estaria orientada para a potencialidade natural e expressiva do ser. Não priorizando o condicionamento, a interpretação e a razão, mas a geração de vínculos. De acordo com Toro, a vivência é o instante vivido com grande intensidade por um indivíduo e que envolveria processos subjetivos e as funções viscerais e emocionais.

Na Pedagogia Griô há uma nova elaboração da “vivência” do sistema biodança inicialmente proposto por Rolando Toro:

Queríamos criar uma linguagem que se voltasse diretamente para as culturas tradicionais, de onde, na verdade, a biodança bebeu. Fui criando um acúmulo de vivências a partir dos princípios da biodança. Por exemplo, o princípio de autorregulação do grupo, de trabalhar os três níveis de vínculo – comigo, com o outro e com o grupo; o princípio da progressividade, de cuidar para que as pessoas entrem devagar no processo, vinculando-se consigo e com o outro e entregando-se a sua própria vivência, seu próprio sentido; o princípio do respeito ao processo e ritmo do outro, a história como ele conta, a sua verdade. Essas são algumas coisas que a gente vai reelaborando, no jeito de fazer a vivência. Substituindo, por exemplo, os exercícios de dança e as músicas da biodança pelas danças e cantos tradicionais e também do grupo, integrando as histórias de vida e a palavra na vivência. A vivência é a força do ritual, o ritual da comunidade, das culturas de tradição oral.

Lílian Pacheco

Além da música e da dança, a palavra tem extrema importância para as práticas do grupo. O momento da contação de histórias da vivência da Pedagogia Griô vem da proposta de incorporar as histórias de vida em suas práticas pedagógicas a partir das narrativas pessoais de cada participante da vivência. Há um entendimento pelos agentes do projeto de que as mesmas integrariam a identidade individual e coletiva por meio de um processo cultural, social, político, pedagógico e educacional. A partir de cada história de vida haveria uma ressonância para a história de sua origem, contexto e cultura e a forma como as pessoas relacionariam essas três dimensões. As referenciais seriam mais diversas, uma vez que muitas delas viriam da cultura ancestral e de processos políticos e históricos mais amplos. Um dos objetivos da Pedagogia Griô seria fazer com que as crianças e os adolescentes olhem sua própria história de vida, relacionando com os mitos, arquétipos e a ciência integrando-a com a cultura local e comunitária.

Para quem visita a sede da Associação Grãos de Luz e Griô ou tem contato com seus materiais gráficos, por meio de suas publicações, folders, revistas ou mesmo o site institucional do projeto, percebe a clara identificação com a cultura africana. No espaço físico do projeto encontramos pinturas, painéis e produtos pedagógicos e educativos expostos que fazem menção

Como exemplo, cito o Grupo Capoeira Corda Bamba e o Grupo de Ambientalista de Lençóis (GAL), que tiveram o apoio da ONG para elaboração de seus projetos e captação de recursos junto aos editais públicos de seleção do Ministério da Cultura e da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia.

Podemos dizer que na metodologia da Associação Grãos de Luz e Griô há diversas referências ao modelo de educação criado por Paulo Freire. Porém para este trabalho ficaremos com as ideias e características da relação dialógica proposta pelo educador brasileiro. A Associação Grãos de Luz tem como referência a forma como um diálogo pode construir uma relação. Esse diálogo teria vínculo afetivo e deve ser construído e vivenciado. Na prática da educação dialógica estaria em jogo as pessoas saberem dialogar e saberem se escutar com paciência, ao se reconhecerem nas diferenças. Conforme nos ensina Paulo Freire: “O fundamental é que professores e alunos saibam que a postura deles, do professor e dos alunos, é dialógica, aberta, curiosa, indagadora e não apassivada, enquanto fala ou enquanto ouve” (FREIRE, 2008, p. 86).

Paulo Freire, em *Pedagogia do Oprimido*, dia que a teoria dialógica teria como característica a colaboração, a união, a organização e a síntese cultural, onde os sujeitos se encontram para a transformação do mundo. A colaboração, só poderia acontecer entre sujeitos e realizar-se pela comunicação, onde não haveria lugar para a conquista das massas para a sua adesão. A união para a libertação se daria por meio da união dos oprimidos para a transformação e não com sua divisão, forma como se manteria mais facilmente a opressão. A organização das massas populares estaria contraposta à manipulação autoritária que serve de conquista resultando em uma síntese cultural. Esta seria uma modalidade de ação cultural, instrumento de superação da própria cultura alienada e alienante (FREIRE, 1982, p. 196-214).

Outras referências da Pedagogia de Paulo Freire estão nos temas geradores definidos anualmente pela ONG, que pauta de forma transversal os projetos pedagógicos elaborados pelos educadores trimestralmente. Freire afirma que:

A investigação dos “temas geradores” ou da temática significativa do povo, tendo como objetivo fundamental a captação de seus temas básicos, só a partir de cujo conhecimento é possível a organização do conteúdo programático para qualquer ação com ele, se instaura como ponto de partida do processo da ação, como síntese cultural. (...) Na teoria dialógica a investigação temática tem como sujeitos de seu processo, não apenas os investigadores profissionais, mas também os homens do povo, cujo universo temático se busca. Neste momento primeiro da ação, com síntese cultural, que é a investigação, se vai constituindo o clima de criatividade, que já não de deterá, e que tende a desenvolver-se nas etapas seguintes da ação (FREIRE, 1982, p. 214).

Os conceitos e referências da Pedagogia Griô confirmam que a proposta é fundamentada em um campo multidisciplinar das ciências humanas e sociais. Podemos perceber que o modelo de educação foi construído de forma processual em um amplo movimento de pesquisa e experimentação dos coordenadores da ONG. Estes foram afetados por pessoas e teorias do campo da educação popular em suas trajetórias pessoais e profissionais, que acabou por resultar na elaboração de uma proposta pedagógica cultural alternativa que vise ao desenvolvimento comunitário.

II. 2.1. A tradição oral como prática educativa

Em 1993 o Programa Tesouros Humanos Vivos da Unesco, lançou, como diretriz prioritária, a valorização de mestres de diferentes ofícios no âmbito do Patrimônio Cultural Imaterial. Esta medida visa criar formas que assegurem a transmissão às novas gerações de saberes e fazeres. Para Regina Abreu, esta preocupação teria como meta a valorização de identidades culturais, o fomento a consolidação do pluralismo cultural, a preservação de elementos fundamentais para um desenvolvimento humano durável e a preservação e promoção de culturas tradicionais e populares com fonte de inspiração para a criatividade contemporânea (ABREU, 2003, p. 83).

Neste contexto é importante trazer para a reflexão a definição de tradição oral. De acordo com J. Vansina:

Seria um erro reduzir a civilização da palavra falada simplesmente a uma negativa “ausência do escrever”, e perpetuar o desdém inato dos letrados pelos iletrados. (...) Uma sociedade oral reconhece a fala não apenas como um meio de comunicação diária, mas também como um meio de preservação de saberes ancestrais, venerada no que poderíamos chamar de elocuições chave, isto é, a tradição oral. A tradição pode ser definida, de fato, como um testemunho transmitido verbalmente de uma geração a outra (VANSINA, 1968, p. 157).

A ideia de que a realidade educacional não está restrita ao espaço escolar e que a aprendizagem de qualidade é fundamentada em noções de desenvolvimento local e no empoderamento comunitário tem conquistado espaço significativo nos últimos anos. Nesse processo, práticas da educação não-formal têm se aproximado da educação formal, ao se entender que o sistema educativo tradicional não seria suficiente para garantir o processo de aprendizagem. A participação de novos atores sociais, sejam indivíduos ou organizações comunitárias, leva a uma ocupação dos espaços públicos locais, que passam a ser entendidos como lugares onde os sujeitos aprendem, incorporando valores e hábitos, desenvolvendo capacidades. Nesse quadro, a escola é um ator a mais no processo que extrapola o ensino formal (NEIROTTI e POGII, 2005, p. 8).

O Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, coordenado por Jacques Delors³¹, aponta que, para se chegar a uma educação de qualidade, quatro aprendizagens seriam fundamentais para o desenvolvimento do indivíduo: o aprender a conhecer (adquirir os instrumentos da compreensão), o aprender a fazer (para poder agir sobre o meio envolvente), o aprender a conviver (participação e cooperação) e o aprender a ser (via que integra as três anteriores). Para a Comissão, novos objetivos devem ser incorporados para se enfrentar os desafios da educação do século XXI:

Uma nova concepção ampliada de educação devia fazer com que todos pudessem descobrir, reanimar e fortalecer o seu potencial criativo - revelar o tesouro escondido em cada um de nós. Isto supõe que se ultrapasse a visão puramente instrumental da educação, considerada como a via obrigatória para obter certos resultados (saber fazer, aquisição de capacidades diversas, fins de ordens

³¹ Ver UNESCO, MEC. Educação: **Um tesouro a descobrir**. São Paulo, Cortez Editora, 1999

econômicas), e se passe a considerá-la em toda sua plenitude: realização da pessoa que, na sua totalidade aprende a ser (UNESCO, 1999, p. 90-91).

É no contexto, portanto, de uma proposta mais ampla para uma realidade educacional participativa, na qual a responsabilidade de ensinar a aprender é compartilhada, que emerge a Pedagogia Griô. O Projeto Griô, citado anteriormente, possibilitou à ONG experimentar a metodologia no ensino formal, em parceria com as escolas da rede municipal de ensino da cidade de Lençóis. Lílian relata de que forma a proposta pôde se aproximar do ensino formal e integrar a tradição oral no processo de aprendizagem das crianças:

Quando as crianças estudaram a capoeira, junto, estudaram a história do Brasil, geografia e, pelas ladainhas, portugueses. E tinham aulas de capoeira dentro da escola, sempre fazendo processos vivenciais e buscando referências na Pedagogia Griô, de criar aulas abertas com rodas e incluir, ainda, a expressão artística desse vivencial. Não a arte enquanto aula de arte. Mas a aula enquanto um momento de expressão do seu saber, do que você está vivendo e aprendendo. A ideia era integrar essa expressão artística em todas as disciplinas, nos conteúdos que se está aprendendo. As crianças estudaram a matemática da feira, ou seja, as unidades de medida formais e aquelas do povo da feira, para fazer comparações e cálculos. Porque o povo da feira faz medidas de braço, saco, bacia, potinho. Então as crianças faziam esse levantamento. Quantos quilos tem um saco de farinha? Porque o saco de farinha não é uma medida, ele é um saco. Que negócio é esse de quantos quilos tem um saco de farinha? Aí iam aprender sobre as balanças também, aqueles litrinhos, que geralmente não são litros. Como é que eles trabalham as unidades formais dentro da feira? Outro exemplo é a integração de mitos sobre a criação do universo com a história do Big Bang, a questão das parteiras com a ciência das ervas e do parto, nascimento e reprodução. Aí entram também questões políticas, do parto humanizado e da industrialização do parto. Discutiam essas questões, também com suas mães. A história de Dom Obá mobilizou todas as escolas. Todo mundo estudou a história e a geografia da África, recriou a história em cordéis e, depois, virou uma música da banda Grãos de Luz. A gente também estudou as brincadeiras do boi e da mulinha (bumba-meu-boi, boi de janeiro, boizinho e outras), por meio do mapa do Brasil, vendo como era a expressão do mito em diferentes lugares. Então se estudava desenhando, pintando, brincando. Nesse caso, junta a história e a geografia do Brasil com o mito do boi. Esses são exemplos que dialogam com os saberes comunitários de tradição oral.

Lílian Pacheco (Grifos meus)

Percebemos, portanto, que a Pedagogia Griô buscou aproximar o currículo formal da escola com o conhecimento comunitário, no caso específico dos saberes de tradição oral, valorizando a expressão da criança e a aproximação dos conteúdos de sua realidade local. Outra proposta importante é a mudança na forma da aula: ao invés da sala de aula, com cadeiras em filas, as aulas passam a ser realizadas em espaços abertos e em roda.

A pedagogia da roda é prática constante das atividades propostas pela Associação Grãos de Luz e Griô em todas as etapas de planejamento, formação de educadores, oficinas. A roda também é muito utilizada em projetos socioeducativos e culturais. De acordo com Carolina Figueiredo, referindo-se ao projeto Circo Social, a pedagogia da roda representaria a busca pelo direito de todos falarem, discordarem, tentarem, exporem suas opiniões e contribuições. O diálogo, o direito de se expressar e o dever de ouvir são as bases que fazem da roda uma metodologia pedagógica vinculada estreitamente com a construção de uma educação democrática, crítica e libertadora. Através da roda os educando teriam a possibilidade de se tornarem sujeitos, pessoas que ativamente se expressam, escutam, debatem, dialogam e refletem. Em meio a essa troca diária com outras pessoas, o educando aumenta suas condições de ser sujeito também de sua transformação pessoal, social e mesmo de realizar mudanças dentro do próprio projeto (FIGUEIREDO, 2007, p. 43).

Do ponto de vista da coordenadora pedagógica do projeto, alguns resultados foram alcançados na integração dos saberes de tradição oral com o ensino formal das escolas municipais de Lençóis.

Nós nos interessamos mais pelos resultados de processo. O resultado de processo da gente é assim: educadores que se conhecem, que ressignificam sua prática pedagógica e seu vínculo com as crianças. Isso é uma porcentagem muito alta. Educadores vinculados politicamente para criar uma associação, batalhar por um conselho, fiscalizar as contas, esse é outro resultado forte. A gente identifica claramente dois indicadores. Primeiro, muda completamente o interesse e o envolvimento das crianças, nesses níveis que o educador também muda, de vínculo com a escola, consciência de grupo, paixão pelo grupo e gosto por estudar. Por isso, um indicador importante é esse: crianças que seriam as excluídas da escola mais apaixonadas pela escola.

São crianças que, geralmente, têm uma história forte com a comunidade e a tradição oral, maior do que os outros. E são excluídas, são as “rueiras”. Elas podem não saber sobre Napoleão Bonaparte ou Dom Pedro II. Mas, **quando a gente vai trabalhar as ervas, os reisados, a capoeira, são elas que mais sabem. Então, o vínculo dessas crianças com a escola muda muito.** Na verdade, nós não trabalhamos indicadores de repetência ou evasão. Esses são os indicadores “altos” que, em geral, os programas de educação trabalham e crescem a 70%, 80% ou mais. Mas tem 15% dos meninos que você nunca ia atingir e são estes que a gente mais atinge. **São processos de inclusão de pessoas que se excluem. Negam a escola porque a escola não é o espaço deles.** Outro indicador forte é o planejamento. Os professores aprendem a cultura do planejamento: planejar, avaliar, refletir, dialogar, compartilhar, fazer as exposições, querer criar junto. **Construir processos de educação junto com a comunidade e as crianças. A gente trabalha com a vivência. Então, o que fica de sentido para o educador e para as crianças é o grande resultado. São referenciais e aprendizados de vida que se constroem e, dentro deles, têm conteúdos de história, geografia, matemática, ciências.**

Lílian Pacheco (Grifos meus)

Lílian ressalta, assim, que os resultados da Pedagogia Griô na integração com o ensino formal teriam ocorrido de forma mais significativa na construção de vínculos afetivos entre os professores e os alunos e com o próprio ambiente escolar, em um processo de ressignificação. Destaca também o processo de identificação de alunos que se excluía do ambiente escolar por não se identificarem com os conteúdos formais por serem de famílias de cultura oral. Após a aplicação da Pedagogia Griô e da valorização dos conhecimentos de tradição oral, o saber desses alunos teria sido valorizado, uma vez que o educador insere em seu planejamento pedagógico formal a cultura oral.

Na concepção da coordenadora pedagógica do projeto, a Pedagogia Griô teria alguns limites na possibilidade de as crianças e dos jovens relacionarem as suas histórias de vida com processos mais amplos políticos e sociais do Brasil e do mundo:

O Grãos de Luz ainda não chegou a um processo consciente de história de vida que pode chegar, mas isso é um processo também. Os meninos, hoje, eles olham a história de vida com arquétipo, com mito, mas eles ainda não juntam com a história social do mundo, a história social e política. Isso ainda falta. Que precisa. A pedagogia Griô ainda está se estruturando para poder ter uma prática que movimenta tudo isso, que junta mais tudo isso. Mas é porque está em construção mesmo.

Lílian Pacheco

A fim de ilustrar as percepções sobre as práticas e estratégias pedagógicas da Associação Grãos de Luz e Griô no âmbito da articulação e envolvimento comunitário, trago o relato de campo de duas atividades que pude acompanhar durante a pesquisa em Lençóis: a oficina de educação ambiental, realizada com as crianças da ONG no Museu do Garimpo, e um percurso da trilha griô na comunidade remanescente quilombola do Remanso.

O Museu do Garimpo foi criado por Coriolano Rocha, Seu Cori, um senhor de 80 anos, que começou a trabalhar no garimpo, com seu pai, aos 12 anos. Seu Cori recriou no quintal de sua casa a forma de funcionamento de um garimpo. Quem passa pela porta de sua casa logo vê uma placa que identifica o museu e, ao adentrar, Seu Cori recebe o visitante, contando sua história de vida e a histórias das atividades do garimpo em Lençóis.

Na oficina, com sua participação, o ex-garimpeiro apresenta a “toca” do garimpeiro, os objetos e utensílios que eram utilizados por eles na busca pelo diamante e refaz o ritual do garimpo ao acender o fogo por meio da fricção de duas pedras. Para provocar a curiosidade das crianças, Seu Cori traz em uma das mãos duas pedras de diamante pequeninas e as joga em um punhado de cascalho e terra, para que as crianças possam peneirar e reviver o dia-a-dia do garimpo. As mais curiosas fazem perguntas sobre onde ele dormia, como comia, quantos dias passava no garimpo etc. Após o encontro com o ex-garimpeiro, as crianças foram plantar algumas mudas de plantas e tomar banho de rio na região do Serrano, encerrando suas atividades do dia.

Na oficina de educação ambiental o espaço do museu inventado pelo ex-garimpeiro é tido pelo projeto político pedagógico como um espaço importante de aprendizagem para as crianças e

adolescentes, tendo em vista as relações e conexões que podem ser feitas com a história, geografia e geologia local. Muitos avôs e pais das crianças e adolescentes de hoje, viveram do garimpo de Lençóis, prática proibida atualmente, mas fortemente presente no imaginário coletivo da cidade. Nessa atividade podemos dizer que os locais e os espaços comunitários da cidade se transformam em espaços de aprendizagem.

Na terceira semana da pesquisa de campo, acompanhei o encontro Trilhas Griô do Nordeste, realizado em Lençóis, com a participação dos coordenadores dos pontos de cultura da Região Nordeste.³² O encontro tinha como proposta a formação de lideranças na metodologia das Trilhas Griô, projeto realizado em parceria pela Associação Grãos de Luz e Griô e pelo Projeto Bagagem, fundamentado nos princípios do Turismo de Base Comunitária.³³ O encontro tinha por objetivo que cada ponto de cultura participante pudesse criar e sistematizar a sua própria trilha em suas cidades.

Chegamos à comunidade do Remanso e iniciamos uma caminhada em cortejo, liderada pelos jovens do grupo cooperativo de música e tradição oral, pelas jovens do grupo Calumbé (grupo cooperativo de turismo de base comunitária) e pela sanfona de Seu Aurino. Vale ressaltar que os coordenadores da Associação Grãos de Luz e Griô e do Projeto Bagagem não foram à trilha, a fim de que os jovens pudessem ter autonomia para coordenar e protagonizar o processo da dinâmica do dia.

A trilha griô é toda produzida pelos jovens, com a supervisão e orientação dos coordenadores da ONG. O cortejo é animado pelas músicas, ritmos, versos e cantigas da comunidade e acompanhados por seus moradores, tidos como mestres de tradição oral pelos agentes do projeto. As jovens Ane e Maísa carregam o estandarte com o tema gerador das

³² Participaram do encontro representantes dos pontos de cultura da Fundação Terra Mirim – Simões Filho / BA; Fundação Pierre Verger – Salvador / BA; Nação Xambá – Olinda / PE; Cais do Parto – Olinda / PE; Museu da Pessoa – São Paulo / SP; Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape e Instituto Brasileiro de Educação em Negócios Sustentáveis (IBENS) – Cachoeira / BA.

³³ O Turismo de Base Comunitária tem como princípios o turismo da comunidade e para a comunidade. Teria como atração principal o modo de vida da comunidade por meio de sua organização, mobilização comunitária, tradição cultural e atividades econômicas, onde as atividades realizadas visariam promover um intercâmbio cultural entre os moradores e os visitantes (turistas). Conservação ambiental, transparência no uso dos recursos e parceria social com as agências de turismo são os demais princípios. Em Lençóis as trilhas griôs são realizadas em parceria com o Projeto Bagagem e se dividem em Trilha Griô do Garimpo, da Afro-descendência, da Ciência Tradicional e do Quilombo. (Fonte: www.projetobagagem.org.br).

oficinas grãos de luz no ano de 2008. O cortejo é animado pela jovem Eniele Santos, que desempenha a função de “griô aprendiz” inspirada nos conhecimentos aprendidos com o Velho Griô.

Após o cortejo, a primeira atividade foi conhecer a casa de jaré³⁴ do casal Robertinho e Juanita. De forma muito tímida, Dona Juanita contou ao grupo a história da casa de jaré construída e mantida por ela devido a uma tradição familiar. Falou, ainda, sobre o preconceito que muitas vezes enfrenta dos moradores da própria comunidade com a casa, pela prática dos rituais do culto afro-brasileiro. Algumas pessoas do grupo fazem perguntas ao casal sobre o culto do jaré, o funcionamento e a história da casa.

Em seguida à visita à casa de jaré, continuamos o cortejo até a escola municipal, única na região. Ainda no caminho até a escola, podíamos avistar as crianças já curiosas nas janelas da escola cantando e dançando as músicas cantadas pelo cortejo. Ao chegarmos, as crianças rapidamente se juntam ao grupo formando uma roda e participando da vivência proposta pela griô aprendiz.

Após o encontro na escola, nos posicionamos em roda, debaixo de uma árvore, e foi proposto pela griô aprendiz um momento de vivência com os griôs e mestres da comunidade do Remanso. Um dos momentos que me chamam a atenção é o de contação de histórias, conduzido por Seu Aurino. Seu Aurino, 62 anos, é sanfoneiro da comunidade, onde teria aprendido a tocar o instrumento com seu pai. É tido pela Associação Grãos de Luz e Griô como mestre de tradição oral. Na roda de contação de histórias Seu Aurino conta para o grupo sua história de vida e memórias sobre a formação da comunidade do Remanso. Com desenvoltura caminha pelo centro da roda, lembrando que algum tempo atrás não estaria ali, e emociona-se. A elaboração da história de vida de Seu Aurino é toda pesquisada pelas jovens do grupo de turismo de base comunitária, para uma reelaboração nos momentos de vivência.

Pelo resto do dia, o grupo dividiu-se em oficinas, que eram dadas pelos próprios moradores da comunidade, a fim de que pudéssemos conhecer seu modo de vida: a) oficina da

³⁴ Religião afro-brasileira dissidente do Candomblé, típica da região.

casa de farinha, b) do maio e do muzuá,³⁵ c) de xarope.³⁶ Essas oficinas são denominadas pelos agentes do projeto como “vivências de tradição oral”.

O grupo, de aproximadamente 20 pessoas, foi dividido em grupos menores de cinco a seis pessoas, que participaram cada um de uma das oficinas. Eu pude acompanhar a vivência do xarope medicinal. Após o almoço na casa de uma das famílias da comunidade, seguimos para a casa de Dona Judith. Dona Judith tem 78 anos e é mãe de 15 filhos, avó de 45 netos e 30 bisnetos. A conversa com Dona Judith é conduzida pela jovem Ane, que vai estimulando a senhora a contar sobre os seus conhecimentos a respeito das ervas. Suas explicações sobre as propriedades de cura das ervas sempre são intercaladas com trechos sobre a história de sua vida.

Após a conversa, fomos para a prática da produção de um xarope com as ervas medicinais e pudemos aprender a forma como ele é feito e levar para casa uma garrafa dele. Dona Judith rezou com as ervas as pessoas que se prontificaram e seguimos acompanhados por ela, para conhecer e colher as ervas na mata. O dia da Trilha Griô se encerrou com um passeio de canoa no rio Marimbus e uma noite com forró e lanche na sede da Associação de Moradores, com a participação dos turistas, da comunidade e dos jovens da Associação Grãos de Luz Griô.

No processo de educação e conhecimento criado pela Associação Grãos de Luz e Griô, as referências teóricas assumem papel de destaque, se quisermos compreender em quais bases teóricas e em quais campos do conhecimento a pedagogia proposta dialoga. Ao incorporar referências diversificadas, a pedagogia propõe uma visão integrada do desenvolvimento humano e social, buscando colaborar na ampliação de oportunidades educativas, sociais, culturais e econômicas para a comunidade na qual atua. Além das referências teóricas no capítulo em questão procurei apresentar de que maneira a ONG propõe e realiza a integração dos saberes de tradição oral no ensino formal e não-formal, além de apresentar os possíveis resultados na visão dos agentes do projeto.

³⁵ Artefatos para a prática da pesca

³⁶ Plantas e ervas medicinais

Na terceira parte deste trabalho, o foco será a expansão da Pedagogia Griô para um programa nacional em parceria com o Ministério da Cultura. A análise busca compreender de que forma a metodologia elaborada e criada pela Associação Grãos de Luz e Griô, torna-se referência nacional, originando uma rede de 130 organizações no país que compõem atualmente a Ação Griô Nacional.

III. A AÇÃO GRIÔ NACIONAL

III. 3. Uma Proposta Política Nacional: construindo redes de transmissão oral

A cultura está no centro dos debates contemporâneos sobre identidade e coesão social, conforme aponta a Declaração Universal da Unesco sobre a Diversidade Cultural, podendo ser entendida como “conjunto de traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que ela compreende, além das artes e das letras, os modos de vida, as formas de convivência, os sistemas de valores, as tradições e as crenças” (UNESCO, 2001, p. 5).

O conceito de cultura deve ser compreendido de uma forma ampla, não restrita às linguagens artísticas e às belas-artes, ao valorizar o sistema de direitos e de práticas cidadãs, assim como a autonomia e participação de atores e grupos sociais, que visem à construção de uma cidadania cultural, não efetivada somente pelos meios jurídicos e sociais, mas também pelas interações cotidianas (CANCLINI, 1994, p. 100).

Neste contexto, a discussão em torno da valorização do processo e não do produto cultural, fruto das relações econômicas do mercado e da indústria cultural, é uma discussão importante a fazer. Ao se atuar no âmbito do processo cultural, o importante é a trajetória percorrida, o meio do percurso, valorizador do desenvolvimento e das relações humanas e sociais, direcionadas a uma cultura política garantidora dos direitos culturais, em que todo cidadão tem o direito de produzir, participar, usufruir e experimentar os bens culturais.

A primeira gestão do governo Lula e do Ministro da Cultura Gilberto Gil (2003-2006) traz para a cena das políticas públicas de cultura³⁷ no Brasil novas perspectivas e questões. Dentre os novos conceitos estaria o conceito de cultura mais alargado – antropológico – adotado nos primeiros discursos do Ministro. Nessas falas, a sociedade brasileira aparece como público

³⁷ Para este trabalho trabalharemos com o conceito de Política Pública de Cultura apresentando por Lia Calabre como um conjunto ordenado e coerente de preceitos e objetivos que orientam linhas de ações públicas mais imediatas no campo da cultura com foco nos âmbitos da produção, circulação e consumo culturais (CALABRE, 2005, p. 9).

privilegiado das ações do Ministério, em vez de artistas e criadores – ressalta-se a retomada do papel ativo do Estado nas políticas culturais. A partir dessa concepção ampla de cultura adotada pelo Ministério da Cultura, novas modalidades de cultura são incorporadas: as culturas populares, afro-brasileiras, indígenas, de gênero, de orientações sexuais, das periferias, da mídia audiovisual, cultura digital etc. (RUBIM, 2007, p. 29; RUBIM, 2008, p. 64). Outra marca da gestão Gilberto Gil seria a construção de políticas públicas em debate com a sociedade, através do acionamento da sociedade civil e dos agentes culturais resultando na realização de seminários, conferências, câmaras setoriais e encontros tendo como desafio a democratização das políticas públicas de cultura (RUBIM, 2008, p. 65).

O conceito de identidade e diversidade nacional, adotado pelo Ministério da Cultura no mesmo período, também merece reflexão. Alexandre Barbalho aponta que a questão identitária se pluraliza, uma vez que seria recorrente nos documentos e falas oficiais do governo o uso do plural de palavras como política, identidade e cultura: as políticas públicas, as identidades nacionais e as culturas brasileiras. A preocupação da gestão estaria em revelar os brasis, trabalhando com as múltiplas manifestações culturais, em suas variadas matrizes étnicas, religiosas, de gênero, regionais etc. Haveria uma preocupação do Ministério com os setores historicamente pouco ou nada contemplados pelas políticas do MinC, o que acabou por gerar um dos programas mais importantes da gestão Gilberto Gil, o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva (BARBALHO, 2007, p. 52,54).

O Programa Cultura Viva – Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária foi criado pelo Ministério da Cultura em julho de 2004. Dentre seus objetivos destacam-se a promoção do acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural e a valorização de energias sociais e culturais, visando à construção de novos valores de cooperação e solidariedade. Dentre seu público prioritário estariam as populações de baixa renda; estudantes da rede básica de ensino; comunidades indígenas, rurais e quilombolas; agentes culturais, artistas, professores e militantes que desenvolvem ações ao combate da exclusão social e cultural. (Programa Cultura Viva – Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária. 3. ed. Brasília, Ministério da Cultura, 2004).

O programa é composto por quatro linhas de ação: pontos de cultura,³⁸ escola viva,³⁹ cultura digital⁴⁰ e ação grão nacional. Opera o conceito de cultura em três dimensões: na dimensão simbólica, a cultura como direito e cidadania e na economia, entendendo a cultura em sua forma mais alargada e transversal, o que permite integrá-la a ações de educação, saúde, meio ambiente, desenvolvimento social e humano etc. Permeando suas linhas de ação há também os conceitos de autonomia, empoderamento, protagonismo e gestão em rede visando ao fortalecimento da sociedade civil.

O Cultura Viva apresenta-se como um novo modelo de política pública de cultura, em que o Estado assume a responsabilidade direta pelo fomento à produção cultural do país por meio de financiamentos via Fundo Nacional de Cultura a instituições e/ou grupos culturais que já desenvolvem atividades culturais e sociais em seus territórios. Ressalta-se também a proposta da gestão compartilhada do programa com a sociedade civil representada pela Comissão Nacional dos Pontos de Cultura e pelos Fóruns Estaduais dos Pontos de Cultura.⁴¹ A participação no Programa Cultura Viva se dá por meio de editais públicos de seleção, membros da sociedade

³⁸ Os pontos de cultura são definidos pelo Ministério da Cultura como iniciativas culturais comunitárias desenvolvidas por instituições da sociedade civil ou governamentais municipais contempladas por editais públicos de seleção que, ao se tornarem Ponto de Cultura passam a articular, e impulsionar as ações que já existem nas comunidades. Há os pontos de cultura, os pontões e as redes de pontos de cultura. Os pontões e redes de pontos recebem um maior aporte de recursos financeiros e têm a função de mobilização e articulação de outros pontos de cultura em seu território de atuação, por meio de apoios e parcerias locais. (Fonte: Site do Ministério da Cultura – www.cultura.gov.br)

³⁹ A ação Escola Viva visa integrar os pontos de cultura à escola. Essa ação possibilita resgatar a interação entre cultura e educação. O principal objetivo é estimular práticas culturais e educacionais desenvolvidas nos Pontos de Cultura. A ação Escola Viva foi lançada, oficialmente por meio do Prêmio Escola Viva no valor de R\$ 15.000 em maio de 2007. Foram contempladas 110 iniciativas de pontos de cultura que articulam ações em parceria com escolas. (Fonte: Site do Ministério da Cultura - www.cultura.gov.br)

⁴⁰ Na ação cultura digital os pontos de cultura recebem um kit multimídia (pequena ilha de edição com computador conectado à internet, câmeras de vídeo e de fotografia, entre outros equipamentos). Visando-se o registro e à divulgação de suas ações por meio da gravação de um CD, produção de material audiovisual e impresso, entre outros produtos de registro e divulgação. As tecnologias oferecidas na ação Cultura Digital operam com software livre. (Fonte: Site do Ministério da Cultura - www.cultura.gov.br)

⁴¹ Como metodologia do Programa Cultura Viva há a realização de encontros estaduais anuais em que são realizados grupos de trabalho para discussão das linhas de ação do programa, assim como para a mobilização e articulação política para a continuidade do programa por meio de uma política de Estado. O I Fórum Nacional dos Pontos de Cultura foi realizado em novembro de 2007, como parte da programação do encontro nacional dos pontos de cultura Teia – Tudo de Todos na cidade de Belo Horizonte. Do I Fórum Nacional dos Pontos de Cultura elegeram-se a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, composta por 27 representantes estaduais, 3 representantes nacionais de cada linha de ação do Programa Cultura Viva, 21 representantes de grupos temáticos., somando um total de 51 representantes. Em novembro de 2008, foi realizado o II Fórum Nacional dos Pontos de Cultura como parte da programação Teia – Iguais na Diferença, em Brasília, onde foi realizada uma nova eleição para a composição da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura. (Fonte: <http://forumPontosdecultura.blogspot.com>).

civil encaminham propostas de projetos culturais, a fim de concorrer a um financiamento de R\$ 185.000,00 por um período de dois anos, para cumprir um plano de trabalho que será selecionado por uma Comissão Nacional de Avaliação. Há atualmente 824 pontos de cultura no país.⁴²

O programa propõe uma agenda fortalecedora dos direitos culturais, sociais e políticos, ao garantir a democratização e a descentralização ao acesso aos meios de formação, criação, difusão e fruição cultural. Na construção de uma política pública que busque o reconhecimento e a valorização da sociedade civil, opera com um conceito mais alargado da prática cultural, não restrita somente às linguagens artísticas. Nesse contexto, a fim de criar uma linha de ação no âmbito do Programa Cultura Viva valorizadora do Patrimônio Imaterial, surge a Ação Griô Nacional.

No ano de 2004, a Associação Grãos de Luz e Griô foi selecionada como ponto de cultura do Programa Cultura Viva, do Ministério da Cultura. Por intermédio da Secretaria de Programas e Projetos Culturais – SPPC/MinC, na pessoa do Secretário de Estado, Célio Turino, a instituição foi convidada a criar e coordenar, em parceria com o Ministério da Cultura uma proposta de valorização do patrimônio imaterial, o que resultou na criação do programa Ação Griô Nacional, uma das linhas do Programa Cultura Viva.

De acordo com Célio Turino, quando a equipe do Ministério definiu as quatro ações do Programa Cultura Viva, estes teriam observado que

faltava uma integração dialética entre tradição, memória e ruptura. Tradição enquanto ponto de partida, memória enquanto reinterpretação do passado e ruptura enquanto invenção do futuro (TURINO, p. 14 in PACHECO, Lilian. Pedagogia Griô – A reinvenção da roda da vida. 2. ed., Grãos de Luz e Griô, Lençóis/BA, 2006.)

⁴² Atualmente o Programa Cultura Viva passa por um processo de estadualização dos editais públicos de seleção de projetos de ponto de cultura. As seleções de projetos são feitas pelos Estados da Federação que assumem também o conveniamento com as instituições da sociedade civil para repasse dos recursos e acompanhamento do desenvolvimento dos projetos. De acordo com o site do Ministério da Cultura a projeção é chegar a 2.000 pontos de cultura no país até o ano de 2010.

A proposta inicial do Ministério da Cultura teria sido a de multiplicar, nacionalmente, a experiência desenvolvida pela Associação Grãos de Luz e Griô na cidade de Lençóis, em uma espécie de consultoria que os coordenadores poderiam vir a dar ao Governo. Por não acreditarem em multiplicação de metodologias sociais, como contraproposta os coordenadores Lílian Pacheco e Márcio Caíres apresentaram a ideia de criar um programa em gestão compartilhada, uma vez que eles eram educadores. Lílian ressalta que a ideia de influenciar em uma proposta política local, regional e nacional sempre esteve nos objetivos e na missão da Associação.

A Ação Griô Nacional tem como missão “Fortalecer a ancestralidade e a identidade do povo brasileiro por meio do reconhecimento do lugar político sociocultural e econômico de griôs e mestres de tradição oral na educação” (*Nação Griô – O Parto Mítico da Identidade do Povo Brasileiro*, 2009). Apresenta como proposta a integração dos saberes de tradição oral a espaços formais da educação pública (escolas/universidades) com o objetivo de fomentar uma rede de transmissão oral no país. Esta integração estaria estruturada em um tripé: comunidade representada pelos griôs e mestres de tradição oral, escola pública e ONGs.

Do ponto de vista do funcionamento do projeto é importante esclarecer o caminho percorrido para sua implementação e execução em um país com dimensões continentais como o Brasil. Após o convite e o convênio firmando entre a Associação Grãos de Luz e Griô e o Ministério da Cultura, a primeira ação do projeto foi publicar, em setembro de 2006, um edital de seleção pública voltado especificamente para os pontos de cultura, em que 53 instituições do país foram contempladas. As propostas submetidas deveriam apresentar projetos pedagógicos que aliassem o saber de tradição oral, ao sistema público de ensino de escolas e/ou universidades.

De acordo com o edital público de seleção 01/2006, cada proposta apresentada deveria conter um projeto pedagógico que seria mediado pela figura do *griô aprendiz*, como dito anteriormente, o griô aprendiz tem a função de integrar os saberes e fazeres da tradição oral com a tradição escrita representada pelas escolas e/ou universidades. Além do griô aprendiz, cada projeto pedagógico integra como agente do projeto um griô e um mestre de tradição oral que sejam identificados como detentores de um saber de tradição oral pela comunidade. Cada agente

do projeto recebe uma bolsa de R\$350,00 mensais para desenvolver práticas educacionais e culturais em um período de 12 meses de atividades.

Os recursos financeiros destinados ao edital contemplam estritamente as bolsas de trabalho dos griôs e mestres, que são depositadas mensalmente pelo Ministério da Cultura, via Caixa Econômica Federal, na conta bancária dos agentes culturais do projeto. Cabe ao ponto de cultura proponente garantir a infraestrutura e a operacionalidade para o pleno desenvolvimento das atividades previstas no plano de trabalho.

O programa é dividido nacionalmente em sete regionais,⁴³ intituladas de redes regionais de transmissão oral que são articuladas e mobilizadas por pontos de culturas e griôs aprendizes regionais, assessores pedagógicos e parceiros/produtores. Uma das diretrizes do programa é o desenvolvimento e realização do programa em rede. Para dinamizar essa rede é proposta uma série de ações que proporcionam o encontro entre os agentes dos projetos em nível regional e nacional, visando garantir a circulação da troca de conhecimentos e valores.

Nessa perspectiva são realizados encontros regionais, encontros com as assessorias pedagógicas,⁴⁴ a caminhada do griô aprendiz regional⁴⁵ pelos pontos de cultura e a produção de produtos culturais e educativos de cada rede regional, como livros, filmes, CDS, DVDs, jogos e brinquedos. Os encontros teriam como objetivo realizar a troca, diálogo e a avaliação permanente do desenvolvimento do projeto.

No primeiro ano do projeto (2007/2008) as redes regionais contaram com a participação de uma média de oito a nove pontos de cultura por regional, e teriam envolvido 250 griôs e

⁴³As redes regionais são divididas em: Regional Amazônica (AM, PA, RR, RO, AC, AP); Regional Bahia, Regional das Águas (CE, PI, MA, TO); Regional Ventre do Sol (Estados AL, PE, PB, SE, RN); Regional Nascente das Veredas (DF, GO, MS, MG e ES); Regional Rio de Janeiro e Regional da Terra (SP, SC, PR e RS).

⁴⁴ Nos encontros com a assessoria pedagógica participam o griô aprendiz e o educador de cada ponto de cultura e escola, respectivamente. No encontro são avaliados e planejados o andamento da parceria com a escola, a participação do educador da escola no projeto, a integração dos saberes de tradição oral no processo de aprendizagem do ensino formal.

⁴⁵ Na metodologia de cada rede regional há a proposta da caminhada do Griô Aprendiz regional que teria como objetivo realizar visitas lúdicas às escolas/universidades parceiras dos pontos de cultura integrantes do programa proporcionando um momento de ressignificação do espaço de ensino formal. A caminhada do griô aprendiz é associada à reinvenção do conceito de griô utilizado pela ONG, a fim de recriar a figura do caminhante aprendiz da tradição oral.

mestres de tradição oral, 300 instituições de educação e cultura e 75.000 estudantes brasileiros. Em junho de 2008 foi lançado o segundo edital da Ação Griô Nacional, com a seleção de 130 projetos pedagógicos. Em consulta a materiais de divulgação/comunicação, em uma projeção, o segundo ano do projeto visa envolver aproximadamente 650 griôs e mestres de tradição oral, 600 instituições de educação e cultura e 130.000 estudantes. Vale ressaltar algumas modificações em relação ao primeiro edital, tais como a possibilidade de apresentação de propostas de instituições privadas sem fins lucrativos, que não são ponto de cultura, o aumento da bolsa de trabalho para R\$380,00 e a revisão dos perfis do griô aprendiz e dos griôs e mestres de tradição oral.

Para o segundo ano do projeto, (2009/2010) de acordo com Lílian Pacheco, há o desafio de conseguir maior autonomia para as redes regionais – em termos de autofinanciamento e sustentabilidade – num processo de regionalização/estadualização da gestão da rede. Vale ressaltar que o Ministério da Cultura mantém o financiamento das bolsas dos agentes de cada projeto integrante da ação. Os recursos regionais seriam para a mobilização e fomento das redes por meio da realização de encontros, seminários, as caminhadas do griô aprendiz regional, intercâmbios, prêmios e criação de produtos educativos e culturais. Conforme Lílian Pacheco:

Os pontos estão articulados juntos. A gente fez um processo de financiamento do primeiro ano e ao final propomos que os pontos escrevessem projetos regionais para arrecadarem e já terem coordenações regionais compartilhadas, inclusive projetos que os pontos apresentem. Tem projetos que os pontos apresentaram para a rede. Para fazer um filme da rede regional, produtos da rede. Isso a gente foi mobilizando. Meu grande sonho, é que todas as regionais sejam autônomas. Que a gente não precise mais investir nem em coordenação, nem investimento financeiro. E a gente quer ficar mais na Bahia.

Lílian Pacheco

A coordenação do projeto enfatiza que a Ação Griô Nacional está no mesmo patamar que o trabalho desenvolvido na cidade de Lençóis e que por isso não está nem acima nem abaixo, não há uma hierarquia. O programa nacional teria sido inspirado nas pesquisas e práticas

educativas da Associação Grãos de Luz e Griô, na cidade de Lençóis. Porém, cada ponto de cultura teria a sua própria metodologia de trabalho com os saberes da tradição oral vinculados a espaços públicos educacionais formais. Essa parceria seria livre e cada ponto de cultura criaria a sua forma de didática e relação com a escola. Não haveria, portanto, a intenção de multiplicar ou replicar o trabalho que é desenvolvido em Lençóis.

Vale destacar a relação que o programa nacional busca com os espaços de educação formais. Lílian enfatiza que a relação que os agentes de cada ponto de cultura integrante da Ação Griô devem buscar com a escola e com seus educadores é de “vínculo” e não de substituição do papel do professor. A proposta é que os professores participem das atividades que envolvem os griôs e mestres de tradição oral, para que ocorram pontes entre o ensino formal e não-formal. Ressalta que muitas vezes o discurso das ONGs é o da desistência da escola, conforme depoimento a seguir:

O discurso com relação à escola é o da desistência mesmo. A maioria das ONGs diz que a escola não tem jeito, que é melhor tirar esse negócio de escola do edital. Porque não dá certo. E, a gente fala: Exatamente por causa disso que a gente tem que botá-las no edital. Porque a escola é nossa obrigação nacional. Nós temos que participar desse processo. Temos que decidir sobre a escola que a gente quer. Vem um monte de discursos que a escola é fechada, os professores são resistentes, os professores educam para isso, ou para aquilo. Tem toda uma crítica à educação. É exatamente por causa dessa crítica que a gente propôs que haja esse diálogo.

Lílian Pacheco

A fim de garantir a integração dos saberes entre os pontos de cultura e escolas/universidades, o projeto conta com a participação de assessoras pedagógicas regionais. Lílian faz um relato do processo no primeiro ano de atividades do programa:

A assessoria pedagógica visitava todos os pontos de cultura para conhecer os pontos e ajudar no diálogo entre a tradição oral e a escola, na mediação do griô aprendiz. Rever o projeto pedagógico. Se tem que repensar, reescrever, avaliar com o grupo o lugar de cada um. Se o griô aprendiz estava ocupando o seu lugar. Ajudá-lo a ocupar o seu lugar, se o educador estava em seu lugar e o griô mestre a ocupar o seu lugar. Porque algumas vezes vira meio confusão. Alguns pontos fazem confusão. O griô chega na sala de aula, e o educador sai, por exemplo. Não pode. A relação não pode ser essa. A relação é de vínculo com o educador e não para substituir o lugar do educador na escola. O objetivo é criar uma relação de diálogo. Às vezes o griô aprendiz não fazia mediação. O mestre vinha para a escola e ficava perdido. Coisas assim que rolam. As assessorias pedagógicas iam para cuidar de todas as questões que rolam e também para aprofundar... Essas coisas são mais básicas. Tem questões que são mais profundas, de aprofundar os saberes, como vai organizar esses saberes e as didáticas.

Lílian Pacheco

A parceria da Associação com o Poder Público por meio do Ministério da Cultura, chama a atenção para a relação contemporânea entre Estado e terceiro setor.⁴⁶ A gestão compartilhada ou gestão associada seria aquela que ocorre em espaços de empreendimento conjunto entre Estado e a sociedade civil, sendo consequência do processo de abertura do Estado em virtude de sua própria crise. Essa crise aconteceria em dois aspectos: seria resultado da debilitação do Estado-Nação diante do avanço da globalização e das pressões externas de caráter-internacional, mas também é produto da derrubada do arcabouço de produção e serviços do Estado do Bem-Estar Social (NEIROTTI E POGGI, 2005, p. 53).

Em artigo do jornal, *Folha de São Paulo*, publicado no site do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária⁴⁷ sobre debate “Estado e Terceiro Setor na Educação”, ocorrido em 27/11/2007, o Ministro da Educação, Fernando Haddad, defende que é

⁴⁶ Conforme aponta Rubens Naves o terceiro setor incorpora atividades que envolvem diferentes atores: as ONGs, as agências internacionais, as campanhas, as grandes corporações nacionais e multinacionais e as agências financiadoras. (NAVES, in: PINSKY, J E C, 2003, p. 575.)

⁴⁷ <http://www.cenpec.org.br/modules/news/article.php?storyid=303>

necessário criar um marco regulatório para a parceria entre governos e organizações não-governamentais. Ao enfatizar a importância da relação do Estado com o terceiro setor, o Ministro destacou que as ONGs não devem substituir o Governo no papel de educar, apesar de reconhecer que existe uma inventividade e criatividade no terceiro setor que interessa ao Poder Público. Baseado na afirmação do Ministro da Educação podemos afirmar que o convite feito pelo Ministério da Cultura à Associação Grãos de Luz e Griô teve como base o interesse pela metodologia social elaborada e desenvolvida pela ONG, apresentando um caráter de inovação. Porém, o conflito entre Estado e terceiro setor, permanece tendo em vista o tempo restrito de um governo para a elaboração e execução de políticas públicas e a necessidade da implementação e do atendimento em escala.

Outra questão interessante de se observar na relação da Associação Grãos de Luz e Griô com o Governo Federal é o fato de o programa não estar vinculado ao Ministério da Educação e sim ao Ministério da Cultura. Essa opção se justificaria, tendo em vista que os coordenadores e idealizadores do programa acreditam que o trabalho deve ser desenvolvido diretamente com as bases (ONGs, escolas e comunidades), e não pelas estruturas hierárquicas, características do Ministério da Educação e das Secretarias Estaduais e Municipais. Na proposta do Programa Cultura Viva teriam encontrado o espaço para realizar um projeto nacional de base.

Em entrevista, Lílian Pacheco enfatiza que a Ação Griô Nacional, é da sociedade civil e que, se o Programa Cultura Viva acabasse, o projeto encontraria sustentação na sociedade civil, uma vez que não dependeria estritamente de uma política e financiamento governamental - foram investidos pelo Ministério da Cultura nos dois editais da Ação Griô R\$5.000.000,00. Na ampliação do financiamento para as ações do programa, a Ação Griô Nacional contou no ano de 2007, por exemplo, com o patrocínio do Instituto Votorantim com recurso de R\$1.000.000,00 para o financiamento dos encontros regionais, dos encontros nacionais de avaliação e planejamento e dos encontros de assessorias pedagógicas.

III. 3.1. A Ação Griô no Centro de Cultura e Educação Lúdica da Rocinha: adaptações em um território urbano

Como é o dia-a-dia e quais são as possíveis adaptações feitas nas ações do projeto em um território urbano e complexo? Foi com essa pergunta em mente que decidi empreender uma observação sistemática das ações da Ação Griô Nacional em uma comunidade de baixa renda do município do Rio de Janeiro – a favela da Rocinha, localizada na Zona Sul carioca.⁴⁸

Meu contato inicial para a entrada no campo foi Firmino, coordenador do Ponto de Cultura Centro de Cultura e Educação Lúdica da Rocinha e morador da localidade há 14 anos. Conheci Firmino nas reuniões do Fórum dos Pontos de Cultura do RJ, do qual participo regularmente, devido à prática profissional na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo da Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu, na coordenação da Rede de Pontos de Cultura da cidade.

O primeiro dia de visita ao projeto seria também a primeira vez em que eu adentrava uma favela carioca. E logo as minhas percepções referentes ao espaço e à dinâmica social do local aguçaram a minha curiosidade. A favela começa a despontar após o Parque da Cidade. Chama a minha atenção, nas ruas estreitas da Estrada da Gávea, a grande quantidade de fios pendurados nos postes, os mototáxis que sobem e descem em alta velocidade, o intenso comércio local (com salões de beleza, biroskas, agências bancárias, hortifruttis), a grande quantidade de homens de 30 a 40 anos do lado de fora das casas e do comércio sem nada a fazer. No ônibus, alguns adolescentes com uniforme da escola estadual e algumas mulheres e crianças.

A sede do Ponto de Cultura encontra-se no “Caminho do Boiadeiro”, em um espaço da Ação Social Padre Anchieta – ASPA, uma das entidades proponentes do ponto de cultura e da Ação Griô. Logo segui com Marta, a griô aprendiz, para o Centro de Educação Pública Dr. Bento Rubião, que fica na altura da Curva do S, hoje uma escola municipal, porém com toda a infraestrutura física de um CIEP. Conversando pelo caminho, Marta fez logo um comentário crítico em relação à participação das professoras: “elas só descem no final da atividade e não se

⁴⁸ As impressões relatadas neste trabalho estão baseadas em visitas semanais realizadas durante um período de cinco semanas ao CIEP Dr. Bento Rubião e ao Centro de Cultura e Educação Lúdica da Rocinha.

integram”. Isso, apesar de segundo ela, todo o planejamento pedagógico ter sido realizado com a direção da escola e com os professores em uma formação com os mesmos.

O local onde as atividades da Ação Griô são desenvolvidas fica em um pátio no último andar do CIEP. Quando entrei, achei que lá não era desenvolvida a atividade, porque havia muito barulho de outras crianças, correndo, brincando, fazendo educação física e algumas em roda com as professoras. Como conheci as atividades da Pedagogia Griô em Lençóis, e um dos requisitos necessários é a não interferência de barulhos externos, estranhei quando Marta me disse. “Aqui é o nosso cantinho”.

As atividades da Ação Griô acontecem toda quinta-feira, às 13h30, em parceria com o Centro de Integração Pública Dr. Bento Rubião, e as turmas que participam são da educação infantil (as crianças em torno dos cinco anos de idade). A atividade tem duração de duas horas e conta com a participação de Tio Lino -- senhor de meia-idade, que se apresenta como griô de tradição oral -- e do jovem Pablo. Cada turma tem três encontros seguidos com Marta e com a equipe do projeto, em um esquema de rodízio com as outras turmas. No último encontro de cada turma, as crianças fazem uma visita à sede do Ponto de Cultura.

Maria Marta Diniz nasceu na Rocinha, em 1960, e desde então mora na favela. Vem de uma família de quatro irmãos, o pai realizava consertos em guarda-chuva e a mãe trabalhava em casa de família. Relata que, sempre que chovia, sua casa caía, porque não tinha boa estrutura, mas sempre contava com a ajuda dos vizinhos. Estudou na Escola Municipal Júlio de Castilho, na Gávea, e teve o seu primeiro emprego de carteira assinada em uma farmácia. É mãe de dois filhos, Guilherme, de 26 anos, e uma adolescente, de 16.

Iniciou sua atividade profissional como agente de educação da brinquedoteca da Ação Social Padre Anchieta, quando deixava seu filho lá para trabalhar. Começou a se interessar pela dinâmica do local e foi convidada a atuar como agente educativa na creche da ASPA e no Centro Comunitário da Rua 2 da Rocinha. Participou de cursos de formação em São Paulo e atualmente cursa a faculdade de pedagogia.

Marta é **griô aprendiz** da Ação Griô, no Centro de Cultura e Educação Lúdica da Rocinha. Alegre, dinâmica e faladeira, relata como se deu a parceria com a escola e a resistência inicial da diretora para aceitar o projeto:

Eu e Nathércia fomos conversar com a diretora. E aí a diretora falou pra gente assim: “Mas vocês vão ficar duas horas contando histórias?” Aí saímos da reunião e eu falei: “Nathércia, eu vou ter que fazer uma oficina com os professores.” (...) Aí fizemos a oficina com um grupo de professores, onde deu para eles conhecerem mais ou menos o que era o nosso trabalho. E aí deu certo. Os professores gostaram. Nós fizemos primeiro um trabalho com os professores para depois chegar às crianças. E foi tranquilo, eu acho que dali eles conseguiram assimilar o que a gente ia fazer, e aí a gente começou a fazer o trabalho com as crianças.

E em relação se eles acompanham ou não o nosso trabalho, na realidade tem umas que têm um tempo disponível e acompanham, outras não. Mas na realidade o que a gente quer é atingir também os professores, que eles façam parte do projeto. (...) Eu acho que o ideal seria que todos da escola estivessem envolvidos.

Marta Diniz

Sobre as atividades do dia 15/05/2008, registrei em meu diário de campo:

A fim de iniciar a atividade, Marta, Pablo e Tio Lino (equipe do projeto) acomodam as crianças sentadas no chão do pátio e Marta inicia uma retomada do que tinha ocorrido no encontro da semana anterior, incentivando as crianças a falar sobre o que haviam aprendido no primeiro encontro. Ela pergunta quem quer ir à frente do grupo contar o que aprendeu, e três crianças são escolhidas, aleatoriamente, para falar. Pelo que pude compreender por meio do relato das crianças e das intervenções de Marta, no primeiro encontro foi trabalhado o território da Rocinha e suas regiões a partir do local de moradia dos alunos na favela. Marta me explica que todas diziam que moravam na Rocinha, mas não sabiam especificamente em que local e tiveram a incumbência de perguntar aos pais e trazer a resposta na semana seguinte.

Após a exposição da fala de mais um trio de crianças, Marta abre um mapa da Rocinha e pergunta quais os serviços lá existentes. Após a atividade com o mapa, o grupo é dividido em

dois. Para o grupo que fica com Lino, são distribuídos fantoches, que podem ser manuseados ou colocados sobre a cabeça, como um gorro, o que a maioria das crianças escolhe rapidamente. Marta orienta Lino a deixar as crianças brincando livremente. Já o grupo que fica com Pablo, jovem de 19 anos que também participa do projeto, senta em roda e acompanha uma história contada por ele, com os chapéus que haviam sido trazidos do ponto de cultura. Enquanto isso, Marta conversa comigo, me explicando as atividades que são desenvolvidas.⁴⁹

Para finalizar o encontro do dia, Marta dinamiza brincadeiras de roda junto com Pablo, Tio Lino e as crianças. Nesse momento a professora da turma chega ao pátio e Marta faz questão de lhe explicar a atividade desenvolvida e conversam sobre o comportamento deles. Santusa, a professora da turma, sobe somente para buscar as crianças e levá-las de volta para a sala de aula, porém assiste durante alguns minutos às brincadeiras de roda.

Sempre após a atividade na escola, a equipe do ponto de cultura realiza uma reunião na sede do projeto, para avaliar a dinâmica do dia e discutir o planejamento e as pendências. A sede do ponto de cultura tem a fachada pintada de azul e uma placa com o nome do projeto. Na pequena sala, há uma estante com alguns livros, jogos e brinquedos, estandartes e banners pendurados nas paredes, uma estante com duas maquetes produzidas por Tio Lino. As maquetes são representações de uma favela em miniatura e um jacaré grande chama a atenção das crianças que passam pela porta do ponto de cultura. Há alguns bancos de madeira e um espaço mais reservado, onde se acomodam os equipamentos multimídia recebidos pelo MinC, a partir do convênio com o Ministério.

A equipe do ponto de cultura é composta por dois coordenadores: Firmino e Nathércia. Firmino é vinculado à Associação Padre Anchieta (ASPA) e Nathércia ao Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI). As duas instituições são parceiras e proponentes junto ao Ministério da Cultura do projeto do Centro de Cultura e Educação Lúdica da Rocinha. Vale ressaltar que Firmino mora na favela da Rocinha e Nathércia no Jardim Botânico, bairro nobre da Zona Sul do Rio de Janeiro. Quem faz a interlocução com a

⁴⁹ Pergunto por Vovô Aerson que, baseada na minha pesquisa anterior, seria o mestre de tradição oral do projeto. Marta me explica um pouco temerosa de que ele estava participando pouco do projeto. Portanto, na prática do projeto há a presença do griô aprendiz, desenvolvido por Marta e do griô de tradição oral desenvolvido por Tio Lino.

coordenação nacional do projeto é Nathércia. Parece-me que Marta, Lino e Pablo não compreendem muito bem como ocorrem todas as instâncias com a coordenação nacional, seja pelo Ministério da Cultura ou pelo Grãos de Luz e Griô.

Para integrar os saberes de tradição oral e recuperar a história da Rocinha a estratégia encontrada pelo ponto de cultura foi criar a roda de conversa com os mais velhos. A roda é realizada uma vez por semana, e as pessoas convidadas para participar, em geral, são conhecidas dos agentes do projeto da própria vizinhança. Durante as minhas visitas ao ponto de cultura, esta atividade estava sendo discutida e estruturada pelos integrantes para que fosse praticada de forma mais contínua.

Pude acompanhar a visita da turma de educação infantil ao ponto de cultura. O grupo de crianças estava dividido em dois. Lino e Pablo desenvolviam atividades na sala sede com os jogos e brinquedos lúdicos do ponto de cultura, enquanto Marta estava na brinquedoteca peteca com o outro grupo. Santusa, a professora da turma, estava presente na atividade, mas acompanhava de longe, por vezes chamando a atenção de alguma criança mais agitada.

A ida da turma de crianças da educação infantil ao ponto de cultura me parece uma importante estratégia educativa. Apesar do CIEP e do ponto de cultura estarem localizados bem próximos, a maioria das crianças não conhecia o local e ficaram surpresas e encantadas com os brinquedos e com o jacaré criando por Lino, griô de tradição oral. A meu ver, o espaço passa a ser reconhecido pelas crianças como um espaço lúdico e de brincadeiras na favela.

Um dos espaços importantes do projeto Ação Griô na Rocinha é o ateliê de Lino, espaço de criação do griô de tradição oral. No ateliê há maquetes, bonecos, suvenires com imagens da Rocinha, que segundo Lino, são vendidos para os turistas. O espaço fica permanentemente aberto, principalmente à noite, segundo ele, para as crianças não ficarem na rua. Apesar de Lino não morar mais na Rocinha - hoje mora em Jacarepaguá - tem um ateliê de artes plásticas na favela e passa os seus dias quase inteiros na comunidade. O ateliê até então não estava integrado às práticas educativas com as crianças, restringindo-se a um espaço criativo do griô de tradição oral.

Uma das ações lúdicas praticadas com as crianças do CIEP é a ciranda das cores. O brinquedo, vários estandartes multicoloridos presos entre si por suas pontas e com buracos, por onde as crianças podem passar, é a sensação das turmas. É comum que crianças de outras turmas se juntem ao grupo e participem da brincadeira por livre e espontânea vontade. São propostas também brincadeiras de roda e ao término de cada atividade sempre as crianças são estimuladas a contar o que aprenderam. Algumas, respondem que viram o mapa da Rocinha e citam as regiões da favela: Vila verde, Rua 3, Cachopa, Roupa Suja, Valão etc.

O mote principal das ações do ponto de cultura da Rocinha é a educação pelo lúdico, por meio de brinquedos e brincadeiras elaboradas pelos agentes do projeto, considerada como parte fundamental para o desenvolvimento da criança. A ação griô ali ocorre fundamentada na metodologia principal do projeto, aliada às lembranças e à memória afetiva dos agentes culturais do projeto. Apesar de haver um processo de construção com a escola municipal, uma vez que as atividades acontecem no espaço escolar, ainda há a necessidade da maior participação dos professores e da aproximação dos projetos político-pedagógicos da educação infantil com o universo da tradição oral local.

Outro fato a observar são os limites e desafios de realizar a Ação Griô em territórios urbanos e complexos, como a favela da Rocinha, onde há grande oferta de projetos socioeducativos e socioculturais. Ali as crianças e adolescentes estão mais expostos a todos os tipos de influência externa, característicos de uma cidade grande, e podemos dizer que seriam territórios onde haveria uma maior dificuldade de se criar estratégias de mobilização e articulação comunitária.

III. 3.2. Da valorização do patrimônio imaterial à Lei Griô

A discussão referente ao Patrimônio no Brasil e a construção de uma identidade nacional foram amplamente exploradas como objeto de pesquisa em dissertações de mestrado e teses de doutorado, especialmente por José Reginaldo dos Santos.⁵⁰ Ressalta-se a concepção da retórica da perda, sobre as concepções e discursos do patrimônio de Rodrigo de Melo Franco (SPHAN 1937-1968)⁵¹ e Aloísio Magalhães (1979-1982)⁵², uma vez que para ambos haveria a ameaça da destruição do mesmo. Aloísio Magalhães inaugura no Brasil uma nova compreensão de patrimônio. Para Reginaldo dos Santos, o surgimento de uma concepção de patrimônio – imaterial e intangível em oposição a política de tombamentos (pedra e cal), representa uma inovação e flexibilização nos usos da categoria de patrimônio (GONÇALVES, 2003, p. 24).

Segundo a Unesco,⁵³ o patrimônio imaterial ou intangível é voltado para o processo cultural, promotor da diversidade cultural, além de estar focado no sujeito, uma vez que depende da ação dos outros para se manifestar (MUHLHAUS, 2004, p. 63). A valorização das práticas e dos saberes populares no Brasil é regulamentada pelo Decreto nº 3.551, do ano de 2000, que visa à salvaguarda do chamado Patrimônio Imaterial por meio da realização de um inventário e do registro de bens culturais de natureza imaterial. Entende-se por salvaguarda as medidas que visem assegurar a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, incluindo a identificação, documentação, pesquisa, preservação, proteção, promoção, valorização, transmissão, essencialmente através da educação formal e não-formal, bem como a revitalização de diferentes aspectos desse patrimônio (UNESCO, Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, p. 5).

⁵⁰ A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

⁵¹ Rodrigo de Melo Franco valorizava a tradição a partir dos bens patrimoniais. O patrimônio era composto por objetos e monumentos do passado. Política de pedra e cal e de tombamentos (LIPPI, 2008, p. 129).

⁵² Para Aloísio Magalhães o mais importante seria o cotidiano. Concepção ampla de patrimônio que inclui monumentos, objetos, espaços, atividades. Existiriam no Brasil vários patrimônios e tradições (LIPPI, 2008, p.129)

⁵³ De acordo com a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial realizada pela Unesco em 2003, entende-se por patrimônio cultural imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões – bem como os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconhecem como fazendo parte integrante do seu patrimônio cultural. Esse patrimônio cultural transmitido de geração a geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interação com a natureza e da sua história, inculcando-lhes um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo, desse modo, para a promoção do respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana (UNESCO, Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, Paris, 2003).

De acordo com Lucia Lippi, o inventário sistemático visa ao conhecimento e à proteção de acervo, ajudando a fundamentar a seleção, a definição de critérios que orientam a seleção e o registro. Já no registro está atribuído o valor do reconhecimento das expressões culturais que fazem parte do patrimônio brasileiro. Ainda de acordo com a autora, a atuação do Estado Brasileiro até agora tem seguido quatro linhas: 1) ações de apoio às condições de transmissão e reprodução; melhoria das condições de produção, circulação, transmissão e manutenção; 2) ações de valorização e promoção que procuram consolidar e/ou reforçar sua sustentabilidade; 3) ações de defesa de direitos; 4) ações de acompanhamento, avaliação e documentação (LIPPI, 2008, p. 133-134).

O preservar estaria associado à preocupação com a diversidade e com a identidade plural. O patrimônio imaterial tem colaborado para a construção e fortalecimento da identidade de grupos sociais que compõem a sociedade brasileira, até então pouco valorizados pelas políticas culturais. Na dinâmica de valorização do patrimônio imaterial, a continuidade depende da ação do sujeito, das pessoas, sendo essencial à transmissão do conhecimento de forma intergeracional.

Na compreensão de Maria Cecília Londres Fonseca, a preservação da memória de manifestações, como interpretações musicais e cênicas, rituais e religiosos, conhecimentos tradicionais, práticas terapêuticas, culinárias e lúdicas, técnicas de produção e reciclagem, a que é atribuído valor de patrimônio cultural, tem efeitos na a) aproximação do patrimônio da produção cultural, passada e presente; b) ao viabilizar leituras da produção cultural de diferentes grupos sociais, sobretudo daqueles cuja tradição é transmitida oralmente, que sejam mais próximas dos sentidos que essa produção tem para seus produtores e consumidores, dando-lhes voz não apenas na produção, mas também na leitura e preservação do sentido de seu patrimônio; c) ao criar melhores condições para que se cumpra o preceito constitucional do “direito à memória” como parte dos direitos culturais da sociedade brasileira; d) ao contribuir para que a inserção, em novos sistemas, como o mercado de bens culturais e do turismo, de bens produzidos em contextos culturais tradicionais possa ocorrer sem o comprometimento de sua continuidade histórica (FONSECA, 2003, p.73).

De acordo com Nestor Garcia Canclini (CANCLINI, 1994, p. 95-96) há uma nova redefinição do conceito de Patrimônio, na contemporaneidade, no campo das ciências sociais, a partir de um triplo movimento. No primeiro afirma-se que o patrimônio não inclui apenas a herança de cada povo, chamada por ele de expressões mortas da cultura (sítios arqueológicos, arquitetura colonial, antigos objetos em desuso), mas também os bens culturais visíveis e invisíveis que seriam os novos artesanatos, línguas, conhecimentos e etc. O segundo movimento se deve à ampliação da política de conservação e administração do que foi produzido aos usos sociais desses bens. No terceiro movimento há o reconhecimento de que o patrimônio de uma nação também se compõe dos produtos da cultura popular: músicas indígenas, textos de camponeses e operários, sistemas de autoconstrução e preservação dos bens materiais e simbólicos elaborados por todos os grupos sociais em oposição aos bens culturais produzidos pelas classes hegemônicas.

A Lei Griô surge da necessidade de sistematizar uma política nacional que garanta não somente o reconhecimento das pessoas de cultura de tradição oral, mas também promova a transmissão de seus conhecimentos na educação. A proposta da Lei vem como uma forma de garantir, portanto, a continuidade ao programa nacional desenvolvido em parceria com o Ministério da Cultura, para além de uma política de governo, mas para uma política de Estado. A discussão em torno de uma identidade coletiva griô também estaria em curso. Para os coordenadores do projeto a identidade desta rede passaria pelas características da metodologia proposta tais como: a relação escola e comunidade, na identidade do griô, no conceito de uma política afetiva, na construção de processos de educação com professores e estudantes e no reconhecimento e participação de griôs e mestres de tradição oral na educação. Podemos dizer que a construção de uma identidade coletiva griô a partir de uma rede de 130 organizações culturais e sociais no país, passa pelo fortalecimento do espaço que o projeto ocupa hoje no Estado.

Em janeiro de 2009, por conta mesmo da minha dissertação, fui convidada por Márcio Caíres para atuar como produtora e parceira da Regional Rio de Janeiro, em parceria com Alexandre Marques do Ponto de Cultura Lira de Ouro, da cidade de Duque de Caxias, Baixada Fluminense. O convite fez com que mais uma vez eu pudesse ir à cidade de Lençóis participar do

III Encontro de Avaliação e Planejamento da Ação Griô Nacional, realizado em abril de 2009. Representantes das regionais de todo o país estiveram presentes durante cinco dias de intenso trabalho. O encontro teve como foco a construção de projetos regionais para captação de recursos, parcerias e apoiadores e a discussão em torno da Lei Griô. Participaram do encontro representantes do Ministério da Cultura, a coordenação nacional, griôs aprendizes e produtores e parceiros regionais e a Comissão Nacional de Griôs e Mestres.

A discussão em torno da Lei Griô se teria iniciado no último encontro das redes regionais da Ação Griô, realizado em novembro de 2008. Inicialmente, a lei seria de iniciativa popular, o que significa que deve ter um milhão de assinaturas para que seja encaminhada para votação no Congresso Nacional. A proposta é que seja associado à Lei um programa nacional no modelo da Ação Griô Nacional, que garanta a transmissão dos saberes de tradição oral em integração com as escolas públicas e/ou Universidades.

A fim de dar início ao processo, no Encontro Nacional dos Pontos de Cultura – Teia Iguais na Diferença, realizado em novembro de 2009 na cidade de Brasília, foi formada a Comissão Nacional dos Griôs e Mestres e elaborada uma carta política pautando a discussão em torno da valorização do patrimônio cultural imaterial, do processo da Ação Griô Nacional lançando-se a proposta da Lei Griô. Pela proposta tirada no encontro nacional, a carta seria enviada ao Gabinete da Presidência da República e aos Ministérios da Educação e da Cultura.

Durante o III Encontro de Avaliação e Planejamento, o grupo investiu no estudo de modelos de Leis de Valorização do Patrimônio Imaterial, tendo como base as leis estaduais de Pernambuco,⁵⁴ Ceará,⁵⁵ Bahia,⁵⁶ Alagoas,⁵⁷ Paraíba,⁵⁸ e Rio Grande do Norte.⁵⁹ Na análise dessas leis, percebe-se que, na maioria das vezes, a lei garante o reconhecimento da pessoa e de seu saber por meio de um apoio financeiro (uma bolsa). A idéia é que o saber seja transmitido às próximas gerações por meio de oficinas ou em atividades cotidianas, em geral promovidas pelas

⁵⁴ Lei n. 12.196 de 2002

⁵⁵ Lei n. 13.351 de 2003

⁵⁶ Lei n. 8.899 de 2003

⁵⁷ Lei n. 6.513 de 2004

⁵⁸ Lei n. 7.694 de 2004

⁵⁹ Lei n. 9.032 de 2007

instâncias governamentais. Porém, não há um acompanhamento efetivo da parte dos governos estaduais do processo. Outro fator negativo é a vinculação da bolsa muitas vezes à situação de carência social da pessoa reconhecida por seus saberes.

Após o estudo sobre as diversas leis existentes no país no campo do Patrimônio Imaterial, o grupo trabalhou coletivamente na elaboração da minuta da Lei Griô, para encaminhamento a uma assessoria jurídica. Ao longo da discussão, algumas questões foram levantadas, como a proposta de alteração do nome da lei, as estratégias de mobilização e articulação com outras redes de cultura popular, a identidade da rede da Ação Griô e a definição de uma proposta política. Ao final do encontro, foi aprovada a minuta da Lei Griô e a formação de um grupo de trabalho para pesquisar e elaborar o texto da Lei. O próximo passo seria a mobilização das redes sociais do país, para recolhimento de um milhão de assinaturas e posterior encaminhamento à Comissão de Educação e Cultura do Congresso Nacional para votação.

Ao traçar um panorama sobre a Ação Griô Nacional, procurei enfatizar de que forma uma metodologia social, desenvolvida por uma organização do terceiro setor no interior da Bahia, é apropriada pelo Estado para formular e implementar políticas públicas de cultura valorizadoras do Patrimônio Cultural Imaterial. Os relatos das estratégias e práticas do projeto nacional formulados por seus gestores e coordenadores-gerais, foram contrapostos à realidade da dinâmica local da Ação Griô no Centro de Educação e Cultura Lúdica da Rocinha. Minha intenção foi perceber de que forma se dava a integração do ponto de cultura com a escola, e dos saberes de tradição oral ao ensino formal em um território urbano e complexo.

Contextualizar o processo de valorização do patrimônio imaterial, por meio das diretrizes da Unesco e das políticas adotadas pelo Brasil no ano de 2000, vem da necessidade de entender o movimento político iniciado no país, a partir da criação da Ação Griô Nacional. A proposta contemporânea de uma Lei Griô, agrega novas discussões e perspectivas para o campo do patrimônio cultural no Brasil, ao propor o reconhecimento e a integração de griôs e mestres de tradição oral para transmissão de seus saberes no sistema educacional brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, parece-me pertinente dizer que o modelo de educação – Pedagogia Griô – criado pelos coordenadores da ONG, Lílian Pacheco e Márcio Caíres, tem profunda ligação com as referências, convicções pessoais e posturas políticas dos idealizadores do projeto. A construção dos conceitos e referências da pedagogia por eles proposta se relaciona diretamente com os conhecimentos e experiências vividas, em especial, por Lílian Pacheco. Na dinâmica local da Associação Grãos de Luz e Griô, percebe-se que apesar de as ações da ONG serem descentralizadas e geridas coletivamente, o casal é forte referência para os demais integrantes e colaboradores das ações da associação. No contexto social e político da cidade de Lençóis, a ONG assume um papel mediador na construção de processos culturais e educacionais locais possíveis de serem observados nas relações estabelecidas com os colaboradores do projeto (educadores), com as crianças e adolescentes, com os jovens dos grupos cooperativos, com os mais velhos (griôs e mestres), com as escolas municipais e com os grupos culturais e comunitários.

A formulação do conceito de cultura no grupo passa fortemente pelo universo simbólico local e por sua costura com elementos de uma cultura supostamente africana. A cultura é apresentada de forma ampla e integrada transversalmente às ações e práticas pedagógicas desenvolvidas com crianças, jovens, adultos e idosos nos espaços formais e não-formais, em uma atuação que busca desenvolvimento e articulação comunitária. A proposta de integrar os saberes comunitários de tradição oral em práticas educativas apresenta muitas possibilidades, mas também esbarra em limites. A metodologia elaborada pelo grupo amplia os espaços de participação e convivência ao diversificar os espaços de aprendizagem para além do espaço escolar e proporcionar o encontro intergeracional. De fato, pode-se dizer que o grande caráter de invenção e inovação da pedagogia talvez esteja em reconhecer e integrar pessoas e comunidades de saberes de tradição oral em processos de ensino e aprendizagem. Na proposta da ONG novas dinâmicas de distinção e *status* estariam em jogo, ao realizar uma incorporação prestigiosa de figuras periféricas ou mesmo estigmatizadas socialmente em ambientes formais e não-formais de educação.

Dialogando com as ideias de Barbalho (2008, p. 126), podemos dizer que a Pedagogia Griô afirma as potências da vida (biopolítica) a partir de sua capacidade criativa e de seu trabalho imaterial e afetivo. Por trabalho imaterial, o autor entende, a concepção daquele que produz um bem imaterial, um produto cultural, conhecimento, comunicação. Este implicaria a relação entre subjetividades em um trabalho afetivo, comunitário e cooperativo.

Percebe-se uma forte intenção da Associação Grãos de Luz e Griô em influenciar as políticas públicas em nível local, regional e nacional. Ao trazer para a discussão a integração dos saberes de tradição oral na educação-formal, a Pedagogia Griô propõe não somente uma mudança de formato do modelo tradicional de aula para a pedagogia da roda, mas também uma interface das disciplinas curriculares (português, história, ciências e matemática) com os saberes tradicionais. Para os agentes do projeto a valorização dos griôs e mestres de tradição oral passa pelo reconhecimento de seu lugar político, sociocultural e econômico na educação (PACHECO; CAIRES (ORG), 2009, 17). Ao ocupar um lugar na educação formal, os saberes de tradição oral poderiam fortalecer a participação, o respeito às identidades e às práticas culturais individuais e coletivas de pessoas que historicamente foram excluídas das políticas culturais.

Na expansão da proposta para um projeto nacional, a ONG consegue articular uma política educacional cultural para o país, numa rede atual de 130 organizações. A rápida capilaridade e aceitação da proposta de criação de um diálogo entre tradição oral e educação por outras entidades demonstra que havia um espaço vazio nas políticas públicas de cultura do país referente à valorização do patrimônio imaterial e ao fomento a redes de transmissão oral. Porém, na pesquisa de campo realizada no Centro de Cultura e Educação Lúdica da Rocinha, ficou evidente ser necessário realizar avanços na relação estabelecida entre a proposta pedagógica e os professores/espaço escolar. Reconheço que um primeiro diálogo está consolidado, porém a integração entre os pontos de cultura e escola precisa de uma maior atenção e talvez de novas estratégias de troca e possíveis conexões.

Na relação da Associação Grãos de Luz e Griô com o Estado, percebe-se que a participação de atores sociais na implementação e consolidação de políticas públicas apresenta

novas dinâmicas de interações entre estes dois atores. É inegável que a metodologia da ONG agregou novos conceitos ao Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura. A meu ver, o modelo inovador de gestão pública do programa possibilitou que a Ação Griô nacional chegasse com mais facilidade a seu público prioritário – associações da sociedade civil, pessoas e comunidade de tradição oral, alunos e professores.

A continuidade e a consolidação do projeto nacional enquanto política de Estado vem dar o tom da discussão em torno da Lei Griô, proposta atualmente em construção e discussão pela rede da Ação Griô Nacional. Até a votação dessa lei o percurso para sua mobilização e debate pela sociedade é amplo. Vale ressaltar, nesse contexto, as disputas pertinentes ao campo das culturas populares em torno de conceitos e políticas. Para consolidar o processo, parece-me que a rede precisará dialogar e em alguma medida realizar concessões, a fim de garantir um maior número de adesões à sua proposta política. A consolidação de um projeto de educação e tradição oral em âmbito nacional, formulado e articulado pelas bases sociais, pode vir a inaugurar novas perspectivas para as formulações acerca do Patrimônio Imaterial, no que tange à garantia das condições para a transmissão às novas gerações de saberes e fazeres.

ANEXOS

ANEXO A

REDE AÇÃO GRIÔ NACIONAL – ORGANIZAÇÕES CONTEMPLADAS PELO EDITAL DE DIVULGAÇÃO 02/2008 – PROGRAMA CULTURA VIVA – AÇÃO GRIÔ/MESTRES DE TRADIÇÃO ORAL POR REGIONAIS:

REGIONAL RIO DE JANEIRO

Associação Circo Voador (Rio de Janeiro – RJ)
Associação Cultural Jongô da Serrinha (Rio de Janeiro – RJ)
Associação de Moradores de Campinho-AMOC (Paraty – RJ)
Associação dos Amigos do América – Baixada (AMAB) (Mesquita – RJ)
Centro de Cultura e Educação Lúdica da Rocinha (Rio de Janeiro – RJ)
Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré-CEASM (Rio de Janeiro – RJ)
Centro de Referência Patrimonial de Duque de Caxias (Duque de Caxias – RJ)
Instituto de Imagem e Cidadania Rio de Janeiro (Sobrado Cultural) (Friburgo – RJ)
Instituto Tá na Rua (Rio de Janeiro – RJ)
ONG Arte da Possibilidade (Niterói – RJ)
Sociedade Musical e Artística Lira de Ouro (Duque de Caxias – RJ)
Sociedade Musical Nossa Senhora da Conceição-PIM (Programa Integração pela Música) (Vassouras – RJ)

REGIONAL AMAZÔNICA

Estados: AC, AM, AP, PA, RO, RR

Associação Cultural JAPIIM-ASCUJA (Marapanim – PA)
Associação dos Artistas Plásticos de Marabá (Marabá – PA)
Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDECA Pé na Taba (Manaus – AM)
Conselho Indígena de Roraima (Boa Vista – RR)
CULTUAM - Centro de Preservação Conservação da Cultura-Arte e Ciência de Maués (Maués – AM)
Grupo de Ação Ambiental Vila Viva (Santarém – PA)
Grupo de Teatro a Bruxa Tá Solta (Boa Vista – RR)
Grupo de Tradições Marajoaras Cruzeirinho (Soure-Ilha de Marajó – PA)
Movimento de Vanguarda da Cultura Icoaraci - MOVI-CI (Belém – PA)
Ponto de Cultura Música e Artesanato Marajoara, Museu do Marajó (Cachoeira do Arari – PA)
Ponto de Cultura Usina Cultura (Boa Vista – RR)

REGIONAL VENTRE DO SOL

Estados: AL, PB, PE, RN, SE

ACAAPE - Associação Cultural e Assistencial dos Artistas de Pernambuco (Recife – PE)
Associação Amigos de Piaçabuçu - Olha o Chico (Piaçabuçu – AL)
Associação Comunitária Sócio-Cultural de Major Sales (Major Sales – RN)
Associação de Parteiros Tradicionais do Agreste em Caruaru (Caruaru – PE)
Associação dos Moradores e Amigos da Comunidade de Canafístula (Arapiraca – AL)
Associação Recreativa Carnavalesca Afoxé Alafin Oyó (Olinda – PE)
Associação Respeita Januário (Recife – PE)
C.A.I.S do Parto: Centro Ativo de Integração do Ser (Olinda – PE)
CCEL-Centro Cultural Estrela de Lia (Ilha de Itamaracá – PE)
Centro Comunitário Vivendo e Aprendendo (Camaragibe – PE)
Centro Cultural Coco de Umbigada (Olinda – PE)
Centro Cultural Farol da Vila (Cabo de Santo Agostinho – PE)
Coletivo de Cultura e Educação Meio do Mundo (João Pessoa – PB)
Congregação Holística da Paraíba (João Pessoa – PB)
Fundação Félix Rodrigues (Pendências – RN)
Maracatu Carnavalesco Leão Coroado (Olinda – PE)
Maracatu Estrela de Ouro de Aliança (Recife – PE)
Núcleo de Cultura Afro Brasileira Iyá ogun-té (Maceió – AL)
Organização Trajetória Mundial Quilombo Cultural Malunguinho (Recife – PE)
Sociedade Religiosa Africana Santa Barbara-Nação Xambá (Olinda – PE)

REGIONAL BAHIA

Associação Comunitária dos Bairros da Estação, Porto alegre e Alto do Cruzeiro (Caculé – BA)
Associação de Capoeira Corda Bamba (Lençóis – BA)
Associação Lapense de Capoeira (Bom Jesus da Lapa – BA)
Associação Safar Miramas de Artes do Circo (Palmeiras – BA)
Associação São Jorge Filho da Goméia (Lauro de Freitas – BA)
Centro de Estudo e Pesquisa e Ação Sócio Cultural (Cachoeira – BA)
Fundação Pierre Verger (Salvador – BA)
Fundação Terra Mirim (Simões Filho – BA)
Grupo Cultural de Entretenimento Mamulengos da Bahia (Salvador – BA)
Instituto Odu Odara (Feira de Santana – BA)
Oficina de Artes de Araci (Araci – BA)
Organização Atuante da Saúde e Integração Social (Rio de Contas – BA)
Pé de Arte Cultura e Educação (São Gonçalo dos Campos – BA)
Ponto de Cultura Ginga e Malícia (Salvador – BA)

REGIONAL DA TERRA

Estados: SP, SC, PR, RS

Alma-Associação Intercultural de Projetos Sociais (Londrina – PR)
Associação Artística Cultural Agosto 17 (Caxias do Sul – RS)
Associação Cultural Inventor de Sonhos (Campinas – SP)
Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora (Porto Alegre – RS)
Associação Cultural Jongueira do Tamandaré de Guaratinguetá (Guaratinguetá – SP)
Associação Cultural Matakiterani (Lages – SC)
Associação da Comunidade dos Remanescentes do Quilombo da Fazenda (Ubatuba – SP)
Associação da Comunidade Negra de Itapeva e Região (Itapeva – SP)
Associação do Grupo de Teatro Mágico (Florianópolis – SC)
Associação dos Moradores da Grande Santa Rosa (Porto Alegre – RS)
Associação Interdisciplinar de Narradores Orais e Agentes de Leitura - NINA (Campinas – SP)
Grupo Cupuaçu (São Paulo – SP)
Instituto Cultural Português (Porto Alegre – RS)
Sérgio Bairon Blanco SanT'Anna-ECA/USP (São Paulo – SP)
Instituto Boinamão Preservação e Fomento a Cultura (Bombinhas – SC)
Centro de Pesquisa e Produção de Teatro de Animação (Rio do Sul – SC)
Instituto Kaingang-INKA (Coxilha – RS)
Ponto de cultura Afro Sul (Porto Alegre – RS)
Universidade Federal de Pelotas (Pelotas – RS)

REGIONAL DAS ÁGUAS

Estados: CE, MA, PI, TO

Associação Comunitária Irene Cruz-ACIC (Missão Velha – CE)
Associação Cultural Arte na Praça-ACAP (Guaraciaba do Norte – CE)
Associação Cultural Reisado do Piauí (Teresina – PI)
Associação da Cultura Religiosa Afro-brasileiros de Caxias (Caxias – MA)
Associação de Cultura Educação e Meio Ambiente do Bico do Papagaio (Tocantinópolis – TO)
Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão (São Luís – MA)
COMSAUDE Comunidade de Saúde Desenvolvimento e Educação
Fundação Sebastião Alves da Silva (Redenção do Gurgueia – PI)
FUNDED - Fundação Dom Ediberto Dokelbord/Ponto de cultura Quilombo do Rosário (Oeiras – PI)
Instituto Beija-flor de Cultura, Arte, Ed. Ambiental e Cidadania (Cascavel – CE)
Instituto de Desenvolvimento Sustentável BEMCOMUM (São Luís – MA)
Instituto de Ecocidadania Juriti (Juazeiro do Norte – CE)
Organização Cor Negra- OCN (Picos – PI)
Ponto de Cultura “Cultura ao Alcance de Todos”- Escândalo Legalizado ESCALET (Floriano – PI)
Universidade Regional do Cariri-Lira Nordestina (Crato – CE)
Associação de Teatro Cidade Cenográfica (Floriano – PI)
Associação de Universitário de Senador Pompeu (Senador Pompeu – CE)

REGIONAL NASCENTE DAS VEREDAS

Estados: DF, ES, GO, MG, MS

Ação Cultural do Gama/CIA VOAR (Gama – DF)

Associação Comunitária Ribeirão de Areia (ACRA) (Chapada Gaúcha – MG)

Associação do Patrimônio Histórico, Artístico e Ambiental de Belo Vale - APHAA-BV (Belo Vale – MG)

Cooperativa Brasiliense de Teatro (Brasília – DF)

Grupo de Teatro Mamulengo Presepada (Taguatinga – DF)

Guaimbê-Espaço e Movimento Criativo (Pirinópolis – DF)

Humanizarte (Viçosa – MG)

Instituto Kairós (São Sebastião das Águas Clara/Nova Lima – MG)

Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Justinópolis (Justinópolis-Ribeirão das Neves – MG)

Organização Atitude (Ceilândia – DF)

Ponto Cultural e Ambiental da Serra do Cipó (Serra do Cipó – MG)

ANEXO B

EDITAL DE DIVULGAÇÃO 01/2006 – PROGRAMA CULTURA VIVA – AÇÃO GRIÔ/MESTRES DE TRADIÇÃO ORAL

MINISTÉRIO DA CULTURA
SECRETARIA DE PROGRAMAS E PROJETOS CULTURAIS
EDITAL DE DIVULGAÇÃO Nº 1, DE 15 DE SETEMBRO DE 2006

A União Federal, por intermédio da Secretaria de Programas e Projetos Culturais do Ministério da Cultura - SPPC/MinC, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento ao disposto na alínea “a”, inciso I, do art. 3º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e nas condições e exigências estabelecidas neste Edital, torna público o convite aos Pontos de Cultura conveniados pelos editais nºs 1, 2 e 3 publicados pela SPPC/MinC e que atuam com propostas educacionais relativas à preservação e valorização da tradição oral do Brasil, envolvendo o trabalho de Griôs e/ou Mestres de Tradição Oral em parceria com o sistema público de ensino, para participarem do processo de concessão de bolsas de trabalho no âmbito do Programa Cultura Viva - Ação Griô.

A SPPC, por intermédio deste instrumento, objetiva constituir um cadastro reserva de Projetos Pedagógicos com vistas à concessão de bolsas a Griôs Aprendizes, Griôs e/ou Mestres de Tradição Oral, de acordo com disponibilidade orçamentária do Ministério da Cultura.

A seleção dos Griôs e/ou Mestres de Tradição Oral não obriga o Ministério da Cultura a formalizar a concessão de bolsas de trabalho, caracterizando apenas expectativa de direito aos Pontos de Cultura selecionados. Por essa razão, o prazo da seleção de Griôs e/ou Mestres de Tradição Oral, de acordo com o item 4 deste Edital, será de 1 (um) ano.

1-DA AUTORIZAÇÃO

1.1- O Programa Cultura Viva foi criado pela Portaria nº156, de 6 julho de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 07 de julho de 2004, do Ministério da Cultura, retificada pela Portaria nº 82, de 18 de maio de 2005, do Ministério da Cultura, publicada no Diário Oficial da União de 23 de maio de 2005.

2-DO OBJETO

2.1 - Constitui objeto do presente Edital a seleção de Projetos Pedagógicos, de autoria dos Pontos de Cultura conveniados pelos editais nºs 1, 2 e 3 da SPPC/MinC, para repasse de até 500 bolsas de trabalho a Griôs Aprendizes, Griôs e/ou Mestres de Tradição Oral, que estejam envolvidos nesses Projetos Pedagógicos dos Pontos de Cultura e da Ação Griô – Cultura Viva, em parceria com escolas e/ou universidades públicas, com o objetivo de preservar e valorizar a tradição oral do Brasil para o fortalecimento da identidade das crianças, adolescentes e jovens vinculados à sua ancestralidade.

2.2 - Para um melhor conhecimento da Ação Griô - Cultura Viva, sugere-se a leitura do documento Cultura Viva disponibilizado no Portal do Ministério da Cultura - MinC, http://www.cultura.gov.br/apoio_a_projetos/editais/index.html
Edital Nº 01/2006 – Pontos de Cultura – Ação Griô

3 - DO PRAZO, FORMA E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Cada Ponto de Cultura para participar do processo de seleção de bolsistas da Ação Griô - Cultura Viva, deverá inscrever um Projeto Pedagógico realizado em parceria com uma Escola ou Universidade Pública, envolvendo até 6 (seis) Griôs e Mestres, devendo contar, obrigatoriamente, com apenas um Griô Aprendiz, como coordenador, e pelo menos um Griô e um Mestre de Tradição Oral.

3.1.1 – O Griô Aprendiz responsável pelo Projeto Pedagógico e os Griôs e/ou Mestres de Tradição Oral devem respeitar as idades mínimas e reunir duas ou mais qualidades do perfil a seguir:

a) Griô Aprendiz – pessoa com experiência e pesquisa em mobilização cultural, diálogo e mediação política; líder e/ou participante de grupos artístico-culturais e associações locais que trabalham com as tradições orais; pessoa com facilidade para transmitir a sabedoria da tradição oral por meio da palavra (oral e escrita) como uma arte ou magia; pessoa interessada em educação, letras, história, antropologia, artes cênicas, jornalismo e outras áreas afins; educador comunitário iniciado em facilitação de vivências em grupo; participante de rituais e/ou atividades de iniciação com um Mestre de Tradição Oral de sua escolha;

b) Griôs de Tradição Oral – líder e/ou participante de grupos artístico-culturais e associações locais que trabalham com as tradições orais e/ou animação popular de sua região; pessoa com facilidade para transmitir a sabedoria da tradição oral por meio da palavra como uma arte ou magia; músico instrumentista e animador de festas; pessoa com história de vida de tradição oral que se identifica com a figura do caminhante viajante e contador de histórias; idade mínima 50 anos.

c) Mestres de Tradição Oral – pessoas reconhecidas em sua comunidade como líderes espirituais com a sabedoria da cura ou da iniciação para a vida, buscados por pessoas de diversas regiões; conhecedores e fazedores de conhecimentos, iniciados ou iniciadores das artes e ofícios de tradição oral; pessoa com história de vida de tradição oral que se identifica com a figura do sábio e do mestre; idade mínima de 60 anos.

3.2 – Os Pontos de Cultura que desejarem participar da Ação Griô – Cultura Viva devem enviar sua inscrição do Projeto Pedagógico à Comissão de Avaliação, acompanhada dos seguintes documentos:

a) **REQUERIMENTO**, conforme Modelo Anexo 1.

b) **FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO**, conforme Modelo Anexo 2, do Projeto Pedagógico na Ação Griô, devidamente preenchido e assinado pelo representante legal, contemplando sua experiência e metodologia de mobilização e comunicação, bem como sua proposta educacional referentes ao objeto deste edital.

c) **DECLARAÇÃO DO PONTO DE CULTURA**, conforme Modelo Anexo 3, devidamente preenchida e assinada, com compromisso de envio, no prazo máximo de 30 dias úteis a partir da notificação pela SPPC/MinC dos documentos e certidões necessários à formalização da concessão da bolsa, das fichas de inscrições dos Griôs Aprendizes, dos Griôs e Mestres de Tradição Oral e dos Termos de Compromisso do Ponto de Cultura e dos Bolsistas.

d) **PORTFÓLIO** do Ponto de Cultura - fotografias, depoimentos, matérias em jornais e revistas, cartazes, programas, convites de eventos, vídeos, cds, dvd, publicações, entre outras formas de registro das ações do Ponto referente ao objeto do Edital.

3.2.1 - Os Documentos acima relacionados devem ser apresentados conforme a seqüência determinada.

3.2.2 – Os modelos dos documentos citados no subitem 3.2 podem ser localizados no Portal do Ministério da Cultura – MinC – http://www.cultura.gov.br/apoio_a_projetos/editais/index.html - **Edital N° 01/2006 - Pontos de Cultura Ação Griô.**

3.2.3 - É expressamente vedada alteração que implique modificação dos documentos que compõem o subitem 3.2.

3.3 - A não apresentação na proposta de quaisquer dos itens elencados no subitem 3.2 ou em desacordo com o estabelecido no Edital implicará o indeferimento do requerimento, sendo comunicado o proponente da motivação de indeferimento.

3.4 - Estão inabilitados para inscrição na bolsa de trabalho Griôs e/ou Mestres de Tradição Oral que já estejam incluídos em qualquer política pública municipal, estadual ou federal de concessão de bolsas ou outros tipos de auxílio financeiro que visem a preservação dos saberes da tradição oral.

3.5 – Fica vedada a participação do Griô Aprendiz, Griô ou Mestre de Tradição Oral, como bolsista, em mais de um Projeto Pedagógico apresentado pelos Pontos de Cultura.

3.6 - Para participar do processo de seleção de bolsas de trabalho da Ação Griô do Programa Cultura Viva, o Ponto de Cultura deve enviar o Requerimento, o Formulário de Inscrição, a Declaração do Ponto de Cultura e o Portfolio, solicitados no subitem 3.2, impressos e assinados, à Comissão de Avaliação, no período de 15 de setembro a 31 de outubro de 2006, fazendo constar do endereçamento:

PARTICIPAÇÃO NA AÇÃO GRIÔ/2006
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO
Caixa Postal nº 8775 - SHS - Quadra 02 - Bloco B

CEP: 70.312-970 – Brasília / DF

3.7 - A inscrição postada após o período estabelecido no subitem 3.5 deste Edital será automaticamente invalidada.

3.8 - Após o recebimento de toda a documentação pela SPPC/MinC, o Ponto de Cultura será informado do número de protocolo para acompanhamento do processo.

3.9 – O encaminhamento da inscrição na Ação Griô – Cultura Viva implica prévia e integral concordância com as normas deste Edital.

4 –DA SELEÇÃO E DO JULGAMENTO

4.1 – A seleção dos bolsistas será realizada por uma Comissão de Avaliação constituída por técnicos e dirigentes convidados pelo MinC, designada pelo Secretário da SPPC, a quem caberá a presidência e o voto de qualidade.

4.2 – Serão adotados critérios de seleção que priorizem os seguintes aspectos:

- a) Experiência inovadora e investimento do Ponto de Cultura na Tradição Oral de sua região;
- b) Perfil do Griô Aprendiz inscrito que será responsável pela Ação Griô no Ponto de Cultura;
- c) Projeto Pedagógico que promova o fortalecimento da rede de transmissão oral entre crianças, adolescentes, jovens e educadores, vinculando-os à sua ancestralidade através dos Griôs e/ou Mestres de Tradição Oral;
- d) Projeto Pedagógico envolvendo a parceria entre o Ponto de Cultura, as Escolas e/ou Universidades Públicas e promovendo a integração entre saberes de tradição oral com o conhecimento elaborado no ensino formal.

4.3 – As propostas encaminhadas pelos Pontos de Cultura serão avaliadas individualmente por membros da Comissão, enquadradas nos quesitos expostos no subitem 4.2 e observados as seguintes combinações e critérios:

- a) equilibrada distribuição dos Pontos de Cultura pelas regiões e estados da Federação;
- b) variedade e complementaridade entre os Projetos Pedagógicos;
- c) diversidade de linguagens artísticas e público alvo dos Projetos Pedagógicos.

4.4 - Os critérios de pontuação e de desempate das propostas encaminhadas pelos Pontos de Cultura, para fins de seleção e classificação, serão estabelecidos pela Comissão de Avaliação, levando em consideração os critérios elencados nos itens 4.2 e 4.3.

4.5 – Será invalidada a proposta do Ponto de Cultura que tiver pendência, inadimplência ou falta de prestação de contas junto a qualquer órgão público, ou deixar de cumprir total ou parcialmente o disposto no item 3.2.

4.6 - A SPPC/MinC publicará no Diário Oficial da União os Projetos Pedagógicos dos Pontos de Cultura, que formarão cadastro reserva deste Edital, incluindo a lista de seus respectivos Griôs Aprendizes, Griôs e Mestres de Tradição Oral.

4.7 – Os membros da Comissão de Avaliação não poderão ter ligação com as propostas.

5-DA NOTIFICAÇÃO

5.1 - De acordo com a disponibilidade orçamentária do MinC, os Pontos de Cultura, cujos Projetos Pedagógicos foram selecionados pelo presente Edital, serão notificados pela SPPC/MinC, conforme a ordem de classificação, para apresentação dos documentos estabelecidos pela Declaração do Ponto de Cultura (Modelo Anexo 3), necessários à formalização da concessão das bolsas de trabalho.

5.2 - O Ponto de Cultura no prazo máximo de 30 dias úteis do recebimento da notificação deverá encaminhar os documentos por ela solicitados. Caso esse prazo não seja respeitado será notificado o próximo Ponto de Cultura na ordem de classificação.

6 – DO APOIO FINANCEIRO

6.1 As bolsas que trata o presente Edital terão o valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) e serão concedidas diretamente aos bolsistas pelo período de um ano, a contar da data de aprovação pela SPPC/MinC dos documentos estabelecidos pela Declaração do Ponto de Cultura.

6.2 O pagamento da bolsa fica condicionado, sob pena de ser suspenso, ao desempenho das atividades pelo bolsista, conforme previsto no Projeto Pedagógico, comprovado mediante apresentação de relatórios de atividades quadrimestrais à SPPC/MinC, elaborados pelo Ponto de Cultura e respectivo Griô aprendiz.

7 - DA OBRIGAÇÃO DOS PONTOS DE CULTURA

7.1 - Oferecer condições de infra-estrutura e operacionalidade para que os bolsistas possam desenvolver adequadamente as ações previstas no Projeto Pedagógico.

7.2 - Encaminhar os relatórios de atividades quadrimestrais para a SPPC/MinC sobre as ações desenvolvidas pelos bolsistas, previstas no Projeto Pedagógico.

7.3 - Divulgar, em destaque, o nome do Ministério da Cultura, do Programa Nacional Cultura Viva, da Ação Griô e do Governo Federal, em todos os atos de promoção e divulgação da proposta educacional que tem o envolvimento dos Griôs e/ou Mestres de Tradição Oral bolsistas, no local do Ponto de Cultura e nos eventos e ações deles decorrentes.

7.4 - As marcas do Ministério da Cultura, do Programa Nacional Cultura Viva, da Ação Griô e do Governo Federal, deverão ser exibidas de acordo com os padrões de Identidade Visual, fornecidos pela SPPC/MinC, após a concessão das bolsas, sendo vedada às partes a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

8 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 – Todos os documentos encaminhados a SPPC/MinC, referentes a este Edital, passarão a fazer parte do acervo do Ministério da Cultura para fins de pesquisa, documentação e mapeamento da produção cultural brasileira, razão pela qual não serão devolvidas aos Pontos de Cultura.

8.2 - Quando o Projeto Pedagógico do Ponto de Cultura envolver comunidade indígena, a FUNAI deverá ser comunicada pelo referido Ponto de Cultura.

8.3 - Caberá pedido de reconsideração das decisões da Comissão de Avaliação no prazo de dois dias úteis a partir do conhecimento da decisão de indeferimento e da publicação do cadastro reserva de Projetos Pedagógicos dos Pontos de Cultura selecionados no Diário Oficial da União.

8.4- O presente Edital ficará à disposição dos interessados na SPPC/MinC e no portal do MinC www.cultura.gov.br.

8.5- Os Proponentes que desejarem poderão solicitar esclarecimentos, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data final para o recebimento da Inscrição. Qualquer pedido de esclarecimento deve ser enviado pelo e-mail ao endereço acaogrio@culturaviva.gov.br ou fac-símile à Comissão de Avaliação, (61) 3901-3822. A Comissão de Avaliação responderá a tais solicitações por escrito.

8.6 - Os casos omissos e as dúvidas surgidas no presente Edital e na execução do seu objeto serão resolvidos pelo Secretário de Programas e Projetos Culturais do Ministério da Cultura.

Ministério da Cultura

Brasília, 14 de setembro de 2006

CÉLIO ROBERTO TURINO DE MIRANDA

SECRETÁRIO DE PROGRAMAS E PROJETOS CULTURAIS

ANEXO C

EDITAL DE DIVULGAÇÃO 02/2008 – PROGRAMA CULTURA VIVA – AÇÃO GRIÔ/MESTRES DE TRADIÇÃO ORAL

**MINISTÉRIO DA CULTURA
SECRETARIA DE PROGRAMAS E PROJETOS CULTURAIS
EDITAL DE DIVULGAÇÃO Nº 02, 27 de junho de 2008
BOLSAS DE INCENTIVO GRIÔ**

A União, por intermédio do Ministério da Cultura - Secretaria de Programas e Projetos Culturais - SPPC/MinC, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento ao disposto na alínea “a”, inciso I, do art. 3º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e nas condições e exigências estabelecidas neste Edital, torna público o convite aos Pontos de Cultura e a outras entidades privadas, sem fins lucrativos, legalmente constituídas, que atuam com propostas sócio-culturais e educacionais relacionadas com os saberes e fazeres de Griôs e/ou Mestres de tradição oral de todos os grupos étnico-culturais, que formam o povo brasileiro, em parceria com o sistema público de ensino no Brasil, para participarem do processo de concessão de bolsas no âmbito do Programa Cultura Viva - Ação Griô.

A SPPC, por intermédio deste instrumento, objetiva constituir um cadastro de no mínimo 100 (cem) projetos pedagógicos e um banco de reservas de Griôs Aprendizes, Mestres e Griôs de tradição oral, com vistas à concessão de bolsas griô a Griôs Aprendizes, Griôs e/ou Mestres de tradição oral. Está previsto para o ano de 2008 o atendimento do número mínimo de 100 (cem) projetos, dentre os integrantes do cadastro, de acordo com disponibilidade orçamentária do Ministério da Cultura.

O banco de reserva dos Griôs Aprendizes, Griôs e/ou Mestres de tradição oral não obriga o Ministério da Cultura a formalizar a concessão de bolsas de incentivo Griô, caracterizando apenas expectativa de direito às instituições selecionadas.

1-DA AUTORIZAÇÃO

1.1– O Programa Cultura Viva foi criado pela Portaria nº 156, de 6 julho de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 07 de julho de 2004, do Ministério da Cultura, retificada pela Portaria nº 82, de 18 de maio de 2005, do Ministério da Cultura, publicada no Diário Oficial da União de 23 de maio de 2005.

2 - DOS RECURSOS

2.1 – A presente ação conta com os recursos oriundos do Programa de Trabalho – PT n.º 13.392.1141, Ação 009L.0001 - Concessão de Bolsas Para Agentes Culturais.

3 – DA VIGÊNCIA

3.1 – O presente Edital possui prazo de validade de 12 (doze) meses contados da publicação no Diário Oficial da União da homologação do resultado definitivo da seleção, prorrogáveis por igual período, mediante decisão motivada.

4 – DO OBJETO

4.1 – O presente Edital objetiva a seleção mínima de 100 (cem) projetos pedagógicos, sendo 75 (setenta e cinco) de iniciativa de Pontos de Cultura, conveniados pelos editais nºs 1, 2 e 3, publicados pela SPPC/ MinC, com seus convênios finalizados ou não finalizados, e 25 (vinte e cinco) de iniciativa de outras entidades privadas, sem fins lucrativos de natureza cultural, para repasse de Bolsas de incentivo a Griôs Aprendizes, Griôs e/ou Mestres de tradição oral, que estejam envolvidos em parceria com escolas e/ou universidades públicas, com a finalidade de preservar e fomentar a cultura oral nacional existente, mediante a criação e instituição de uma política nacional de educação, cultura oral e economia comunitária para o fortalecimento da identidade e ancestralidade dos estudantes brasileiros, bem como revisão dos currículos de suas escolas e universidades por meio do reconhecimento dos saberes Griôs e Mestres de tradição oral do Brasil.

4.2 O número de apoio aos projetos pedagógicos serão distribuídos regionalmente, proporcionalmente à demanda habilitada no presente certame.

4.2.1 – O remanescente de eventual recurso orçamentário previsto no subitem 2.1 deverá ser distribuído entre as duas categorias (Pontos de Cultura e outras entidades privadas) a serem apoiadas, observada a proporção de 3 (três) para 1 (um), em favor dos Pontos de Cultura e respeitada a ordem classificatória no certame.

4.2.2 - Não exauridos os recursos por categoria, os valores remanescentes serão destinados para os candidatos que tenham obtido maior pontuação, independente de região.

4.3 - Para um melhor conhecimento da Ação Griô - Cultura Viva, sugere-se a leitura do documento Cultura Viva, documento da Ação Griô, disponibilizado no Portal do Ministério da Cultura - MinC, http://www.cultura.gov.br/cultura_viva/.

5 -DO PRAZO, FORMA E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1 - Podem participar do presente Edital os Pontos de Cultura conveniados pelos Editais nº (s) 1/2004, 2/2005 e 3/2005, publicados pela SPPC/MinC, que tenham seus convênios finalizados ou não finalizados, e outras entidades privadas, sem fins lucrativos de finalidade cultural, como associações, sindicatos, cooperativas, consórcios, fundações, Organizações Não-Governamentais (ONGs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e Organizações Sociais (OS) sediadas e/ou com atuação comprovada há pelo menos 2 (dois) anos no Brasil.

5.2 Cada proponente poderá inscrever somente um projeto pedagógico.

5.3 – O proponente para participar do processo de seleção de bolsistas da Ação Griô Nacional – do Programa Cultura Viva, deverá inscrever um Projeto Pedagógico realizado em parceria com uma Escola ou Universidade Pública, envolvendo até 6 (seis) Griôs e Mestres, devendo contar, obrigatoriamente, com apenas um Griô Aprendiz, integrante e atuante da entidade proponente, e, pelo menos, um Griô e um Mestre de tradição oral.

5.4 – O Griô Aprendiz responsável direto pelo projeto pedagógico e os Griôs e/ou Mestres de tradição oral devem reunir o maior número de qualidades do perfil a seguir:

a) **Griô Aprendiz** – pessoa com experiência e pesquisa em mobilização cultural, diálogo e mediação política; líder e/ou participante de grupos artístico-culturais e associações locais que trabalham com as tradições orais; pessoa com facilidade para transmitir a sabedoria da tradição oral por meio da palavra (oral e escrita) como uma arte ou magia; pessoa com formação ou experiência em educação, letras, história, antropologia, artes cênicas, jornalismo e outras áreas afins; educador comunitário iniciado em facilitação de vivências em grupo; participante de rituais e/ou atividades de iniciação com um Mestre de tradição oral de sua escolha; escolaridade mínima de ensino médio.

b) **Griôs de tradição oral** – líder e/ou participante de grupos artístico-culturais e associações locais que trabalham com as tradições orais e/ou animação popular de sua região; pessoa com facilidade para transmitir a sabedoria da tradição oral por meio da palavra como uma arte ou magia ; músico instrumentista e animador de festas; pessoa com história de vida de tradição oral que se identifica com a figura do caminhante viajante e contador de histórias; idade mínima de 40 anos.

c) **Mestres de tradição oral** – pessoas reconhecidas em sua comunidade como líderes espirituais com a sabedoria da cura ou da iniciação para a vida, buscados por pessoas de diversas regiões; conhecedores e fazedores de conhecimentos, iniciados ou iniciadores das artes e ofícios de tradição oral; pessoa com história de vida de tradição oral que se identifica com a figura do sábio e do mestre; idade mínima de 50 anos.

5.5 – Para a construção do seu lugar de mediação entre os saberes de tradição oral e os saberes de tradição escrita, o Griô Aprendiz deve ter experiência na entidade proponente e não ter vínculo empregatício com a escola/universidade parceira.

5.6 – As entidades proponentes para efeito de atendimento do requisito previsto no subitem 6.1, alínea “f”, deverão realizar prontamente, nos locais de sua atuação, chamamento público e respectivo processo de seleção dos Griôs, Mestres e Griôs Aprendizes, que irão indicar para participação nos projetos pedagógicos inscritos.

5.6.1 - O prévio processo de seleção a ser promovido pelas entidades participantes deverá ser realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do presente edital.

5.7 – As instituições proponentes deverão apresentar um banco de reserva, em ordem decrescente de classificação, de até 2 (dois) Griôs e Mestres e somente 1 (um) Griô Aprendiz

relacionados com os saberes previstos no projeto pedagógico, para o caso de eventual substituição dos participantes indicados originalmente.

5.7.1 - Para a efetivação de eventual substituição de Mestres e Griôs, no curso da seleção, a entidade proponente deverá obrigatoriamente apresentar justificativa, a ser encaminhada para análise da Comissão de Avaliação até a publicação definitiva da lista de habilitados no presente edital.

6 - DA HABILITAÇÃO

6.1 – As entidades previstas no subitem 5.1 que desejarem participar da Ação Griô Nacional, do Programa Cultura Viva devem enviar sua inscrição do projeto pedagógico à Comissão de Avaliação, acompanhada dos seguintes documentos:

a) REQUERIMENTO, conforme Modelo Anexo 1.

b) FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO, conforme Modelo Anexo 2, do Projeto Pedagógico na Ação Griô, devidamente preenchido e assinado pelo representante legal, contemplando sua experiência e metodologia de mobilização e comunicação, bem como sua proposta educacional referentes ao objeto deste edital.

c) DECLARAÇÃO DA ENTIDADE, conforme Modelo Anexo 3, devidamente preenchida e assinada, com compromisso de envio à SSPC/MinC, no prazo definido no subitem 8.2 dos documentos e certidões necessários à formalização da concessão da bolsa, das fichas de inscrições dos Griôs Aprendizes, dos Griôs e Mestres de tradição oral e dos Termos de Compromisso do Ponto de Cultura e dos Bolsistas.

d) Portfólio do Ponto de Cultura - fotografias, depoimentos, matérias em jornais e revistas, cartazes, programas, convites de eventos, vídeos, cds, dvds, publicações, entre outras formas de registro das ações do Ponto de Cultura referente ao objeto do Edital.

e) Portfólio do Griô Aprendiz - fotografias, depoimentos, matérias em jornais e revistas, cartazes, programas, convites de eventos, vídeos, cds, dvds, publicações, entre outras formas de registro das ações do Griô Aprendiz referentes ao objeto do Edital.

f) Elementos e materiais comprobatórios da adoção e execução do procedimento de chamamento público, ainda que simplificado, realizado mediante critérios transparentes, isonômicos e objetivos na escolha dos Griôs, Mestres e Griôs Aprendizes indicados no projeto inscrito.

6.2- Os Documentos acima relacionados devem ser apresentados conforme a seqüência determinada.

6.3- Os modelos dos documentos citados no subitem 6.1 podem ser localizados no Portal do Ministério da Cultura – MinC http://www.cultura.gov.br/apoio_a_projetos/editais/index.html - Edital N° 05/2006 - Ação Griô

6.4- É expressamente vedada a alteração que implique na modificação dos documentos que compõem o subitem 6.1.

6.5 - A não apresentação na proposta de quaisquer dos documentos elencados no subitem 6.1 ou em desacordo com o estabelecido no Edital implicará o indeferimento do requerimento de inscrição.

6.6 - Estão inabilitados para inscrição na bolsa Griô os Mestres e Griôs de tradição oral e Griôs Aprendizes que já estejam incluídos em qualquer política pública municipal ou estadual de concessão de bolsas ou outros tipos de auxílio financeiro que visem a preservação dos saberes da tradição oral.

6.7 – Fica vedada a participação do Griô Aprendiz, Griô ou Mestre de tradição oral, em mais de um Projeto Pedagógico apresentado pelos Pontos de Cultura e outras entidades privadas, sob pena de indeferimento de todas as inscrições apresentadas.

6.8 – O requerimento e os documentos mencionados no subitem 6.1, impressos e assinados, deverão ser enviados à Comissão de Avaliação, no prazo de 15 (quinze) dias contados do escoamento do prazo previsto no subitem 5.6.1, fazendo constar do endereçamento:

PARTICIPAÇÃO NA AÇÃO GRIÔ/2008
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO
Caixa Postal nº 8775 - SHS - Quadra 02 - Bloco B
CEP: 70.312-970 – Brasília / DF

6.9 - A inscrição postada após o período estabelecido no subitem 6.8 deste Edital será indeferida.

6.10 - Após o recebimento de toda a documentação pela SPPC/MinC, as instituições inscritas serão informadas do número de identificação para acompanhamento do processo de seleção.

6.11 – O encaminhamento do requerimento de inscrição na Ação Griô Nacional, do Programa Cultura Viva implica prévia e integral concordância com as normas deste Edital.

6.12 Compete à SPPC/MINC proceder ao exame de habilitação dos requerimentos de inscrições apresentadas, cabendo do indeferimento da solicitação de inscrição, pedido de reconsideração ao Secretário da SPPC/MinC no prazo de 2 (dois) dias, contados da data de publicação do resultado no Diário Oficial da União.

7 – DA SELEÇÃO E JULGAMENTO

7.1 – A Comissão de Avaliação que apreciará o mérito dos projetos pedagógicos habilitados será presidida pelo Secretário de Programas e Projetos Culturais – SPPC/MinC, a quem caberá o voto de qualidade, e será integrada pelos seguintes membros:

- 4 (quatro) representantes da SPPC/MinC;
- 1 (um) representante da Secretaria Executiva;
- 1 (um) representante da Identidade e Diversidade Cultural;

- 1 (um) representante da Secretaria de Políticas Culturais;
- 1 (um) representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN;
- 1 (um) representante da Fundação Cultural Palmares;
- 1 (um) representante de cada uma das Representações Regionais do MINC;
- 2 (duas) personalidades de notável experiência a serem convidadas e indicadas pelo Secretário da SPPC/MinC.

7.1.1 – A Comissão de Avaliação será designada por instrumento específico, com a indicação de 1 (um) suplente para cada membro, para os casos de impedimento ou suspeição dos titulares.

7.2 – Serão adotados os seguintes critérios de pontuação para efeito de julgamento:

- a) experiência inovadora e investimento da entidade na educação e tradição oral de sua região e no projeto pedagógico proposto - 0 a 30 pontos;
- b) qualidades do perfil e histórico de vida do Griô Aprendiz inscrito para assumir o objetivo e responsabilidades previstas neste edital – 0 a 20 pontos;
- c) projeto pedagógico que promova o fortalecimento da rede de transmissão oral entre crianças, adolescentes, jovens e educadores, vinculando-os à sua ancestralidade através dos Griôs e/ou Mestres de tradição oral - 0 a 35 pontos;
- d) projeto pedagógico envolvendo a parceria entre a entidade proponente, as Escolas e/ou Universidades Públicas e promovendo a integração entre saberes de tradição oral com o conhecimento elaborado no ensino formal - 0 a 15 pontos.

7.2.1 – Havendo empate entre os candidatos, a Comissão de Avaliação poderá conferir pontos de desempate de 0 a 30 aos quesitos abaixo:

- a) variedade e complementaridade entre os Projetos Pedagógicos;
- b) diversidade de linguagens, símbolos, ofícios e saberes dos Griôs e mestres envolvidos nos Projetos Pedagógicos.

7.3 – As propostas encaminhadas pelas entidades proponentes serão avaliadas individualmente por membros da Comissão, conforme os quesitos estipulados no presente edital.

7.4 – Será desclassificado o projeto pedagógico da entidade que apresentar pendência, inadimplência ou falta de prestação de contas junto a qualquer órgão público, e, especialmente com a Fazenda Nacional, CADIN e SIAFI.

7.5 - A SPPC/MinC publicará no Diário Oficial da União os projetos pedagógicos das instituições selecionadas, que formarão o cadastro para concessão de bolsas no ano de 2008, incluindo a lista de seus respectivos Griôs Aprendizes, Griôs e Mestres de tradição oral.

7.6 - Os membros da Comissão de Avaliação e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação de projetos pedagógicos que estiverem em processo de avaliação e seleção nos quais:

I - tenham interesse direto ou indireto na matéria;

II - tenham participado como colaborador na elaboração do projeto ou tenham participado da instituição proponente nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e

III - estejam litigando judicial ou administrativamente com o proponente ou respectivo cônjuge ou companheiro.

7.6.1 - O membro da Comissão que incorrer em impedimento deve comunicar o fato ao referido colegiado, abstendo-se de atuar, sob pena de nulidade dos atos que praticar

7.7 Caberá pedido de reconsideração à Comissão de Avaliação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de publicação no Diário Oficial da União do resultado do julgamento.

8-DO ATO DE CONCESSÃO DA BOLSA

8.1 - De acordo com a disponibilidade orçamentária do MinC, as entidades, cujos projetos pedagógicos forem selecionados pelo presente Edital, serão notificadas pela SPPC, conforme a ordem de classificação, para apresentação dos documentos estabelecidos na Carta de Notificação, necessários à formalização da concessão das bolsas de incentivo Griô.

8.2 – A entidade selecionada deverá encaminhar os documentos complementares solicitados pela SPPC/MinC no prazo de 20 (vinte) dias contados da data do recebimento da notificação.

8.2.1 Caso o prazo do subitem anterior não seja respeitado será notificada a próxima entidade proponente na ordem de classificação, ficando a instituição que não observou o aludido prazo remanejada para a última colocação.

9 – DO APOIO FINANCEIRO

9.1 - A bolsa mensal que trata o presente Edital possui o valor de R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais), e o seu montante integral será repassado diretamente pelo MinC aos bolsistas pelo prazo de 12 (doze) meses.

9.1.1 – O prazo inicial de concessão das bolsas poderá ser prorrogado por mais 24 (vinte e quatro meses), segundo avaliação e oportunidade da continuidade da execução do projeto pedagógico, a ser promovida pela Secretaria de Programas e Projetos Culturais, mediante aprovação de parecer técnico e desde que haja disponibilidade de recursos orçamentários.

9.2 - O pagamento da bolsa fica condicionado, sob pena de suspensão, e, inclusive, ressarcimento, ao efetivo desempenho da contrapartida, consistente no adimplemento das

obrigações e responsabilidades assumidas em face da execução do projeto pedagógico, que deverá ser comprovado com a apresentação de relatórios de atividades quadrimestrais à SPPC/MinC, elaborados pela entidade de ensino beneficiada, entidades selecionadas e os respectivos Griôs e Mestres bolsistas.

9.3 - As bolsas dos Griôs Aprendizes, Griôs e Mestres de tradição oral são pessoais, contudo, podem ser transferidas para os Griôs e Mestres do banco de reserva com perfil equivalente, em casos de morte, abandono ou qualquer outro motivo devidamente fundamentado e aceito pela SPPC/MINC, que impeça a execução do projeto pedagógico .

9.3.1 - Os Griôs e/ou Mestres integrantes do banco de reserva somente poderão substituir em caso de afastamento definitivo do bolsista, passando, desta feita, a integrar como bolsista titular do projeto pedagógico.

9.4 - A indisponibilidade ou necessidade de substituição do Griô Aprendiz, com exceção dos motivos previstos no subitem 9.3, para a realização das responsabilidades assumidas neste edital impossibilita a continuidade do projeto pedagógico.

9.5 – A execução do projeto será avaliada periodicamente na forma detalhada a ser regulamentada por instrumento específico.

10 - DAS OBRIGAÇÕES DAS ENTIDADES SELECIONADAS

10.1 - As entidades previstas no subitem 5.1 deverão:

a) participar na criação, realização, registro e sistematização do projeto pedagógico com os Griôs e mestres, oferecendo as condições de infra-estrutura e operacionalidade para que os bolsistas possam desenvolver adequadamente as ações previstas no projeto pedagógico.

b) encaminhar em parceria com os bolsistas os relatórios de atividades quadrimestrais para a SPPC/MinC sobre as ações previstas e desenvolvidas no projeto pedagógico.

c) assumir solidariamente com os Griôs compromissos nos termos previstos no subitem 4.1 deste edital e articular parcerias para a sustentabilidade e continuidade no projeto pedagógico.

d) participar das atividades articuladas pela Ação Griô Nacional em parceria com as escolas/universidades.

10.2 - Divulgar, em destaque, o nome do Ministério da Cultura, do Programa Nacional Cultura Viva, da Ação Griô e do Governo Federal, em todos os atos de promoção e divulgação da proposta educacional que tem o envolvimento dos Griôs e/ou Mestres de tradição oral bolsistas, no local da entidade e nos eventos e ações deles decorrentes.

10.3 - As marcas do Ministério da Cultura, do Programa Nacional Cultura Viva, da Ação Griô e do Governo Federal, deverão ser exibidas de acordo com os padrões de Identidade Visual, fornecidos pela SPPC/MinC, após a concessão das bolsas, sendo vedada às partes a utilização de

nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

11 - DA OBRIGAÇÃO DOS BOLSISTAS

11.1 - Dos Griôs Aprendizes

11.1.1 - Os Griôs Aprendizes deverão desenvolver e realizar o projeto pedagógico em parceria com o representante da entidade proponente, integrando o mesmo à escola e aos Griôs e Mestres, e se disponibilizando para as seguintes atividades:

- a) aprender os saberes, ofícios, linguagens e símbolos dos Griôs e Mestres de tradição oral;
- b) encantar educadores e estudantes das escolas/universidades durante o ano e horário letivo com as linguagens, símbolos, ofícios e saberes da tradição oral;
- c) facilitar encontros vivenciais e dialógicos entre Griôs, mestres e estudantes das escolas e universidades durante o ano e horário letivo;
- d) estudar, criar, registrar, sistematizar e compartilhar as práticas pedagógicas e saberes de seu projeto que integrem a tradição oral aos currículos das escolas e universidades em parceria com a entidade proponente e as escolas/universidades;
- e) encaminhar os relatórios quadrimestrais, participar dos encontros regionais e do encontro nacional dos pontos da rede da Ação Griô Nacional, das caminhadas de troca de experiência, e dos encontros de acompanhamento pedagógico em parceria com representantes da entidade proponente e as escolas/universidades;
- f) assumir junto à entidade proponente e a escola/universidade o compromisso político previsto no objeto editalício e articular parcerias para a sustentabilidade e continuidade do mesmo.

11.2. Do Griô e/ou Mestre de Tradição Oral

11.2.1 Os Griôs e Mestres de tradição oral deverão:

- a) realizar concomitante ao exercício das suas atividades ordinárias de Griôs e Mestres de tradição oral, e, em contrapartida, as atividades de educação e cultura asseguradoras da transmissão oral de seus ofícios, saberes, linguagens e símbolos, previstas no projeto pedagógico;
- b) participar e observar as atividades articuladas pela Ação Griô Nacional;
- c) encaminhar os relatórios quadrimestrais, participar dos encontros regionais e do encontro nacional dos pontos da rede da Ação Griô Nacional, das caminhadas de troca de experiência, e dos encontros de acompanhamento pedagógico em parceria com representantes da entidade proponente e as escolas/universidades.

12 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 – Todos os documentos encaminhados a SPPC/MinC, referentes a este Edital, passarão a fazer parte do acervo do Ministério da Cultura para fins de pesquisa, documentação e mapeamento da produção cultural brasileira, razão pela qual não serão devolvidas às instituições proponentes.

12.2 - Quando o projeto pedagógico da entidade envolver comunidade indígena, a FUNAI deverá ser comunicada pela referida entidade.

12.3 – O candidato deverá manter atualizados os seus dados cadastrais, enquanto estiver participando do processo seletivo.

12.4 - É vedada a participação neste Edital, de membros da Comissão de Seleção, de servidores do Ministério da Cultura e suas entidades vinculadas.

12.5 – A SPPC/MinC se reserva o direito de realizar comunicações, solicitar documentos ou informações aos candidatos, por meio de correio eletrônico, exceto as informações ou convocações que exijam publicação na imprensa oficial.

12.6 – A inscrição do candidato no presente Edital implica em autorização ao Ministério da Cultura para publicar e divulgar, sem finalidade lucrativa, os conteúdos e as imagens das iniciativas inscritas.

12.7- O presente Edital ficará à disposição dos interessados na SPPC/MinC, nas sedes das representações regionais do Ministério da Cultura e no portal do MinC www.cultura.gov.br.

12.8- Os casos omissos e as dúvidas surgidas no presente Edital e na execução do seu objeto serão resolvidos pelo Secretário da SPPC/MinC.

CÉLIO TURINO
SECRETÁRIO

ANEXO D

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ENIELE SANTOS – JOVEM PARTICIPANTE DA ASSOCIAÇÃO GRÃOS DE LUZ E GRIÔ

Trajatória pessoal / história de vida

1. Fale um pouco da onde nasceu, quando, quem são seus pais, o que faziam, se tem irmãos, como foi à infância e a juventude?
2. Data e local de nascimento;
3. Quais eram as suas referências? Do que gostava e do que não gostava de fazer.
4. Quais eram suas atividades antes de entrar para o Grãos de Luz e Griô?

O grupo

5. O que é a Associação Grãos de Luz e o que representa estar neste grupo?
6. Como chegou ao Grãos de Luz e Griô?
7. Há quanto tempo participa das atividades?
8. Função e principais atividades desenvolvidas no grupo?
9. Fale um pouco sobre a sua experiência e vivência como griô aprendiz da Associação Grãos de Luz e Griô?
10. Outras atividades além da Associação Grãos de Luz e Griô?
11. Importância da associação para a cidade de Lençóis?
12. Projetos futuros...

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM LÍLIAN PACHECO – IDEALIZADORA DA PEDAGOGIA GRIÔ, COORDENADORA DA ASSOCIAÇÃO GRÃOS DE LUZ E GRIÔ E DA AÇÃO GRIÔ NACIONAL

1. História de Vida – Trajetória Pessoal / história de vida

1. Fale um pouco de sua história de vida: onde nasceu, quando, o que faziam seus pais, se tem irmãos, como foi sua infância e a escola.
2. Data e local de nascimento
3. Do que gostava de fazer. Do que não gostava. De que grupos ou atividades participava
4. Influências para suas opções e idéias
5. De que forma integrou a Associação Grãos de Luz?

2. Da Associação Grãos de Luz e Griô e a Pedagogia Griô

6. Quando e como surgiu a Associação Grãos de Luz e Griô? Histórico e cronologia do projeto.
7. O que é a Pedagogia Griô?
8. Quais são os referenciais teóricos da Pedagogia Griô?
9. De que forma se dá a prática da Pedagogia Griô?
10. Quantas crianças e jovens estão envolvidos diretamente nas atividades da associação?
11. Quais são os critérios de escolha para participação das crianças e dos jovens?
12. Qual a faixa etária atendida?
13. De que forma se dá o planejamento pedagógico das oficinas grãos de luz e dos grupos cooperativos?
14. De que forma se dá a participação e a integração dos mestres e griôs da cidade de Lençóis com o projeto?
15. Como é vista pela associação a articulação entre memória, tradição oral e identidade individual e coletiva?
16. Quando e de que forma se deu a articulação com a Secretaria Municipal de Lençóis para o programa de formação de professores na Pedagogia Griô? Como e porque esta parceria foi selada? Comentários sobre o processo. Período de duração do projeto.
17. No que consistia a proposta da pedagogia griô com a rede municipal de educação? Quais eram os objetivos?
18. De que forma se dá hoje a atuação nas escolas municipais?
19. Quem são os financiadores da associação e de que forma os recursos são aplicados?
20. Quais as redes sociais que a associação participa atualmente?
21. Quais são as principais estratégias de sustentabilidade?
22. De que forma se dá a articulação da associação com o poder público?
23. De que forma se dá a atuação política da associação?
24. Importância desse projeto para a cidade de Lençóis e para a região da Chapada Diamantina?
25. Projetos futuros...

3. Ação Griô Nacional

- 3.1 De que forma surgiu uma proposta nacional da Ação Griô?
- 3.2 Data de início da parceria com o MinC;
- 3.3 O que é a Ação Griô Nacional e quais são os seus principais objetivos?
- 3.4 Quais são os pressupostos teóricos da Ação Griô Nacional?
- 3.5 Quantos projetos há hoje na rede da Ação Griô Nacional?
- 3.6 Quais são as principais metodologias de ação do projeto?
- 3.7 Como se dá a relação e a gestão compartilhada entre a associação e o Ministério da Cultura?
- 3.8 Como é vista pela coordenação do projeto a relação entre a sociedade civil e o poder público?
- 3.9 Qual o vínculo que a escola formal deve ter com o projeto? De que forma a escola entra nesta parceria? Esta parceria como é que ela deve ser feita? Quais são os objetivos do projeto com a escola formal?
- 3.10 A que se destinam os recursos financeiros do MinC?
- 3.11 Importância desse movimento no cenário nacional do país;
- 3.12 Projetos Futuros – Lei Griô

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM MÁRCIO CAÍRES – COORDENADOR DA ASSOCIAÇÃO GRÃOS DE LUZ E GRIÔ E DA AÇÃO GRIÔ NACIONAL

1. História de Vida – Trajetória Pessoal / história de vida

1. Fale um pouco de sua história de vida: onde nasceu, quando, o que faziam seus pais, se tem irmãos, como foi sua infância e a escola.
2. Data e local de nascimento
3. Do que gostava de fazer. Do que não gostava. De que grupos ou atividades participava?
4. Influências para suas opções e idéias
5. De que forma integrou a Associação Grãos de Luz?

2. O grupo – “As Caminhadas do Velho Griô”

6. Quando iniciaram as caminhadas do Velho Griô?
7. De que forma se dá a relação da Associação Grãos de Luz e Griô com os “griôs e mestres” da cidade de Lençóis?
8. De que forma se dá a integração dos “saberes” aprendidos por você nas caminhadas pela zona rural na prática pedagógica da Associação Grãos de Luz e Griô?
9. Quando e como ocorreu a viagem à cidade de Bamako no Mali?
10. Qual foi a motivação para a realização da viagem?
11. Foi construído alguma relação entre a Associação Grãos de Luz e Griô e alguma organização do Mali?

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM MARTA DINIZ – AGENTE CULTURAL DA AÇÃO GRIÔ CENTRO DE CULTURA E EDUCAÇÃO LÚDICA DA ROCINHA

História de Vida

1. Fale um pouco da onde nasceu, quando, aonde, quem são seus pais, o que faziam, se tem irmãos, como foi à infância e a juventude?
2. Quais eram as suas referências? Do que gostava e do que não gostava de fazer.
3. De que forma se deu a sua trajetória profissional? Desde quando atua em projetos com crianças e jovens e de que forma?

O projeto – A Ação Griô na Rocinha

4. O que é a Ação Griô na Rocinha e como se deu o convite para participar do projeto?
5. De que forma se deu a construção do projeto pedagógico *Rocinha ontem e hoje: Histórias Brincantes*, contemplado pelo edital da Ação Griô Nacional?
6. Fale um pouco sobre o histórico e a trajetória do projeto na Rocinha
7. Qual a sua função e suas principais atividades no projeto?
8. Fale um pouco sobre a sua experiência e vivência como griô aprendiz
9. Participa de outras atividades além da Ação Griô?
10. De que forma se dá o diálogo do projeto com a escola municipal onde as atividades são desenvolvidas?
11. Como se dá a participação dos professores da escola no projeto?
12. Como se dá a relação com o griô de tradição oral, o mestre de tradição oral e com os jovens?
13. De que forma se dá a relação com a coordenação nacional do projeto e com a coordenação pedagógica regional RJ, assim como com a rede da Ação Griô no RJ?
14. Articulação do projeto com outros movimentos culturais da Rocinha
15. Qual a importância desse projeto para a Rocinha?

ANEXO D
FOTOS E PROGRAMAS
ASSOCIAÇÃO GRÃOS DE LUZ E GRIÔ - LENÇÓIS - BAHIA



Figura 1: Sede da Associação Grãos de Luz e Griô



Figuras 2 e 3: Símbolos expostos na sede da ONG



Figura 4: Oficina Grãos de Luz de Comunicação e Artes Gráficas



Figura 5: Oficina de educação ambiental no museu do garimpo



Figura 6: Grupo cooperativo de música e tradição oral e grupo cooperativo de retalhos



Figura 7: Márcio Caíres, Delvan e Eniele Santos na “vivência” dos jovens



Figura 8: Ritual de vivência – Encontro Trilhas Griô do Nordeste



Figura 9: Ritual de “vivência” Trilha Griô da zona rural do Remanso



Figura 10: Robertinho, Seu Aurino e Eniele (griôs e mestres) em cortejo no Remanso



Figura 11: “Ritual de vivência” – Trilha Griô do Remanso



Figura 12: Trilha Griô do Remanso - Oficina do muzuá



Figura 11: Trilha Griô do Remanso – “vivência de tradição oral – ciências das ervas medicinais” com Dona Judith

AÇÃO GRIÔ NA ROCINHA – RIO DE JANEIRO



Figura 14: Marta (griô aprendiz) apresenta fotos antigas da Rocinha



Figura 13: Atividade da Ação Griô com o mapa da Rocinha



Figura 14: Brincadeira de roda



Figura 15: Lino (griô de tradição oral) e Marta (griô aprendiz) apresentam o boneco lúdico criado por Lino.



Figuras 16 e 17: Atividades do Centro de Cultura e Educação Lúdica da Rocinha no CIEP



PROGRAMAS



*“Meu pai, seu Binô, me deixou a velha sanfona, instrumento que aprendi a tocar escondido quando ele ia trabalhar na roça. Às vezes ele percebia e perguntava:
- Madalena, alguém mexeu na minha sanfona?
- Não. Minha mãe respondia, sabendo que era eu.”*

Mestre Aurino, sanfoneiro de 8 baixos da comunidade quilombola do Remanso - Lençóis-Ba

Participantes:

Parceiros:

Realização:

Grãos de Luz e Griô

Grãos de Luz e Griô
Ponto de Cultura

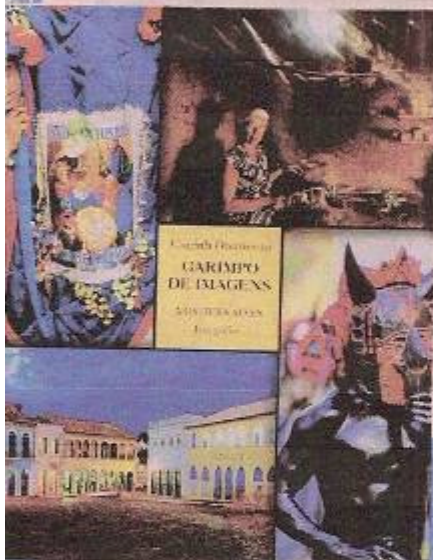
EXPOSIÇÃO EXPEDIÇÃO DO REDESCOBRIMENTO,
do Brasil Memória em Rede
LANÇAMENTO DO LIVRO GARIMPO DE IMAGENS,
de Aristides Alves

IPHAN, 20 hs, 17/10, sexta-feira

O Grãos de Luz e Griô, projeto de educação, cultura oral e turismo comunitário de Lençóis, BA, atualmente coordena a Ação Griô Nacional em parceria com o MINC e o Instituto Votorantim, envolvendo mais de 100 organizações do Brasil. Também coordena o Pólo Bahia do Brasil Memória em Rede, em parceria com o Museu da Pessoa.



A exposição é resultado da Expedição do Redescobrimento, desenvolvida pelo Brasil Memória em Rede, coordenado pelo Museu da Pessoa. O Grãos de Luz e Griô, promoveu encontro de formação entre 10 organizações da Bahia e do Nordeste brasileiro, viajou ao Centro Oeste trocando experiências com 9 organizações do Brasil e agora compartilhará com a comunidade a riqueza das aprendizagens. Entre elas, as histórias de vida de Seu Aurino e Seu Cori, mestres e griôs dos saberes da tradição oral de Lençóis.



O livro Garimpo de Imagens revela encantos da natureza e da cultura da Chapada Diamantina através do olhar e arte do fotógrafo Aristides Alves. Aristides realizou parceria com o Grãos de Luz e Griô por identificação com os projetos da organização que trabalham os temas de educação, turismo de base comunitária e a cultura dos griôs e mestres, seus saberes orais, histórias e tradições.

PROGRAMA 17 DE OUTUBRO

- 20hs Abertura da Exposição com Márcio Griô
- Apresentação Grãos de Luz e Griô e Ação Griô Nacional com Lillian Pacheco
- Apresentação Brasil Memória em Rede com Camila Drumond
- Apresentação do livro Garimpo de Imagens com o fotógrafo Aristides Alves
- Compromissos do prefeito eleito, Marcos de Araújo, com a educação, tradição oral e turismo comunitário em Lençóis, BA
- Video Trilhas Griôs no Remanso (Grãos de Luz e Griô e Projeto Bagagem)
- Mesa de autógrafos com Aristides Alves doação do livro para entidades convidadas

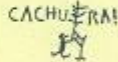
OBS: A exposição estará aberta a visitação de segunda a sexta, de 9hs às 12hs e de 14hs às 22hs, do dia 17 a 30 de outubro, na galeria do IPHAN. Depois ela segue para Brasília-DF, Pirenópolis - GO, Belém-PA e Itajaí-SC entre os meses de outubro de 2008 e fevereiro de 2009.

APRENDENDO E ENSINANDO COM A
TRADIÇÃO ORAL
NA
AÇÃO GRIÔ NACIONAL

Realização:



Pontos de Cultura - Griôs Aprendizizes Regionais:



Cultura ao Alcance de Todos

Nação Xambá



Lançamento da Ação Griô

GRÃOS DE LUZ E GRIÔ
Convida para

EXPOSIÇÃO DE PINTURAS, FOTOGRAFIAS
ENSAIO AUDIOVISUAL, DESFILE, TEATRO
DE BONECOS E MUSICAL COM OS TEMAS:

Para cuidar da mãe terra encanto tua aldeia,
Mulheres que fazem a diferença
e Nós moramos aqui

Data: 4 de novembro
terça-feira

Horário: 17hs
Local: Mercado Cultural

LANÇAMENTO DO LIVRO/OFICINAS/PALESTRAS

Grãos de Luz e Grão

12 de outubro - 17h

Circo do Capão - Palmeiras

16 de outubro - 17h

Associação dos Pescadores de Remanso

17 de outubro - 19h

IPHAN - Lençóis

27 de novembro - 17h

Associação Sonhos e Bonecos - Rio de Contas

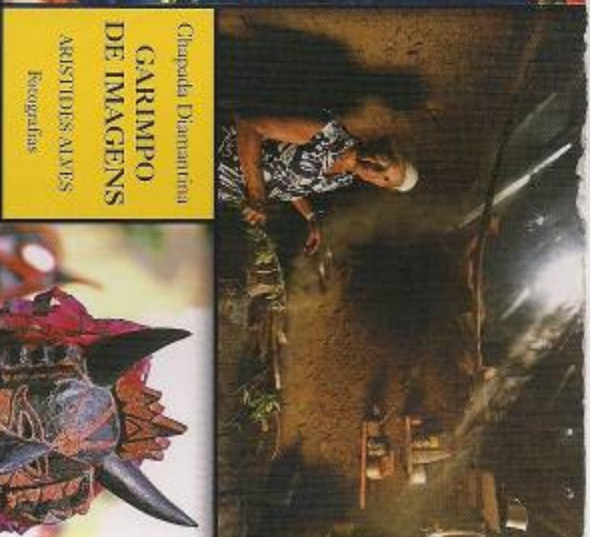


Realização

Agência Intercomunitária
Promoção à Cultura
Associação Sonhos e Bonecos



Secretaria de Cultura
Secretaria de Turismo



Chapada Diamantina
**GARIMPO
DE IMAGENS**
ARISTIDES ALVES
Fotografias



κοινωνικό και εθνικό επίπεδο, γεγονός que μας βοηθάει να βρούμε την ουσία της ζωής. Η ζωή είναι μια πορεία, μια αναζήτηση, μια ανακάλυψη. Η ζωή είναι μια πορεία, μια αναζήτηση, μια ανακάλυψη. Η ζωή είναι μια πορεία, μια αναζήτηση, μια ανακάλυψη.

Η ζωή είναι μια πορεία, μια αναζήτηση, μια ανακάλυψη. Η ζωή είναι μια πορεία, μια αναζήτηση, μια ανακάλυψη. Η ζωή είναι μια πορεία, μια αναζήτηση, μια ανακάλυψη. Η ζωή είναι μια πορεία, μια αναζήτηση, μια ανακάλυψη.

Η ζωή είναι μια πορεία, μια αναζήτηση, μια ανακάλυψη. Η ζωή είναι μια πορεία, μια αναζήτηση, μια ανακάλυψη. Η ζωή είναι μια πορεία, μια αναζήτηση, μια ανακάλυψη. Η ζωή είναι μια πορεία, μια αναζήτηση, μια ανακάλυψη.

Οι Άνθρωποι

Η ζωή είναι μια πορεία, μια αναζήτηση, μια ανακάλυψη. Η ζωή είναι μια πορεία, μια αναζήτηση, μια ανακάλυψη. Η ζωή είναι μια πορεία, μια αναζήτηση, μια ανακάλυψη. Η ζωή είναι μια πορεία, μια αναζήτηση, μια ανακάλυψη.

Οι Άνθρωποι

Η ζωή είναι μια πορεία, μια αναζήτηση, μια ανακάλυψη. Η ζωή είναι μια πορεία, μια αναζήτηση, μια ανακάλυψη. Η ζωή είναι μια πορεία, μια αναζήτηση, μια ανακάλυψη. Η ζωή είναι μια πορεία, μια αναζήτηση, μια ανακάλυψη.

Μουσική και χορός στην Αθήνα, Ελλάδα. Φωτογραφία του Νίκου Νικολαΐδη.





O GRUPO CALUMBÉ, criado em 2006, é um grupo formado por jovens da ONG Grãos de Luz e Grão, nascidos em Lençóis, BA, que trabalham na criação de uma alternativa de turismo visando beneficiar prioritariamente a comunidade local.

Grupo da parceria entre as ONGs Grãos de Luz e Grão e o Projeto Bagagem, o grupo trabalha com Trilhas Grãos de educação, cultura oral e turismo de base comunitária e tem como objetivo valorizar a cultura do município integrando comunidade e turista numa atividade de partilha vivencial e de reconhecimento da sabedoria de tradição oral dos Grãos.

As trilhas Grãos nasceram das caminhadas de Velho Grão que durante mais de 10 anos estabeleceram uma relação de convivência, diálogo e aprendizagem entre o Grão de Luz e Grão, mestres e aprendizes de dança. As trilhas acontecem graças a parcerias com associações de moradores que, assim como o grupo Calumbé são beneficiadas pela renda gerada com a chegada dos visitantes. Rodas de conversas com os Grãos se misturam com caminhadas, visitas às casas, banho de cachoeira e vivências com pescadores, ervelhas, vendelras, parreiras, jarimpeiros e safofneiros. Tudo isso acompanhada de muito samba de roda e forró pé-de-serra daqui da Chapada.

Em 2007 as Trilhas Grãos geraram R\$ 54.000,00 de recursos para os jovens, Grãos e comunidades.



Grãos de Luz e Grão
Lençóis - Bahia

Tel: (75) 3336-1040
graosgrilo@yahoo.com.br
www.graosdeluzegrio.org.br

Ação Grão Nacional
acaogrilo@gmail.com

Grupo Calumbé
Tel: (75) 99461267

graoscalumbé@gmail.com
Projeto Bagagem
www.projetobagagem.org



Este folheto foi produzido na Oficina de Comunicação e Criação Gráfica do Grãos de Luz e Grão.



Grãos de Luz e Grão
Ponto de Cultura

Trilhas Grãos da Nordeste
educação, cultura oral e turismo comunitário



ENCONTRO DE FORMAÇÃO

Projeto Trilhas Grãs do Nordeste
Grãos de Luz e Grão e Projeto Bagagem
(em parceria com Monumenta/Iphan)
Pontos de Cultura da Ação Grão Nacional: Fundação Terra Mirim, Fundação Pierre Verger, Bongar Coco de Xambá e Cais do Parto; Conselho Quilombola de Cachoeira com Ibens

Projeto Poética das Trilhas Grãs
Grãos de Luz e Grão e Pólo Bahia BMR (Museu da Pessoa)
Pontos de Cultura da Ação Grão Nacional: Fundação Terra Mirim e Fundação Pierre Verger; Projeto Bagagem

DIA 26 - DOMINGO

23:00 hs - chegada dos participantes - recepção no ônibus - ida para a pousada, descanso.

DIA 27 SEGUNDA-FEIRA

8hs - Café da manhã
9hs às 10hs - Banho Rio Serrano
10hs às 11hs - Roda de abertura com Biodança no salão
11hs às 12hs - Apresentação dos projetos Trilhas grãs do Nordeste e Poética das Trilhas Grãs

12hs - Almoço e descanso
14hs às 16hs - Apresentação da Ação Grão e do Grão de Luz e Grão e Vivência da pedagogia grã
16hs - Merenda
16:15 às 19hs - Apresentação de filme "Eu Grã" e estudo de vivências de educação e tradição oral

16:15 - Reunião do Grupo de registro da Poética das Trilhas Grãs de Tradição Oral para primeira discussão dos roteiros
19hs às 20hs - Jantar

20hs às 21hs -
- Visita à exposição da Expedição do Redescobrimto no Iphan
- Apresentação BMR (Camila e Sarah)
- Lançamento do Livro "Sarrimpo de Imagens"

Grã é um caminhar, caminhar, poeta, contador de histórias, genealogista, mediador político. É um educador popular que aprende, ensina e se torna a memória viva da tradição oral. Ele é o elo que conecta os saberes e histórias, as lutas e glórias de seu povo dando vida a rede de transmissão oral de uma região e de um país. (A palavra afirmativa grã vem de grã em francês, que traduz a palavra de Diel na língua bremen do Mali, nomeada da África).



DIA 28 TERÇA-FEIRA

8hs - Café da manhã
9hs às 10:30 - Aprendizagens sobre projetos de turismo comunitário com o Projeto Bagagem e a Rede Turista (Cecília Zanotti)
10:30 às 12:30 - Diálogo sobre o roteiro da Trilha Grã - pedagogia grã (planejamento das vivências) e turismo comunitário (princípios e práticas de gestão) Marliane, Fátima, Meliza, Ane e Luciene, jovens grãs aprendizes do Grão de Luz e Grão
12:30 - Almoço
14:30 às 15:30 - Compartilhamento de proposta de roteiro de filmagem da trilha grã do remanso - "Poética das Trilhas Grãs"

16hs às 18hs - Compartilhamento de metodologia de registro de história de vida do Museu da Pessoa (Camila e Weyra)
16hs às 21hs - Oficina de técnicas básicas de imagem para as jovens das pontos (Marcelo)
19:30hs - Jantar



DIA 29 QUARTA-FEIRA

7hs - Café da manhã
8hs - Saída para Remanso
9:30 às 11:30 - Trilha Grã do Remanso - Cortejo (representação da comunidade) e vivência na Praça do Remanso
12hs às 14hs - Almoço e descanso nas pousadas familiares Famílias: Maria, França, D. Malides, Nestalino, Lurcinha
14hs às 16hs - Vivência de Tradição Oral
- farinha: grã aprendiz Meliza e grã Dona Agmar; - malio e muzuzi: grã aprendiz Ane e grã D. Domingas; - ervas: grã aprendiz Ane e Grã D. Judite
- Merenda com a família
16hs às 17:30 - Passeio de canoa no Marimbú com pesca e visita à casa de mel.
16hs às 19:30 - Registro de História de Vida com D. Judite
18hs às 19:30 - Aula de forró, quadrilha e despedida com a grã aprendiz Enle, o grã Roberthino e Mestre Aurino. Jantar com comidas típicas.
19:30 às 20:30 - Vigagem de volta para Lenghis

DIA 30 QUINTA-FEIRA

8hs - Café da manhã
9hs às 12hs - Apresentação do vídeo das Trilhas Grãs
Grupos de Trilha no para: Avaliação da poética e pedagogia da Trilha Grã do Remanso. Avaliação dos princípios e gestão de turismo comunitário da trilha Grã do Remanso
12hs - Almoço
14hs às 15hs - Visita ao Grão de Luz e Grão
15hs às 18hs - Roda de abertura com vivência de educação e tradição oral com a Fundação Terra Mirim.
Grupos de trabalho para criação, apresentação e revisão de roteiro e orçamento de novos trilhas grãs nos pontos de cultura da Ação Grã Nacional: Fundação Terra Mirim, Fundação Pierre Verger, Bongar Coco de Xambá e Cais do Parto; Conselho Quilombola de Cachoeira com o Ibens
17hs - Merenda
17hs às 21hs - Início de criação da primeira versão da edição do vídeo de 3 minutos da trilha grã do Remanso (Marcelo)
19:30 - Jantar

DIA 31 SEXTA-FEIRA

8hs - Café da Manhã
9hs às 12hs - Roda de abertura com vivência de educação e tradição oral com o Ponto de Cultura Bongar Coco de Xambá.
Grupos de Trabalho para
- Finalização da primeira versão da edição do vídeo de 3 minutos da trilha grã do Remanso;
- Behavior no plataforma do BMR e no Youtube
12hs - Almoço
14hs às 17hs - Roda de abertura com vivência de educação e tradição oral com o Ponto de Cultura Cais do Parto
- Continuidade dos grupos de trabalho
17hs às 18hs - Encaminhamento de atividades dos projetos Poéticas das Trilhas Grãs e Trilhas Grãs do Nordeste
19hs - Jantar, festa de despedida com apresentação da primeira proposta do filme A Poética das Trilhas Grãs de Tradição Oral.

*Gestão Compartilhada

Regional Amazônica / AM, PA, RR, RO, AC, AP
Parceiros: Bruxa Tã Solta, Irmandade de Carmilho de São Benedito

Regional Bahia / BA
Parceiros: Grãos de Luz e Grão, Bankoma, Capoeira Ginga e Malícia

Regional das Águas / CE, PI, MA, TO
Parceiros: Cultura ao Alcance de Todos, Ara na Praça, Associação Cultural Releado do Piauí

Regional Ventura do Sol / AL, PE, PB, SE, RN
Parceiros: Centro de Cultura e Arte Caxo Bongar, Escola Viva Olho do Tempo, Ylé Asé Ayá Adijósi – Ylé De Egbá

Regional Nascentes das Veredas / DF, GO, MS, MG e ES
Parceiros: Guaimbé, Irmandade Nossa Senhora do Rosário

Regional Rio / RJ
Parceiros: Tã na Rua, PIM, Rede de Pontos de Cultura de Nova Iguaçu

Regional da Terra / SP, RS e SC.
Parceiros: Amorim Rima, Rede de Contadores de História de Campinas-SP, Associação de Jongueiros de Tamandará, Associação do Núcleo Interdisciplinar dos Narradores Orais e Agentes de Leitura – Assoc. NINA.

Coordenação Nacional:
Lilian Pacheco e Marcia Carres
(75) 9985-6108 / 9171-6974 / 3334-1557/1040
Saulo Farias (75) 9171-6976
www.graosdeluzzeorio.org.br / www.nascaogrio.org.br
Isabelle Albuquerque... MIMC
(61) 3316-0713/0715

Coordenação Nacional:



Gestão Compartilhada



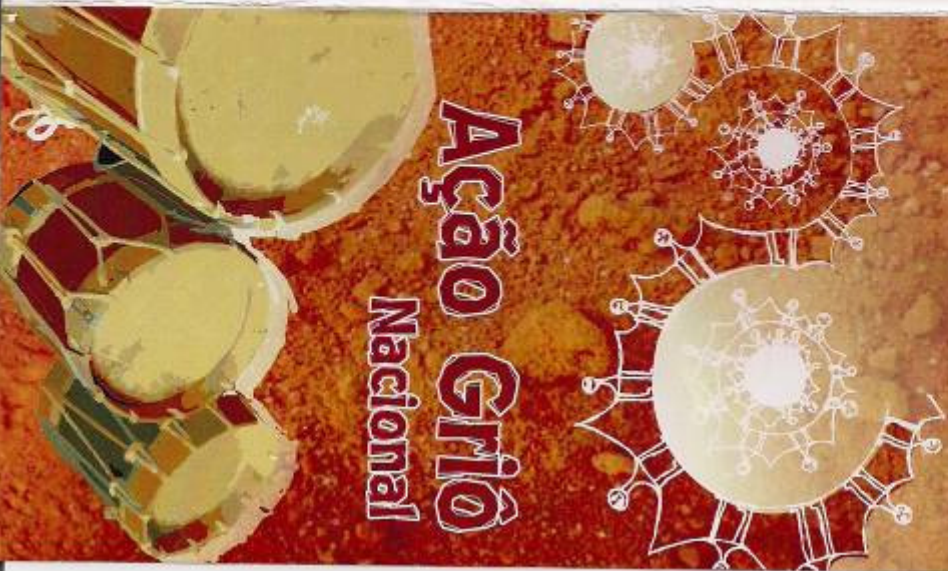
Patrocínio:



III Encontro Nacional de Planejamento

17 A 22 DE ABRIL DE 2009, LENÇÓIS-BA

Ação Griô Nacional



III Encontro Nacional de Planejamento da Ação Griô Nacional

Ação Griô Nacional e uma ação gôica de forma permanente pelo Grão de Luz e Griô de Lençóis. Em pelo Ministério da Cultura e mais 20 meses, reuniões de pontos de cultura, eventos, reuniões, vez que não com caráter de "evento", mas a missão de fortalecer a qualidade e a diversidade do povo brasileiro, por meio do reconhecimento do lugar político, social, cultural e econômico de grôs e mestres de tradição oral na educação.

De 2006 a 2008, a rede de Ação Griô Nacional envolveu 59 pontos de cultura, 250 grôs e mestres bolsistas, 100 instituições de educação e cultura e 75.000 estudantes. Em 2009, envolveu 130 orgs e pontos de cultura, 150 grôs e mestres bolsistas e aproximadamente 600 instituições de educação e cultura do Brasil, na busca de conteúdos de educação integrados com a tradição oral de suas comunidades.

As vivências da Ação Griô Nacional nos diversos estados do país, serão retratadas no livro *Tempo Griô: quando o tempo da identidade do povo brasileiro encontra o tempo Griô*.

Além do lançamento do livro e do oral, os desfechos oriundos desse encontro são:

- lançamento do edital *Griô na Escola* e no *TV Assinatura* do termo de parceria com a Secretaria de Cultura e o Minc;
- Estudo e planejamento do trabalho de 2009 para todos os estados;
- Estudo e planejamento da mobilização em torno da luta de luta popular - lei nacional dos grôs e mestres;
- Registro fotográfico e das histórias de vida dos participantes da comissão nacional dos grôs e mestres, assim a produção do livro *Aldamar do Griô*.

Programação

16/04 Quinta-feira

18h – Ritual de chegada dos grôs e mestres da comissão nacional dos grôs e mestres

17/04 Sexta-feira

9h às 12h - Vivência da pedagogia grô – Projeto *A Alma do Grô* - Histórias de vida e fotografia

15h às 18h - Oficina de fotografia – Projeto *A Alma do Grô*

22h30 – Ritual de chegada dos parceiros e grôs aprendizes regionais

18/04 Sábado

8h às 12h - Vivência da pedagogia grô e montagem da rede

15h às 17h - Abertura com cantoria dos mestres e grôs de tradição oral

Mesa da Ação Griô Nacional:

- Missão, resultados e Linha do Tempo de 2006 a 2008
- Lançamento do livro *Nargô Griô: do Portal Nargô Griô*; e das Trilhas Grôs em Lençóis e no Nordeste

Mesa dos Parceiros e Projetos da Ação Griô Nacional:

- TV Brasil – lançamento do edital *Griô na escola* e na *TV*
- Lançamento do Projeto *Interações Estéticas*
- Projeto *Bagagem* – parceria e apoio para as *Trilhas Grôs*
- Museu da Pessoa – parceria e apoio no registro das histórias de vida dos grôs e mestres

- Prefeitura Municipal de Lençóis – apresentação e assinatura de termo de parceria com o Grão de Luz e Griô
- SECULT BA – lançamento do projeto *Ação Griô Bahia* e apresentação das políticas do estado da Bahia para a tradição oral
- SPP/CMINC – apresentação e assinatura de termo de parceria com o Grão de Luz e Griô e a Ação Griô Nacional

19/04 Domingo

8h às 18h - Trilha Griô

9h às 12h / 15h às 18h - Grupo de Trabalho: projetos regionais: plano de trabalho da regional com cronograma, cadastro regional; grupo de comunicação

20/04 Segunda-feira

8h30 - Vivência de integração do grupo

9h às 12h / 15h às 18h - Grupo de trabalho: a lei dos grôs e mestres - estudo e criação de plano de trabalho de mobilização

21/04 Terça-feira

9h às 12h - Grupo de trabalho das regionais com as assessoras

15h às 18h - Grupo de trabalho: o acompanhamento de relatórios via portal

22/04 Quarta-feira

8h às 18h - Trilha Griô

19h30 - Vivência de despedida



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

Grãos de Luz e Griô – Ponto de Cultura. Informativo 1º semestre de 2007

PACHECO, Lílian. **Pedagogia Griô** – A reinvenção da roda da vida. 2. ed., Grãos de Luz e Griô, Lençóis / BA, 2006.

PACHECO, Lílian e CAÍRES, Marcio (Org.). Nação Griô – **O Parto Mítico da Identidade do Povo Brasileiro**. 1. ed., Grão de Luz e Griô, Lençóis/BA, 2009.

Programa Cultura Viva – Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária. 3. ed. Brasília, Ministério da Cultura, 2004.

Revista Ação Griô Nacional 2007. Associação Grãos de Luz e Griô. Lençóis, Bahia.

Revista Escola Viva. Ponto de Cultura Invenção Brasileira. Ano 01 – n. 01 – Taguatinga / DF, 2007.

UNESCO, **Declaração Universal da Unesco sobre a Diversidade Cultural**. Unesco: Paris, 2001.

UNESCO, **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**, Paris, 2003.

LIVROS E ARTIGOS

ABREU, Martha. Cultura popular; um conceito e várias histórias. *In*: ABREU, Martha e SOIHET, Raquel (Org.). **Ensino de história**: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 83-102.

ABREU, Regina. “Tesouros humanos vivos” ou quando as pessoas transformam-se em patrimônio cultural – notas sobre a experiência francesa de distinção dos “Mestres de Arte”. *In*: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (Orgs.), **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos, Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ALBERTI, Verena. Tradição oral e história oral: proximidades e fronteiras. **História Oral**. Revista da Associação Brasileira de História Oral. São Paulo: ABHO, v. 8, n.1, jan. - jun. 2005.

BARBALHO, Alexandre. Políticas Culturais no Brasil: identidades e diversidades sem diferença. *In*: BARBALHO, Alexandre e RUBIM, Antonio (orgs). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

_____. **Textos nômades:** política, cultura e mídia. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

BOMENY, Helena. Ciências Sociais e “terceiro setor”: receptividade e críticas. In: **Interseções:** revista de estudos interdisciplinares. Ano 7, n. 2, 2005.

CALABRE, Lia. **Políticas culturais:** diálogo indispensável. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.

CANCLINI, Nestor García. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista patrimônio histórico e artístico nacional.** n. 23, 1994, p. 95-115.

_____. **Culturas híbridas:** estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CATENACCI, Vivian. **Cultura Popular:** Entre a tradição e a transformação. São Paulo Perspec. Abril 2001, vol.15, n.2, p.28-35. ISSN 0102-8839 (SCIELO)

CAVALCANTE, Ruth. **Educação biocêntrica:** um movimento de construção dialógica. 4 ed. – Fortaleza: Edições CDH, 2007.

Cultivando vida, desarmando violências: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situação de pobreza. / Mary Castro et alii. – Brasília: Unesco, Brasil Telecom, Fundação Kellogg, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2001.

CHARTIER, Roger. “Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico”. In: **Estudos históricos.** Rio de Janeiro: Vol. 8, n. 16, 1995, p. 179-192.

DOWBOR, Ladislau. **Educação e desenvolvimento local.** Disponível em: www.dowbor.org/artigos.

FERNANDES, Rubem César. **Privado porém público:** o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FIGUEIREDO, Carolina. **As vozes do circo social.** Dissertação de Mestrado Apresentada ao Programa de Pós Graduação em História, Política e Bens Culturais – CPDOC – FGV, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mario (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.56-76.

GÓIS, Cezar Wagner. **Psicologia Comunitária** – atividade e consciência. Fortaleza, Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. “O patrimônio como categoria”. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mario (Orgs.), **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HOBBSAWN, Eric e RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LANDIM, Leilah. Experiência militante – História das assim chamadas ONGs. In: ----- (Org.). **Ações em sociedade** – Militância, caridade, assistência etc. Rio de Janeiro: NAU, p. 23-87, 1998.

LIPPI, Lucia. Patrimônio como política cultural. In: **Cultura é patrimônio: um guia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

MACHADO, Vanda. **Ilê Axé: Vivências e invenção pedagógica** – As crianças do Opô Afonjá. Salvador, Ufba, 2002.

MIRANDA, Danilo Santos. Por uma visão não instrumental e mercantil da cultura. In: **Revista Rio de Janeiro, Políticas Públicas de Cultura Dilemas, Diversidades e Propostas**. n. 15, UERJ, 2005.

MUHLHAUS, *Carla*. Para além da pedra e cal. **Nossa História**, Ano 2, n. 13, nov. 2004.

NERIO, Neirotti e POGGI, Margarita. **Alianças e inovações em projetos de desenvolvimento educacional local**. Brasília: Unesco; Buenos Aires: IIPE, 2005.

PINSKY, Jaime e Carla Pinsky. **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**. Vol. 5, n. 10, Rio de Janeiro: 1992.

RUBIM, Antonio. Políticas Culturais do Governo Lula/Gil. In: RUBIM, Antonio e BAYARDO, Rubens (orgs.). **Políticas Culturais na Ibero-América**. Salvador: EDUFBA, 2008.

RUBIM, Antonio. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: BARBALHO, Alexandre e RUBIM, Antonio (orgs). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

UNESCO, MEC. Educação: **Um tesouro a descobrir**. São Paulo, Cortez Editora, 1999.

SANSONE, Livio. **Da África ao afro**: uso e abuso da África entre os intelectuais e na cultura na cultura popular brasileira durante o século XX. Disponível em: www.afroasia.ufba.br/pdf/27_5_daafrica.pdf.

SILVA, Eduardo. **Dom Obá II D`África, o Príncipe do Povo**: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor. São Paulo: Companhia das Letras. 1997.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais**. Soc. estado., Brasília, v. 21, n. 1, Abr. 2006. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269922006000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 de Maio de 2009. doi: 10.1590/S0102-69922006000100007.

VANSINA, Jan. A tradição oral e sua metodologia. In Kizerbo, J (Org.) **História geral da África I, Metodologia e pré-história da África**, São Paulo: Ática, Paris: Unesco, 1968.

VELHO, Gilberto e KUSCHNIR, Karina (orgs.). **Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SÍTIOS CONSULTADOS

ABC TRUST DA INGLATERRA

Disponível em: <http://www.abctrust.com.uk>

Acesso: 20/01/2009

ASSOCIAÇÃO AMIGOS EUROPEUS

Disponível em: <http://www.aglae-geneve.org>

Acesso: 20/01/2009

ASSOCIAÇÃO GRÃOS DE LUZ E GRIÔ

Disponível em: <http://www.graosdeluzegrio.org.br>

Acesso: 15/07/2007

BRASIL MEMÓRIA EM REDE

Disponível em: <http://www.brasilmemoriaemrede.org.br>

Acesso: 19/03/2009

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO COMUNITÁRIA – CENPEC

Disponível em: <http://www.cenpec.org.br>

Acesso: 10/06/2009

CENTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE A INFÂNCIA – CIESPI

Disponível em: <http://www.ciespi.org.br>

Acesso: 25/07/2008

FÓRUM DOS PONTOS DE CULTURA

Disponível em: <http://forumPontosdecultura.blogspot.com>

Acesso: 07/05/2009

GOVERNO ESTADUAL DA BAHIA

Disponível em: www.ba.gov.br

Acesso: 08/12/2008

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Disponível em: <http://www.iphan.gov.br>

Acesso: 18/06/2008

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>

Acesso: 15/06/2008

MINISTÉRIO DAS CIDADES

Disponível em: www.cidades.gov.br

Acesso: 10/01/2009

MINISTÉRIO DA CULTURA DO BRASIL

Disponível em: <http://www.cultura.gov.br>

Acesso: 15/04/2007

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD

Disponível em: <http://www.pnud.org.br>

Acesso: 15/06/2008

PROJETO BAGAGEM

Disponível em: <http://www.projetobagem.org.br>

Acesso: 05/08/2008

PROJETO MEMÓRIA PAULO FREIRE

Disponível: <http://www.projetomemoria.art.br>

Acesso: 19/03/2009

UNESCO

Disponível: <http://www.unesco.org.br>

Acesso: 20/05/2009

ENTREVISTAS

ENIELE SANTOS – Jovem participante da Associação Grãos de Luz e Griô. Entrevista concedida ao autor em 31/10/2008, na cidade de Lençóis / Bahia.

LÍLIAN PACHECO – Idealizadora da Pedagogia Griô, coordenadora da Associação Grãos de Luz e Griô e da Ação Griô Nacional. Entrevista concedida ao autor em 25/10/2008, na cidade de Lençóis / Bahia.

MÁRCIO CAÍRES – Coordenador da Associação Grãos de Luz e Griô e da Ação Griô Nacional. Entrevista concedida ao autor em 03/11/2008, na cidade de Lençóis / Bahia.

MARIA MARTA DINIZ – Agente cultural do Centro de Cultura e Educação Lúdica da Rocinha. Entrevista concedida ao autor em 03/07/2008, na cidade do Rio de Janeiro.